

COESÃO SOCIAL, CIDADANIA E SUSTENTA- BILIDADE

Organizadores

Sandro Serpa
Fernando Diogo
Ana Matias Diogo

COESÃO
SOCIAL,
CIDADANIA
E SUSTENTA-
BILIDADE

Organizadores

Sandro Serpa

Fernando Diogo

Ana Matias Diogo



COESÃO SOCIAL, CIDADANIA E SUSTENTABILIDADE

Organização: Sandro Serpa, Fernando Diogo, Ana Matias Diogo

Autores: Ana Cristina Palos, Ana Matias Diogo, Claude Martin, Fernando Bessa Ribeiro, Fernando Diogo, Francisco Sousa, Jorge Ávila de Lima, Margarida Serpa, Maria do Carmo Botelho, Nuno Nunes, Piedade Lalanda, Rosário Mauritti, Sara Franco Silva

Diretor da coleção: Manuel Carlos Silva

Subdiretores: Helena Serra e Fernando Bessa Ribeiro

Capa: António José Pedro

Revisão e Paginação: Margarida Baldaia

© Edições Húmus, Lda., Organizadores e Autores, 2024

Apartado 7081

4764-908 Ribeirão – V.N. Famalicão

Telef. 926 375 305

www.edicoeshumus.pt

humus@humus.com.pt

Impressão: Papelmunde, SMG, Lda. – V. N. Famalicão

1.ª edição: Dezembro 2024

Depósito Legal: 541657/24

ISBN: 978-989-9213-69-2

Coleção Debater o Social – n.º 63

Os textos que compõem esta publicação são da exclusiva responsabilidade dos respetivos autores.

Este projeto, com a referência M3.3.C/Edições/001/2024 – “Coesão social, cidadania e sustentabilidade”, recebeu financiamento da Direção Regional da Ciência, Inovação e Desenvolvimento, através do Sistema de Incentivos PRO-SCIENTIA.

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO	7
SANDRO SERPA FERNANDO DIOGO ANA MATIAS DIOGO	
CAPÍTULO 1. CRISE E A CATÁSTROFE COMO POSSIBILIDADE NO “HABITÁCULO DURO COMO O AÇO”	11
FERNANDO BESSA RIBEIRO	
CAPÍTULO 2. UNDERSTANDING CHANGES IN WELFARE STATE REGIMES: SOME CONSIDERATIONS	31
CLAUDE MARTIN	
CAPÍTULO 3. DESIGUALDADES, CONFIGURAÇÕES TERRITORIAIS E COESÃO SOCIAL: O CASO DOS AÇORES	51
ROSÁRIO MAURITTI SARA FRANCO SILVA MARIA DO CARMO BOTELHO NUNO NUNES	
CAPÍTULO 4. POBREZA E ESCOLARIDADE EM PORTUGAL, TENDÊNCIAS RECENTES	81
FERNANDO DIOGO	
CAPÍTULO 5. PARA BRINCAR OU PARA ESTUDAR? OS CENTROS DE ATIVIDADES DE TEMPOS LIVRES NA PERSPETIVA DOS PAIS	101
ANA MATIAS DIOGO ANA CRISTINA PALOS MARGARIDA SERPA FRANCISCO SOUSA JORGE ÁVILA DE LIMA	
CAPÍTULO 6. “FAÇO O QUE QUERO OU O QUE ME MANDAM FAZER?” PERSPETIVAS DAS CRIANÇAS SOBRE OS CATL	117
ANA CRISTINA PALOS ANA MATIAS DIOGO MARGARIDA SERPA FRANCISCO SOUSA JORGE ÁVILA DE LIMA	
CAPÍTULO 7. O DIVÓRCIO NOS AÇORES – UMA ABORDAGEM EXPLORATÓRIA	133
PIEIDADE LALANDA	
NOTAS BIOGRÁFICAS DOS ORGANIZADORES	161

Este livro foi alvo de revisão científica por especialistas em regime de duplo anonimato.

APRESENTAÇÃO

Este livro tem a sua génese no *XIII Encontro de Sociologia dos Açores*, realizado nos dias 25 e 26 de novembro de 2021 na Universidade dos Açores, com o tema central *Coesão social, cidadania e sustentabilidade*. O evento reuniu diversos especialistas em Sociologia com o objetivo de debater os desafios e as oportunidades que se colocam aos Açores nas temáticas em discussão.

Os Encontros de Sociologia acontecem de uma forma sistemática desde o ano de 1997, consistindo em eventos abertos ao público e contando com a participação de especialistas regionais, nacionais e internacionais. A sua grande finalidade é a de divulgar a produção sociológica recente junto de sociólogos, investigadores de diversas áreas e interessados nas temáticas abordadas, sempre com enfoque nas especificidades da Região Autónoma dos Açores. Acresce que estes Encontros são também momentos marcantes de afirmação pública da Sociologia dos e nos Açores.

Especificamente, esta XIII edição teve como propósito refletir sobre a ligação inerente entre coesão social, cidadania e sustentabilidade através de um debate participado que procurou contribuir para o envolvimento cívico da sociedade açoriana nestes domínios.

Pela elevada qualidade das comunicações apresentadas neste *XIII Encontro de Sociologia dos Açores: Coesão social, cidadania e sustentabilidade*, foi lançado o desafio aos palestrantes para sistematizarem as suas ideias sob a forma de texto, de modo a, após uma avaliação realizada por especialistas, ficar registado em formato escrito este contributo para uma ciência inclusiva e socialmente partilhada.

O presente livro surge, antes de mais, ancorado na questão da coesão social, conceito caro à Sociologia e, ao mesmo tempo, um dos principais eixos de reprodução da sociedade ao longo do tempo. Escolheu-se emparelhar a coesão social com a cidadania e a sustentabilidade no sentido de evidenciar os reptos e as permanências que atravessam as sociedades atuais, em que as transformações sociais desafiam a coesão social e, ao mesmo tempo, as permanências demonstram a sua perenidade.

No contexto dos Açores, as acentuadas desigualdades reconhecidas em diversos níveis, a necessidade de uma cidadania consciente enquanto exercício de direitos e deveres de forma ativa e a procura de sustentabilidade nas suas múltiplas dimensões – social, económica e ecológica, entre outras – configuram-se como temas prementes que exigem soluções inovadoras e contextualizadas. Esta obra tem como objetivo contribuir para encarar as questões que enformam a coesão social, a cidadania e a sustentabilidade, com foco especial na realidade açoriana. Todos os textos podem ser lidos como formas distintas de abordar esta relação complexa.

Esta obra é constituída por sete capítulos que abordam temas como o futuro do capitalismo e respetivas implicações, a análise dos regimes de bem-estar social, as desigualdades e a coesão social, a relação entre pobreza e escolaridade, as perspetivas dos pais e das crianças sobre os centros de atividades de tempos livres (CATL), culminando na temática do divórcio nos Açores.

No primeiro capítulo, “Crise e a catástrofe como possibilidade no ‘habítaculo duro como o aço’”, Fernando Bessa Ribeiro, focando-se numa análise do capitalismo atual e futuro, procura responder à questão de saber se nos encontramos num momento de desmoronamento ou de reformulação do capitalismo, com a transição da hegemonia de uma superpotência para a consolidação de um sistema multipolar.

No segundo capítulo, “Understanding changes in welfare state regimes: some considerations”, Claude Martin debruça-se sobre os sistemas nacionais de proteção social e apresenta uma visão das reformas dos Estados-Providência durante as últimas décadas na Europa, num contexto de profunda transformação demográfica e do mercado de trabalho que afeta os sistemas de proteção social, como sejam a combinação de famílias e casais em situação de maior fragilidade social e económica, o impacto do envelhecimento da população e as mudanças no mercado de trabalho, designadamente a proliferação de empregos menos seguros e mais flexíveis. A (in)sustentabilidade dos sistemas de proteção social é, então, analisada no quadro destas tendências.

No capítulo 3, “Desigualdades, configurações territoriais e coesão social: o caso dos Açores”, Rosário Mautitti, Sara Franco Silva, Maria do Carmo Botelho e Nuno Nunes analisam as configurações de coesão social na Região Autónoma dos Açores, comparando-as com as de Portugal continental. Para esse efeito, os autores descrevem as condições de vida e participação social da população em diversas áreas. Recorrendo ao conceito de Territórios Intermédios concluem que esta heterogeneidade se regista aos níveis sociodemográficos, socioprofissionais e económicos. Ao comparar estas duas realidades territoriais, o estudo pretende identificar as principais diferenças e semelhanças na coesão social, destacando os desafios e oportunidades de desenvolvimento nos Açores.

No capítulo 4, “Pobreza e escolaridade em Portugal, tendências recentes”, Fernando Diogo, verificando que os níveis de pobreza são mais elevados nos Açores, com valores de abandono escolar precoce bastante acima da média nacional, sugere uma relação entre pobreza e educação, pois quanto maior for o nível de escolaridade, menor será a probabilidade de um indivíduo cair ou se encontrar em situação de pobreza.

Os capítulos 5 e 6 abordam os centros de atividades de tempos livres (CATL) focando as perspetivas de diferentes inquiridos: os pais e as crianças/jovens que os frequentam, respetivamente. Assim, no capítulo 5, “Para brincar ou para estudar? Os centros de atividades de tempos livres na perspetiva dos pais”, Ana Matias Diogo, Ana Cristina Palos, Margarida Serpa, Francisco Sousa e Jorge Ávila de Lima verificam a existência de uma clivagem social entre famílias na forma como estas encaram as funções dos CATL. As famílias com menor capital económico e cultural valorizam o apoio à escolaridade dos seus filhos, enquanto as que têm mais elevado capital económico e cultural destacam prioritariamente o papel lúdico-expressivo-recreativo, depositando mais confiança na sua própria capacidade de acompanhar a escolaridade dos filhos.

No que se refere ao capítulo 6, “‘Faço o que quero ou o que me mandam fazer?’ Perspetivas das crianças sobre os CATL”, Ana Cristina Palos, Ana Matias Diogo, Margarida Serpa, Francisco Sousa e Jorge Ávila de Lima demonstram que, para as crianças que participaram no estudo, e apesar de se esperar que os CATL sejam espaços mais informais, as atividades que neles se realizam são maioritariamente organizadas, estruturadas e dirigidas pelos adultos, menorizando-se a sua possibilidade de iniciativa. Isto apesar de as crianças que frequentam os CATL estudados mencionarem a necessidade de serem mais interventivas na escolha das atividades a realizar, no respeito pelas suas necessidades e interesses e, consequentemente, no desenvolvimento do seu potencial.

Finalmente, no capítulo 7, “O divórcio nos Açores – uma abordagem exploratória”, Piedade Lalande analisa e compara as taxas de divórcio nos Açores com as do restante território nacional, destacando as diferenças e similaridades. Através desta análise, verifica-se que, desde 1999, a taxa de divórcio nos Açores tem sido superior à média nacional e que, em 2020, superou tanto a média nacional como a média europeia. É destacado o facto de o concelho de Ponta Delgada ser o único concelho açoriano onde o divórcio apresentou um aumento significativo nos últimos anos, sugerindo a autora possíveis interpretações para este fenómeno.

Agora que este livro é partilhado com o leitor, e agradecendo as colaborações dos autores assim como dos especialistas avaliadores da qualidade científica, confiamos que o mesmo seja um contributo válido para uma ação mais sociologicamente informada, sem menosprezar a importância do diálogo interdisciplinar

nas Ciências Sociais ao nível epistemológico, paradigmático, teórico e metodológico, quer na dimensão pessoal, quer na dimensão institucional. Esperamos que “This knowledge can incentivize and support strategic decision-making by different societal actors, both in terms of better conceptualizing and framing the desired transformations in their context and in the use of levers to enact transformations”¹.

Os Organizadores
Sandro Serpa
Fernando Diogo
Ana Matias Diogo

¹ Independent Group of Scientists appointed by the Secretary-General. (2023). *Global Sustainable Development Report 2023: Times of crisis, times of change: Science for accelerating transformations to sustainable development*. United Nations. <https://doi.org/10.18356/9789213585115>. p. XVII.

CAPÍTULO 1

CRISE E A CATÁSTROFE COMO POSSIBILIDADE NO “HABITÁCULO DURO COMO O AÇO”¹

FERNANDO BESSA RIBEIRO

Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho

INTRODUÇÃO

Max Weber ofereceu-nos uma definição do capitalismo ao mesmo tempo poderosa e inquietante: “habitação dura como o aço”. Também podendo ser designada por “jaula de aço”², aliás título de um livro notável de Michael Löwy, nesta obra o sociólogo franco-brasileiro sublinha que, “mais do que nunca, e mais do que na época de Marx ou de Weber, somos submetidos ao poder total de forças impessoais – o mercado, as finanças, a dívida, a crise, o desemprego – que se impõem aos indivíduos como um destino implacável” (Löwy, 2014, pp. 137-138). Ora, se estamos perante um destino implacável, tal implica considerar os limites das transformações, interpelando os argumentos que sugerem que tudo está a mudar.³ Sendo a mudança um tema recorrente na teoria social, em

1 O texto é uma versão modificada, aumentada e atualizada da comunicação apresentada. Não alterando nada de fundamental ao então discutido – a crise severa, simultaneamente ambiental e social, que se desenrola no quadro da recomposição do sistema mundial capitalista –, entre novembro de 2021 e setembro de 2022, quando concluí o texto, a situação internacional conhece um novo desenvolvimento com a guerra na Ucrânia, ao qual não poderia ficar indiferente, considerando as questões em discussão. Daí que tenha entendido justificar-se a alteração do título que suportou a comunicação: *Crise ecológica e sustentabilidade no “habitação dura como o aço”*. Muitos dos argumentos agora apresentados foram já discutidos noutros textos (cf. Ribeiro, 2017; Ribeiro & Silva, 2022).

2 Trata-se de uma expressão utilizada por Weber (2004 [1904], p. 165) numa das derradeiras páginas de *A Ética protestante e o espírito do capitalismo*. Nesta edição brasileira, em linha com o que se pode ler em muitos outros comentários a esta obra do sociólogo alemão, a expressão foi divulgada pela tradução de Talcott Parsons, realizada em 1930. Traduzida por *iron cage*, no original Weber fazia referência à metáfora de *stahlhartes Gehäuse*, que deverá antes ser traduzida por carapaça ou crosta rígida como o aço.

3 Num depoimento prestado para o documentário *La Sociologie est un sport de combat*, realizado por Pierre Carles em 2001, Bourdieu lembra que quando começou a sua atividade académica, na década de 1950, a mudança era um assunto central em muitas das investigações sociológicas.

2020 a pandemia foi considerada a força da mudança, da qual, diziam-nos com entusiasmo os jornalistas, comentadores e até políticos, iria surgir um mundo novo. Hoje sabemos que o mundo pós-pandémico prometia ser igual ao que foi suspenso no início de 2020. Mal as restrições desapareceram, lá voltamos a dar voltas, a fazer filas à porta dos monumentos ou de qualquer pastelaria mais ou menos típica para comer um pastel de nata... Até os que se inquietam, com inteira justificação, com o abismo ambiental que se aproxima a passos largos foram a correr aos milhares, em aviões, para Glasgow, para participar na COP26,⁴ produzindo mais umas toneladas de dióxido de carbono, ora para protestar, ora para debater como salvar o mundo, a espécie humana e a sociedade que fomos construindo. Agora temos a guerra na Ucrânia. Tendo esta desencadeado uma literal “chamada às armas”⁵ dos Estados Unidos da América (EUA) e seus aliados europeus em defesa nomeadamente dos chamados “valores ocidentais”,⁶ a guerra pode ser vista como a primeira “guerra por procuração” dos EUA, depois da derrota no Afeganistão. Enfrentando a Rússia, ela insere-se numa história já bem longa de guerras travadas “à distância” após o desastre do Vietname, que praticamente afastou o exército americano de operações militares diretas até à primeira guerra do Golfo.

Pandemia, guerra e devastação ambiental são manifestações trágicas do tempo presente. Estes eventos convocam a nossa atenção para as estruturas que organizam o capitalismo, suas forças e flexibilidade para incorporar o que vai surgindo de novo, mesmo aquilo que começou por se constituir como ameaça (v.g., as políticas de proteção ambiental). Neste sentido pensar que “a mudança é eterna. Nada muda, nunca”, tal como proposto por Wallerstein (1995, p. 3), será certamente uma boa referência para analisar o capitalismo e as suas dinâmicas mais recentes, procurando responder à questão: a crise conduzirá ao desmoronamento do capitalismo ou, pelo contrário, revela uma fase de recomposição do capitalismo implicando uma mudança de hegemonia?

4 A COP (Climate Change Conference of the Parties) é uma iniciativa das Nações Unidas, tendo a cidade escocesa de Glasgow acolhido a 26.ª edição, entre 31 de outubro e 13 de novembro de 2021.

5 A promessa de aumento dos gastos militares é tão escandalosa, que suscitou a condenação implacável do Papa Francisco no Congresso do Centro Feminino Italiano, em Roma, a 24 de março de 2022. Citando-o: “Fiquei envergonhado quando li que um grupo de Estados se comprometeu a gastar dois por cento do PIB na compra de armas, como resposta ao que está acontecendo agora. Loucura! A verdadeira resposta, como disse, não são outras armas, outras sanções, outras alianças político-militares, mas outra abordagem, uma forma diferente de governar o mundo” (cf. www.vaticannews.va/pt/papa/news/2022-03/papa-francisco-associacao-mulheres-centro-feminino-italiano.html).

6 Cf., entre muitos outros textos, Applebaum (2022).

Este texto desenvolver-se-á tendo como grande inquietação duas possibilidades de saída para a crise: (i) o risco da catástrofe nuclear; (ii) o risco da catástrofe ambiental.

1. “O HABITÁCULO DURO COMO O AÇO” EM RECOMPOSIÇÃO: A VEZ DA CHINA?

Desde, pelo menos, a década derradeira do século XX, o campo anticapitalista discute (e diverge) sobre a situação e o futuro do capitalismo. Se uns defendem que se vive uma crise geral derradeira do sistema capitalista (Wallerstein, 1999), outros argumentam que estamos perante o fim de uma fase, a do regime de acumulação ancorado na hegemonia norte-americana e a concomitante recomposição em direção a um sistema multipolar. Os factos parecem dar razão à segunda tese. Pensemos, por exemplo, nas areias do Iraque e nas montanhas do Afeganistão. Os fracassos militares e sobretudo políticos da intervenção nestes países perturbaram o sonho de uma hegemonia prolongada pelo século XXI da elite dirigente norte-americana, confrontando-a com as debilidades dos EUA. Agora envolvidos na guerra na Ucrânia, a sua incapacidade de subjugar a Rússia terá de ser compreendida considerando a China como grande potência e possivelmente novo centro sistémico em meados do presente século. Alguns dos que se interessam pelo estudo das dinâmicas globais, como Arrighi, já o tinham notado ainda antes do fecho do século XX:

Depois de 600 anos nos quais “as dádivas” da história e da geografia fizeram do Ocidente o local original do capitalismo mundial, parece agora que as civilizações do leste asiático estão melhor posicionadas para tirar vantagem desta última reversão no ímpeto organizacional do capitalismo mundial. [...] o centro parece estar mudando para uma região do mundo não ocidental. (Arrighi, 1997, p. 365)

Em linha com Arrighi, Harvey (2011) sublinha que são as próprias agências do governo norte-americano, nos seus estudos prospetivos, a dar conta do declínio, podendo ler-se em alguns relatórios que em meados da presente década os EUA já não serão a potência hegemónica. Apesar de não ser possível sustentar empiricamente a afirmação de que a liderança política e económica dos EUA coincidiu apenas durante um período relativamente curto, entre 1945 e 1973 (Arrighi, 1997, p. 30), é manifesto que “o declínio da supremacia americana foi acompanhado pelo espectacular surgimento do leste asiático, não apenas como principal ‘depositário da liquidez mundial’, mas também como a ‘oficina do mundo’” (Arrighi, 1997, p. 363). Mais de um quarto de século depois destas pertinentes observações do

sociólogo italiano, extensamente desenvolvidas e confirmadas no seu livro derradeiro, com o sugestivo título *Adam Smith in Beijing* (Arrighi, 2007), a China é hoje, sempre sob o comando do Estado, a segunda maior economia do mundo, a primeira se medida segundo o critério de paridade de poder de compra, desempenhando um papel crucial na recomposição do sistema capitalista.⁷

Estamos perante uma história cujas raízes podemos encontrar nas humilhações provocadas pela opressão exercida pelos britânicos e depois pelos japoneses que dariam origem a lutas nacionalistas e revolucionárias que tiveram nos comunistas chineses a força fundamental.⁸ Liderados por Mao Tsé-tung, lograram vencer em 1949, não conseguindo impedir, porém, que Chiang Kai-shek e o que sobrava do seu exército se refugiassem em Taiwan, mantendo desde então um regime rebelde a Pequim. País rural e martirizado pela guerra ao longo do século XIX e da primeira metade do século XX, os comunistas chineses iniciaram o difícil caminho de transformar o país, estabelecendo um regime socialista. Apesar dos fracassos do “grande salto em frente” e da Revolução Cultural, verificou-se um crescimento económico assinalável, perfazendo um valor médio de 6% no período de 1952 a 1974. Decalcando a experiência soviética, a indústria foi considerada a alavanca fundamental do desenvolvimento económico, não se revelando, porém, capaz de reduzir o atraso tecnocientífico em relação aos países capitalistas (Domingues, 2013, p. 83 ss). No final dos anos 1970, após o desaparecimento de Mao e a derrota do chamado “bando dos quatro”, o governo chinês ensaia uma viragem na economia, tendo por objetivo incorporá-la no sistema mundial capitalista (cf. Lew, 1999). Sob a direção de Deng Xiaoping, o objetivo era fazer da economia chinesa um dos novos polos do capitalismo globalizado, tendo o líder chinês elegido como *slogan* “enriquecer é glorioso”. Para o concretizar, sublinha Harvey (2005, pp. 121 ss), em dezembro de 1978, Deng elaborou um programa de reformas económicas que, aceitando a introdução do mercado na economia sob a direção do Estado, tinha como meta as quatro modernizações: agricultura, indústria, ciência e tecnologia e defesa, respeitando o *xiaokang*, isto é, a conceção chinesa de sociedade ideal capaz de providenciar o bem-estar para todos os cidadãos.

É neste cenário político e ideológico que a China acolhe investimentos e comércio estrangeiros, embora mantendo um forte controlo estatal. Aplicou uma estratégia gradualista (Arrighi, 2007) que contrastou fortemente com a opção de outros países de orientação socialista, com destaque para a União Soviética e a

7 Cf. www.globalfirepower.com/purchasing-power-parity.php.

8 Das agressões imperialistas à China, uma das mais brutais foi levada a cabo pelos ingleses. Para simplesmente defender o seu comércio de ópio com este país, transformando um povo inteiro em toxicod dependente, não hesitaram em fazer duas “guerras do ópio” (1839-1842 e 1856-1860).

sua *Perestroika* que, levando ao próprio colapso do Estado, terminou na adoção abrupta da economia de mercado e nas chamadas “terapias de choque” neoliberais. O pilar-chave da reforma chinesa era a industrialização e o acesso à tecnologia. Foram também criadas zonas económicas especiais, isto é, territórios abertos ao investimento estrangeiro e à criação de indústrias, muitas delas deslocalizadas de antigos centros produtores, como os países periféricos europeus. A primeira zona económica estabeleceu-se na província de Guangdong, localizada junto a Hong Kong, então sob domínio britânico. No entender da liderança chinesa, explica Harvey (2005, p. 121), tal permitiria a transferência de tecnologia, garantida pelas parcerias entre empresas estrangeiras e chinesas geridas pelo Estado, bem como a acumulação de dólares norte-americanos e outras moedas facilmente convertíveis no mercado de capitais, fundamentais para desenvolver os meios necessários ao aumento e à consolidação da procura interna, sem a qual não seria possível a melhoria das condições materiais de existência do povo chinês. As reformas incluíram também alterações nos ecossistemas empresarial, financeiro e universitário, tendo por objetivo reforçar as parcerias entre eles, nomeadamente no desenvolvimento da informática, área que exige formação científica, equipamentos e avultados recursos financeiros. Por outro lado, o governo chinês promoveu a concorrência entre empresas, incluindo as estatais (cf. Arrighi, 2007; Fukuyama, 2022).

Seja qual for o ponto de observação, há que reconhecer que a China foi extraordinariamente bem-sucedida. Depois de ter funcionado como a fábrica de bens manufaturados baratos e com baixa intensidade em capital e sobretudo tecnologia, pactuando com a pirataria de produtos ocidentais, hoje o mercado está dominado por uma produção sofisticada realizada por empresas com capitais exclusivamente chineses.⁹ Podemos ver este êxito através dos semicondutores. Sendo muitos vendidos por um valor inferior a um euro, estão por todo lado. Sem eles não teríamos muitos dos bens e serviços necessários à vida quotidiana. Onde se situam as principais e mais avançadas fábricas que produzem semicondutores? A resposta é fácil: em Taiwan, na Coreia do Sul e na China. Aliás, uma delas é propriedade da Yangtze Memory Technologies, situada em Wuhan, epicentro da pandemia da covid-19. Também aqui se pode perguntar: como se chegou a uma situação em que os EUA e a União Europeia (UE) passaram de 37% e 44% do

9 A pirataria industrial desempenhou um papel relevante na apropriação e reprodução de tecnologias pelas indústrias chinesas (Harvey 2005, pp. 121 ss). De certa forma estamos perante um modo concreto de aplicação da engenharia reversa. Violando obviamente muitas patentes, ainda hoje são numerosos os exemplos de cópias de produtos ocidentais e japoneses, em especial no campo automóvel. Uma rápida pesquisa na internet permite conhecer vários exemplos bem contemporâneos (cf., entre outros, <https://autopapo.uol.com.br/noticia/cinco-carros-chineses-clones/>).

total da produção mundial de semicondutores em 1990 para, respetivamente, 12% e 10% (cf. Morozov, 2021, pp. 28-31)? Como acontece com qualquer fenómeno, incluindo os económicos, não temos uma única causa explicativa. A maximização dos lucros, baseada no chamado “modelo de produção sem fábrica” (Morozov, 2021, p. 29), é certamente umas das causas mais relevantes. Assenta num procedimento muito simples: as empresas detentoras de marcas entregam a outras empresas o fabrico dos produtos que vendem. O exemplo mais conhecido é o da Apple, cujos telefones são produzidos na China pela empresa *Foxconn Technology*, de Taiwan, com componentes da *Taiwan Semiconductor Manufacturing Company* (TSMC), também com sede em Taiwan, com uma capitalização bolsista de 410 mil milhões de dólares, ou seja, mais de três vezes a da Intel.¹⁰ Este modelo de produção sem fábricas permitiu deixar para outros, neste caso os países do Sudeste Asiático, as atividades industriais com margens reduzidas, reservando para as empresas ocidentais as atividades ligadas à criação e desenho dos produtos, ou seja, as atividades baseadas na propriedade intelectual, mais lucrativas no curto prazo mas com impactos sociais, económicos e políticos assinaláveis. Ainda atrás de Taiwan e da Coreia do Sul – entenda-se, atrás da TSMC e da Samsung –, a China avança rapidamente para se tornar também líder neste campo crucial para o desenvolvimento da inteligência artificial e da internet das coisas, duas áreas fundamentais da chamada “indústria 4.0”, tendo na *Semiconductor Manufacturing International Corporation* (SMIC) a sua empresa-farol. Fundada por um antigo engenheiro que trabalhou na *Texas Instruments* e depois na TSMC, a SMIC tem capitais públicos e é apoiada fortemente por diversas agências do governo chinês, contribuindo, tal como muitas outras empresas, para que a China seja hoje o país que mais constrói fábricas de semicondutores no mundo. E não é coisa pouca: a construção de uma única fábrica pode custar vinte mil milhões de euros. No caso da SMIC, de acordo com o que se pode ler no seu sítio de internet,¹¹ a empresa possui seis fábricas na China, tendo atualmente em construção mais três.

Dando um “salto de tigre”, a China transformou-se no principal reservatório de capital a nível mundial. Com a disponibilidade de dólares e euros sem paralelo em nenhum outro país, as empresas chinesas saíram do país às compras. Longe de ter terminado, a aquisição de empresas foi feita nos mais diversos países, com destaque para os europeus e os EUA. Por exemplo, a Volvo foi comprada ao construtor norte-americano Ford pela Geely;¹² a Peugeot (agora parte da Stellantis)

10 Cf. <https://companiesmarketcap.com/semiconductors/largest-semiconductor-companies-by-market-cap/>.

11 Cf. www.smics.com/en/site/company_info#page_slide_0.

12 Cf. http://global.geely.com/why_geely.php#viewIndex=4.

conta entre os seus acionistas com a Dongfeng, empresa fabricante de veículos automóveis, incluindo pesados, que conta com capital público.¹³ A aquisição de capital de empresas estrangeiras no campo automóvel prossegue, tendo a Geely adquirido mais de um terço das ações da Renault Korea Motors no primeiro semestre de 2022.¹⁴ Se considerarmos o caso de Portugal, constatamos a existência de capital chinês na energia, na saúde, nos bancos e nos seguros, fazendo do país do “império do meio” o principal investidor estrangeiro.

Já no campo da política e diplomacia internacionais, a China procura consolidar as suas redes políticas e económicas. Posicionando-se como a principal defensora do livre comércio – facto que ilustra a sua força económica –, são hoje vários os acordos comerciais estabelecidos com os seus vizinhos asiáticos e da Oceânia. É o caso da Parceria Económica Abrangente Regional (*Regional Comprehensive Economic Partnership* na designação inglesa). Envolvendo os países da Asean,¹⁵ mais o Japão, Austrália, Nova Zelândia, Índia e Coreia do Sul, quase todos aliados históricos dos EUA, representa *grosso modo* mais de 30% da população e da riqueza mundial anualmente produzida. Dando expressão ao confronto implacável que trava com os EUA, há muito que a China aprofunda as relações bilaterais com a Rússia nos mais diversos domínios, incluindo o militar. Participando com ela no BRICS,¹⁶ os laços parecem ter-se estreitado com a guerra na Ucrânia, não deixando dúvidas sobre qual é o lado em que a China se posiciona.¹⁷ Em setembro

13 Cf. www.reuters.com/article/2014/02/18/us-dongfeng-peugeot-idUSBREA1H02J20140218 e www.dfmc.com.cn/info/introduce_en.aspx.

14 Cf. <https://automotivebusiness.com.br/pt/posts/setor-automotivo/geely-compra-34-das-aco-es-da-renault-na-coreia-do-sul/>.

15 A ASEAN é uma associação de nações do Sudeste Asiático, fundada em 1967, à qual pertencem a Indonésia, a Malásia, as Filipinas, Singapura, a Tailândia (desde 1967), o Brunei (desde 1984), o Vietname (desde 1985), Mianmar, Laos (desde 1997) e o Camboja (desde 1999) (cf. www.asean.org).

16 BRICS é a sigla designada para o acordo de cooperação reunindo inicialmente o Brasil, a Rússia, a Índia e a China, e mais tarde também a África do Sul. Na declaração conjunta fundadora, assinada em 2009, em Yekaterinburg, na Rússia, o compromisso em defesa de uma ordem internacional multipolar é explicitamente afirmado (<http://infobrics.org/document/3/>).

17 Se durante os primeiros dias da guerra na Ucrânia ainda se foi propagando que a China poderia estar do lado do Ocidente, como aconteceu durante parte da segunda metade do século XX devido ao conflito sino-soviético, o governo chinês removeu todas as dúvidas quando, perante o apelo do Secretário-Geral da Organização do Tratado do Atlântico Norte para que a China condenasse o ataque russo, a missão diplomática chinesa na UE recusou fazê-lo, contrapondo que o povo chinês jamais esquecerá quem bombardeou a sua embaixada em Belgrado, acrescentando que não aceitam lições do abusador do direito internacional (cf. http://eu.china-mission.gov.cn/eng/fyrjh/202203/t20220317_10652463.htm). Confirmando o seu apoio à Rússia, a China enviou tropas para participarem nos exercícios militares Vostok-2022, em setembro de 2022, tendo estes contado também com a presença de contingentes da Índia, Laos, Mongólia, Nicarágua e Síria (cf., entre outros sítios da *media* nacional e internacional,

de 2022, Xi Jinping visitou a Rússia para participar na cimeira da Organização para a Cooperação de Xangai, realizada em Samarcanda (Uzbequistão).¹⁸

2. CRISE AMBIENTAL E OS RISCOS MULTIPLICADOS: A CATÁSTROFE ATÓMICA COMO POSSIBILIDADE?

O extraordinário desenvolvimento da China é hoje avaliado como uma ameaça pelos EUA, pois concorre para colocar em causa a sua hegemonia sobre a Ásia, quer dizer, a sua dominação global. Não dominando a Ásia, os EUA não podem manter-se como potência hegemónica do sistema mundial capitalista. Mais do que um confronto entre defensores e opositores do liberalismo, como sustenta Fukuyama (2022), o avanço chinês, que é também asiático, coloca-nos, como acima já foi aludido, perante uma transição de hegemonia, sempre rara na história. Esta ocorre em circunstâncias especialmente graves e distintas, com fatores inexistentes noutras fases de transição hegemónica no mundo. São elas a crise ecológica e o arsenal nuclear detido por vários países, com destaque para os EUA e a Rússia.

Passamos os olhos pelos jornais no mês derradeiro do verão de 2022 e repetidamente lemos que o mundo enfrenta a seca mais grave desde que há registos, talvez a mais severa dos últimos quinhentos anos. Não sendo os danos ambientais recentes, antes podendo colocar a sua origem nas primeiras civilizações, quando teve início a “destruição progressiva do meio ambiente físico” (Giddens, 2000, p. 74), é com o capitalismo que se produz uma ação destrutiva sem paralelo na história humana, aliás já intuída e analisada no século XIX por Marx [2014 (1867)] e Engels (1979 [1925]).¹⁹ Insaciável na exploração de matérias-primas, hoje envolvendo as zonas mais inhóspitas e remotas do planeta, como o Ártico, a Antártida e o fundo dos oceanos, para extrair petróleo e gás, amanhã certamente outros recursos, o capitalismo agrava os problemas, não obstante todos os compromissos e promessas dos governos para contrariar a sua ação. António Guterres, secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), tem sido um dos políticos

<https://24.sapo.pt/atualidade/artigos/russos-treinam-com-tropas-chinesas-e-putin-acompanha> e <https://veja.abril.com.br/mundo/russia-e-china-mais-amigos-que-nunca-coordenam-jogos-de-guerra-colossais/>.

18 Trata-se de uma organização com interesses nos campos político, militar e económico, fundada em Xangai em 2001 pela China, Rússia, Cazaquistão, Quirguistão, Tajiquistão e Uzbequistão. Em 2017 a Índia e o Paquistão tornaram-se também membros; em 2021 juntou-se o Irão (cf. <http://eng.sectesco.org/>).

19 Embora não a tenha discutido, Marx [2014 (1867), p. 571] intui que o capitalismo é constituído por uma segunda contradição fundamental, explicitada por O’Connor (1991a, 1991b e 1998). Este sociólogo norte-americano, figura de proa do ecomarxismo, considera, seguindo Polanyi (1983 [1944]), que o capitalismo não tem apenas a contradição entre capital e trabalho mas uma outra, a contradição entre as condições ecológicas nas quais o capital funciona e a sua propensão para sobre-explorar os recursos naturais, deteriorando os alicerces que lhe possibilitam obter as mais-valias.

que mais voz têm dado às inquietações de muitos sobre os problemas ambientais que o mundo enfrenta. Depois de, em dezembro de 2020, na sua intervenção de abertura da Cúpula de Ambição Climática que celebrou os cinco anos do Acordo de Paris, ter solicitado aos chefes de governo que declarassem o “estado de emergência climática em seus países até que alcancemos a neutralidade em carbono”,²⁰ em julho de 2022, no encontro em Berlim para o diálogo climático, foi mais longe declarando que a humanidade está à beira de um “suicídio coletivo”.²¹ Se estes pronunciamentos públicos de Guterres implicam manter a questão ambiental na ordem do dia como problema maior do nosso tempo, dão também força aos argumentos de, entre muitos outros, Diamond (2005), Löwy (2013), Taibo (2017) e Ferrarotti (2022) sobre os riscos de catástrofe que enfrentamos. Embora não exista rigorosa concordância no que se prende com as respostas, é inevitável constatar que, como argumenta o Papa, na sua polémica e muito contestada carta encíclica: “nunca maltratámos e ferimos a nossa casa comum tanto como nos últimos dois séculos” (Francisco, 2015, p. 39).²²

Por sua vez, a guerra na Ucrânia impacta severamente também no campo ambiental, desde logo em consequência da devastação produzida pelas atividades militares. A destruição de estruturas industriais, como siderurgias e refinarias, tem efeitos poluidores assinaláveis, quer na contaminação atmosférica, decorrente dos incêndios provocados pelos bombardeamentos, quer nas águas superficiais e subterrâneas por escorrência dos derrames químicos e dos componentes das bombas e outros explosivos utilizados. Temos também os riscos decorrentes das centrais nucleares ucranianas, em especial a de Zaporizhia, em cuja região se travam combates. Se estes são os efeitos imediatos, localizados na Ucrânia, outros prometem prolongar-se pelo tempo, atingindo outras geografias, enfim, globalizando-se. A substituição do gás russo, impactando severamente as economias da UE, está a traduzir-se na reativação de minas de carvão e no aumento da utilização de petróleo e do gás produzido através do chamado *fracking*.²³ Os governos espanhol e português, apoiando o governo alemão, mobilizam-se

20 Cf. <https://valor.globo.com/mundo/noticia/2020/12/12/guterres-pede-que-todos-os-lderes-declarem-emergencia-climtica.ghtml>.

21 Cf. www.dw.com/pt-br/humanidade-est%C3%A1-%C3%A0-beira-de-suic%C3%ADdio-coletivo-devido-ao-clima-alerta-onu/a-62514063.

22 Esta carta encíclica é um dos muitos documentos e tomadas de posição públicas do líder católico que têm merecido o repúdio dos conservadores, incluindo aqueles que se situam no interior da própria igreja católica (cf. Maciotti, 2021).

23 O *fracking* é uma técnica de perfuração para extrair gás de xisto, através da injeção de uma mistura de água e substâncias químicas no subsolo, provocando a fragmentação das rochas e a extração do gás (cf. <https://goldenergy.pt/glossario/fracking/>).

para quebrar a oposição francesa e obter os meios financeiros necessários para a conclusão do gasoduto inacabado que liga a Península Ibérica a França pela Catalunha, potenciando a utilização de combustível de origem fóssil. No campo nuclear, a energia elétrica produzida através da fissão atômica voltou a ser considerada uma energia aceitável, sendo muitos os países que apostam no reforço da sua capacidade de produção de energia nuclear. Esta, juntamente com o gás natural, passou a fazer parte na UE das energias adequadas à transição energética visando a neutralidade carbónica, segundo o proposto pela Comissão Europeia.²⁴ Nos EUA é até parte do movimento ecologista que apoia esta forma de produção de energia (cf. Robin, 2022), negligenciando os acidentes terríveis de Chernobyl e de Fukushima e o problema, a bem dizer irresolúvel, dos resíduos produzidos pelas centrais nucleares. O consumo mundial de energia continua a crescer de forma intensa, tendo quase quadruplicado nos últimos sessenta anos, ainda que o consumo *per capita* não o tenha feito ao mesmo ritmo, crescendo pouco mais de 50% em relação a 1960 (cf. Klare, 2022). Tal coloca no centro do debate não só as desigualdades no acesso e utilização da energia como também a própria dimensão da população humana que, ainda durante o ano de 2022, vai superar a fasquia dos oito mil milhões de pessoas.

Face a este cenário de catástrofe, o que fazem os EUA? Recusando quer o seu declínio, quer participar na construção de uma solução multipolar, o governo norte-americano age para que o país não seja apeado do comando do mundo. Lembrando as palavras de Barack Obama: “não podemos deixar que países como a China escrevam as regras da economia global”.²⁵ Já com Joe Biden na presidência dos EUA, a China é classificada como uma “séria competidora”, dando fundamento aos que argumentam, como Schuman (2022), que a nova *Cold War* terá como oponente o grande país asiático. Assim, o governo norte-americano mobiliza todos os seus instrumentos, sejam eles militares, comerciais ou tecnocientíficos, para travar o curso da história. No campo económico ataca a Huawei, impedindo-a de aceder ao sistema operativo Android. Mais recentemente, e já no campo militar, a OTAN, enquanto braço armado do poder norte-americano, hoje globalizado, aprovou na cimeira de Madrid, realizada em junho de 2022, um novo conceito estratégico no qual a Rússia é definida como ameaça direta e mais significativa e a China como desafio para a segurança, os interesses e os valores dos EUA e seus aliados europeus.²⁶

24 Cf. https://finance.ec.europa.eu/publications/eu-taxonomy-complementary-climate-delegated-act-accelerate-decarbonisation_en.

25 Cf. http://economico.sapo.pt/noticias/eua-fecha-maior-acordo-comercial-da-historia_230855.htm.

26 Cf. www.nato.int/cps/en/natohq/news_197281.htm?selectedLocale=en.

Apesar desta firme orientação, o contra-ataque norte-americano parece ser incapaz de bloquear “o caminho para o Oriente” da economia mundial. A não ser que opte pelo aparentemente impensável, isto é, a guerra nuclear, a preservação da hegemonia afigura-se inviável. De facto, atendendo à força económica da China, à demografia, aos recursos naturais, ao conhecimento e à posse de tecnologias detidas pelas suas empresas, facilmente se percebe que não é fácil reverter esta dinâmica, por exemplo procedendo à realocização das atividades industriais nos antigos centros produtores. Os EUA confrontam-se também com a concorrência de outras potências emergentes, como a Índia, vendo com isso agravar-se um outro fator muito desfavorável: o demográfico, atendendo a que o seu peso fica largamente aquém dos 5% do total da população mundial. Mesmo no interior do campo ocidental, os EUA têm de gerir a desobediência intermitente de alguns aliados. Se historicamente a França se tem revelado como o aliado menos alinhado dos EUA, nos últimos anos a Alemanha tem recusado seguir cegamente o suserano, sendo o exemplo mais notório a posição discordante assumida na última guerra do Iraque. E agora, com a Ucrânia, a suposta unanimidade ocidental em torno do que é um dos objetivos fundamentais dos norte-americanos – enfraquecer decisivamente a Rússia, sobretudo em termos militares –²⁷ suscita de novo as reticências da França e da Alemanha.²⁸ Constatar estas expressões de desalinhamento não permite concluir que as potências europeias pretendam emancipar-se do suserano norte-americano. Pelo contrário, a guerra na Ucrânia parece ter contribuído, não obstante o acima mencionado, para reforçar a submissão aos EUA em circunstâncias que são especialmente penosas para os povos europeus, doravante atrelados aos seus interesses, em especial energéticos e militares.

Se não podem travar o declínio, há que o apreciar na sua efetiva proporção. Ele não implica que os EUA deixem de ser relevantes do ponto de vista económico nem, de modo algum, em termos políticos. Se considerarmos que o poder militar é peça fundamental para a afirmação e perenidade dos outros poderes, não é

27 Lloyd Austin, secretário de Defesa norte-americano, removeu as dúvidas sobre os propósitos dos EUA, esclarecendo que “queremos ver a Rússia enfraquecida de modo a que não possa fazer o tipo de coisas como a invasão da Ucrânia. [Os russos] Já perderam muito da capacidade militar. Queremos que não tenham a capacidade de recuperar muito rapidamente essa capacidade” (cf. www.dn.pt/internacional/eua-querem-uma-russia-enfraquecida-e-reforcam-apoio-militar-a-ucrania-e-nato-14799317.html).

28 Esta dissonância no bloco ocidental foi notada e vivamente criticada por Volodymyr Zelensky numa longa entrevista à revista *The Economist*, no final de março de 2022 (cf. www.economist.com/europe/2022/03/27/volodymyr-zelensky-in-his-own-words?giftId=25fe5d23-2891-4ded-9ef8-0ace45db87d1). Mais tarde, em maio de 2022, Macron tornou explícita a posição francesa, ao declarar que “a paz não se pode construir com humilhação da Rússia” (cf. <https://pt.euronews.com/my-europe/2022/05/09/macron-diz-que-a-paz-nao-se-pode-construir-com-humilhacao-da-russia>).

provável que nas próximas décadas a China se aproxime da capacidade militar norte-americana, nomeadamente a nível marítimo. Os valores das despesas militares são muito elucidativos, revelando a enorme desproporção de recursos em confronto: cerca de 40% do que o mundo gasta neste campo é da responsabilidade dos EUA. O orçamento para 2022 ultrapassa os 778 mil milhões de dólares, uma soma astronómica que corresponde a mais de três vezes a riqueza anual produzida em Portugal. A China e a Rússia ficam a uma enorme distância, gastando, respetivamente, 252 mil milhões e 61 mil milhões de dólares.²⁹ Tal garante aos EUA a operacionalidade de uma formidável máquina de guerra que assegura uma capacidade de intervenção e de defesa dos seus interesses em qualquer lugar do mundo, sem paralelo com qualquer outro Estado. Com os aliados membros da OTAN contam com mais de 3,5 milhões de soldados, incluindo neste número uma força de intervenção rápida permanentemente disponível cujo efetivo de 40 000 militares vai passar para 300 000 em 2023.³⁰ Mais, ao mesmo tempo que continuarão a pertencer aos EUA, juntamente com a Europa, a maioria das grandes multinacionais e instituições financeiras,³¹ este país manterá uma posição relevante em muitos setores económicos, com destaque para o da chamada economia digital, na qual podemos incluir a cada vez mais digitalizada indústria automóvel, marcada pelo aparecimento da Tesla como *player* decisivo.³² Tirando bom proveito do avanço indiscutível dos norte-americanos no domínio da programação informática, esta economia digital é dominada pelas empresas do Vale do Silício, como a Alphabet (Google) e a Apple, a que se juntam, entre outras, a Microsoft, a Meta Platforms (Facebook), a IBM e a Cisco.³³ Como é sublinhado num texto de 2014, com plena atualidade,

29 Cf. <https://data.worldbank.org/indicator/MS.MIL.XPND.CD>.

30 Entre outros, ver www.dn.pt/internacional/stoltenberg-garante-reforco-das-forcas-de-reacao-rapida-da-nato-ate-ao-proximo-ano--14976416.html.

31 Tomando como critério a capitalização bolsista, nas dez maiores empresas apenas uma não é norte-americana (a saudita Saudi Aramco). Como contraste, a primeira empresa chinesa (a Tencent) ocupa a 13.ª posição do *ranking*, sendo que a primeira empresa europeia (a Nestlé) surge na 20.ª posição (cf. <https://companiesmarketcap.com/>).

32 Utilizando como critério a capitalização bolsista, a Tesla surge entre as dez maiores empresas a nível mundial. Eventualmente ainda mais relevante, o valor total da sua capitalização é superior ao valor das nove empresas seguintes (cf. <https://companiesmarketcap.com/automakers/largest-automakers-by-market-cap/>).

33 Tomando como critério a capitalização bolsista, a Apple é a maior empresa do mundo, aparecendo neste *top-10* a Microsoft (3.º lugar), a Alphabet (4.º lugar) e a Meta Platforms (9.º lugar). Cf. <https://companiesmarketcap.com/>.

Os provedores de acesso à internet e as grandes empresas formam a guarda pretoriana de um capitalismo digital centrado nos Estados Unidos [...]. O capitalismo digital baseado na internet impressiona pela dimensão, dinamismo e perspectiva de lucro, como demonstram não apenas a indústria diretamente ligada à internet, mas campos tão diversos como o sector automotivo, os serviços médicos, a educação, as finanças. (Schiller, 2014, p. 23)

Se analisarmos a atual transição de hegemonia à luz da história, as transições no sistema mundial capitalista foram sempre marcadas pela guerra. Tal coloca-nos defronte de um risco muito avivado: à crise ecológica e à crise social junta-se, como nunca desde a crise dos mísseis em Cuba (1962), a ameaça inquietantemente próxima da catástrofe atómica. Se todas as transições de hegemonia foram marcadas pela guerra, a que se desenrola diante dos nossos olhos assume uma tonalidade aterradora, pois o arsenal atómico disponível é largamente suficiente para destruir a humanidade e boa parte das mais diversas formas de vida. Se os argumentos de Allison (2017) em *Destined for war* estiverem certos, temos razões para nos inquietar: a disputa entre os EUA e a China terminará numa guerra, isto é, num futuro comum trágico.

De momento, o confronto “quente” trava-se nas grandes planícies e cidades da Ucrânia, não envolvendo tropas no terreno dos EUA e da China. Apesar de a ajuda militar à Ucrânia por parte dos EUA se aproximar já dos nove mil milhões de dólares,³⁴ valor contabilizado a partir de agosto de 2021, ao qual é necessário juntar os 2,5 mil milhões de euros já disponibilizados pela UE para o mesmo fim,³⁵ não é expectável que a participação norte-americana e dos aliados europeus passe pelo envio de tropas para o teatro de operações, entrando em combate direto com o exército russo e os combatentes das regiões separatistas do leste da Ucrânia. Atendendo ao desequilíbrio dos recursos e das forças militares das partes beligerantes, favorável aos países ocidentais, e admitindo que a China não responderia do mesmo modo, enviando as suas tropas, restaria à Rússia a resposta nuclear, ou seja, a catástrofe geral, aliás já sinalizada de modo muito expressivo por Mearsheimer (2022a).³⁶

34 Cf. <https://observador.pt/2022/07/02/eua-anunciam-nova-ajuda-militar-a-ucrania-no-valor-de-780-milhoes-de-euros/>.

35 Cf. www.dn.pt/internacional/uniao-europeia-reforca-apoio-militar-a-ucrania-para-25-mil-milhoes-de-euros-15040249.html.

36 Figura destacada da escola neorrealista da teoria das relações internacionais, Mearsheimer (2014 e 2022b) argumenta que o Ocidente é o responsável pelas duas grandes crises na Ucrânia, a primeira decorrente da anexação da Crimeia pela Rússia em 2014, a segunda da invasão russa.

Parecendo o governo norte-americano preferir uma guerra de desgaste muito prolongada como estratégia para o enfraquecimento da Rússia, o risco de confronto direto estará antes noutra geografia, envolvendo a China e Taiwan. As visitas de Nancy Pelosi, do Congresso norte-americano, e de outros congressistas e dignitários dos EUA mereceram a resposta agastada do governo chinês.³⁷ Contudo, longe de recuar o governo norte-americano prossegue o seu caminho de enfrentamento à China, reforçando o apoio militar a Taiwan com a atribuição de mais 1100 milhões de dólares, levando assim o confronto para um patamar superior com os concomitantes riscos de guerra “quente”.³⁸ Não sendo esta inevitável, se o governo da ilha declarar a independência a resposta de Pequim será implacável, podendo produzir uma situação de desespero em Washington e tornando real o apocalipse imaginado por Stanley Kubrick em 1964, no seu *Dr. Strangelove*. Apesar de alguns relatórios norte-americanos admitirem a possibilidade do uso de armas nucleares,³⁹ apesar do grau de destruição, não é provável que ocorra a rutura do *statu quo* decorrente do reconhecimento de Taiwan como parte inalienável da China. Se as trezentas ogivas nucleares da China podem permitir imaginar vencer uma guerra com este país, as 6000 ogivas nucleares da Rússia garantem a MAD, isto é, a destruição mútua assegurada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Face a este cenário dramático, o da humanidade à beira do “suicídio coletivo”, trazendo novamente à colação as palavras de Guterres, será que ainda temos uma saída de emergência, sobretudo quando constatamos que a crise é geral, bem evidentemente, ambiental, social, económica e política, em linha com os argumentos de Francisco (2015)? Não sabemos. Se pensarmos no que faz a camada

37 Conforme foi amplamente divulgado pelos *media*, a visita de Pelosi foi entendida pelo governo chinês como um ato de “brincar com fogo”, acrescentando que “aqueles que brincam com fogo perecerão por ele” (cf. www.bbc.com/portuguese/internacional-62403063).

38 Cf. www.publico.es/internacional/euuu-anuncia-1100-millones-dolares-ayuda-militar-taiwan.html#analytics-seccion: listado.

39 Cf. <https://atloa.org/wp-content/uploads/2020/12/Guide-to-Nuclear-Deterrence-in-the-Age-of-Great-Power-Competition-Lowther.pdf>. Com o inquietante título *Guide to Nuclear Deterrence in the Age of Great Power Competition*, este documento com 444 páginas, elaborado pelo *Louisiana Tech Research Institute*, não deixa dúvidas sobre a possibilidade do uso de armas nucleares pelas forças militares norte-americanas. A leitura do capítulo 23 é especialmente elucidativa onde se formula aquilo que os autores designam por *conventional nuclear integration*. É de salientar que esta instituição norte-americana, como se pode ler no seu sítio de internet (<http://ltri.org/aboutus/>), fornece aconselhamento para o *Global Strike Command* da Força Aérea norte-americana. Para uma análise aprofundada do relatório, ver Kaptanoglu & Prager (2022).

mais afluentes das nossas sociedades – desde 2011, por ação do movimento *Occupy Wall Street*, simplesmente etiquetada pela expressão 1%, em contraponto aos 99% do resto da população –, temos fundados motivos para nos desassossegarmos. Com uma fortuna que não para de crescer, mesmo em tempo de pandemia e agora de guerra, e confrontada com a marcha, até ao momento imparável, da “locomotiva” da história que nos leva para a catástrofe ambiental, talvez antes dela para uma outra catástrofe, a da guerra nuclear, esta gente muito afluenta sabe que vive num planeta em crise. Naturalmente está preocupada com a sua vida, capitais e património, imaginando uns, como Elon Musk, a colonização do espaço, outros, simplesmente pragmáticos, diligenciando refúgios na Nova Zelândia, colocando assim em prática a “capacidade de fuga” (Rushkoff, 2018). Tal leva-nos a considerar que Latour (2018) possa estar certo, quando sugere que as elites desistiram de governar o mundo, antes procurando soluções que lhes permitam fugir à catástrofe.

Sendo, pois, a situação desesperada, o nosso presente não deixa de estar carregado de incertezas, como sempre ocorre nos momentos históricos preenchidos por bifurcações. Embora nem tudo seja possível – entrando aqui em desacordo com Žižek (2020) –, o desafio passa certamente por converter situações de desespero em oportunidades para que este tempo, o tempo das nossas vidas, não seja também o do fim da história humana, embora seja já o tempo, sem paralelo na história da vida, da extinção em massa de espécies animais e vegetais. Por outras palavras, é preciso que, perante a catástrofe como possibilidade bem real, se possa encontrar uma saída decente para a humanidade, que terá também de ser para todos os outros seres vivos e para o próprio planeta. Convocando Benjamin (1985 [1940], p. 225), trata-se de “escovar a história a contrapelo”, isto é, seguindo um dos mais notáveis intérpretes do teórico alemão, temos de agir contra a corrente, recusando que a história tenha sentido: “deixada à própria sorte, ou acariciada no sentido do pelo, a história somente produzirá novas guerras, novas catástrofes, novas formas de barbárie e de opressão” (Löwy, 2005, p. 74).

Como maior urgência coloca-se o fim da guerra na Ucrânia, necessariamente através de negociações entre as partes beligerantes e a participação dos EUA e da China. Tal só será possível através da mobilização dos povos que, recusando suportar os custos das lógicas belicistas que justificam a guerra, deverá exigir que o multilateralismo seja colocado na agenda internacional e retomada a ação coerente e consistente para a transição energética. E, com isto, empurrar para um horizonte algo mais distante os riscos de catástrofe ambiental ou nuclear.

Termino com as palavras que encerraram a minha intervenção no Colóquio, não escondendo o meu pessimismo, decerto com uma raiz longínqua em Michel

de Montaigne,⁴⁰ indiscutivelmente bem mais weberiano do que marxista. Se o pior acontecer, isto é, o colapso ambiental ou, até de modo ainda mais imediato, uma guerra, necessariamente nuclear, entre a potência em declínio e a potência emergente, os Açores serão, sem dúvida no norte do Norte global, o melhor dos refúgios. Cá nos encontraremos...

BIBLIOGRAFIA

- ALLISON, G. (2017), *Destined for war: Can America and China escape Thucydides's trap?* Boston, Houghton Mifflin Harcourt.
- APPLEBAUM, A. (2022), "Ukraine must win", *The Atlantic* (disponível em www.theatlantic.com/ideas/archive/2022/03/how-democracy-can-win-ukraine/627125/, consultado em 11/9/2022).
- ARRIGHI, G. (1997), *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo*. São Paulo, UNESP.
- ARRIGHI, G. (2007), *Adam Smith in Beijing*. Londres, Verso.
- BENJAMIN, W. (1985 [1940]), "Teses sobre o conceito da história", in *Obras escolhidas (Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura* (vol. 1.). São Paulo, Brasiliense, pp. 222-232.
- CARLES, P. (2001), *La sociologie est un sport de combat*. Montpellier, C-P Productions et VF Films (documentário audiovisual).
- DIAMOND, J. (2005), *Colapso: como as sociedades escolhem o fracasso ou o sucesso*. Rio de Janeiro, Record.
- DOMINGUES, J. M. (2013), *Modernidade global e civilização contemporânea: para uma renovação da teoria crítica*. Belo Horizonte, UGMG.
- ENGELS, F. [1979 (1925)], *Dialética da natureza*. Lisboa, Presença.
- FERRAROTTI, F. (2022), "Verso l'auto-annientamento dell'umanità?", *La critica sociologica*, vol. LVI, n.º 222, 9-12.
- FRANCISCO (PAPA) (2015), *Laudato si': sobre o cuidado da casa comum*. Vaticano, Librería Editrice Vaticana.
- FUKUYAMA, F. (2022), *Liberalismo e seus descontentes*. Lisboa, Dom Quixote.
- GIDDENS, A. (2000), "Viver numa sociedade pós-tradicional", in U. Beck, A. Giddens e S. Lash (orgs), *Modernização reflexiva: política, tradição e estética no mundo moderno*. Oeiras, Celta, pp. 53-104.
- HARVEY, D. (2005), *A brief history of neoliberalism*. Oxford, Oxford University Press.

40 Sobre o pensamento de Montaigne, Lévi-Strauss (1992, pp. 239-255) oferece-nos uma análise fascinante.

- HARVEY, D. (2011), *O enigma do capital – E as crises do capitalismo*. Lisboa, Bizâncio.
- KAPTANOGLU, A., e Prager, S. (2022), “Rebuttal: current nuclear weapons policy not safe or sane”, *Bulletin of the Atomic Scientists* (disponível em <https://thebulletin.org/2022/05/rebuttal-current-nuclear-weapons-policy-not-safe-or-sane/>, consultado em 10/9/2022).
- KLARE, M. (2022), “Um jogo controlado por Washington”, *Le Monde diplomatique* (edição portuguesa), 2.ª série, n.º 188, 30-31.
- LATOUR, B. (2018), *Down to earth: politics in the new climatic regime*. Londres, Polity Press.
- LÉVI-STRAUSS, C. (1992), *História do lince*. Porto, Asa.
- LEW, R. (1999), “Na China, um estado autoritário mas fraco: os cinquenta anos da República Popular”, *Le Monde diplomatique* (edição portuguesa), ano 1, 7: 14-15.
- LÖWY, M. (2005), *Walter Benjamin: aviso de incêndio – uma leitura das teses “sobre o conceito de história”*. São Paulo, Boitempo.
- LÖWY, M. (2013), “Crise ecológica, crise capitalista, crise de civilização: a alternativa ecossocialista”, *Cadernos CRH*, v. 26, 67, 79-86.
- LÖWY, M. (2014), *A jaula de aço: Max Weber e o marxismo weberiano*. São Paulo, Boitempo.
- MACIOTI, M. (2021), “Il papa gauchista”, *La critica sociologica*, LV, 217, 77-81.
- MARX, K. [2014 (1867)], *O capital: crítica da economia política (livro primeiro – o processo de produção do capital)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- MEARSHEIMER, J. (2014) “Why the Ukraine crisis is the West’s fault: the liberal delusions that provoked Putin”, *Foreign Affairs*, setembro/outubro, 1-12 (disponível em www.mearsheimer.com/wp-content/uploads/2019/06/Why-the-Ukraine-Crisis-Is.pdf, consultado em 1/9/2022).
- MEARSHEIMER, J. (2022a), “Playing with fire in Ukraine: the underappreciated risks of catastrophic escalation”, *Foreign Affairs* (disponível em www.foreignaffairs.com/ukraine/playing-fire-ukraine, consultado em 1/9/2022).
- MEARSHEIMER, J. (2022b), “Why the West is principally responsible for the Ukrainian crisis”, *The Economist* (disponível em www.economist.com/by-invitation/2022/03/11/john-mearsheimer-on-why-the-west-is-principally-responsible-for-the-ukrainian-crisis, consultado em 1/9/2022).
- MOROZOV, E. (2021), “Devemos temer uma avaria eletrônica? Os semicondutores no centro de uma batalha planetária”, *Le Monde diplomatique* (edição portuguesa), 2.ª série, n.º 178, 28-31.
- O’CONNOR, J. (1991a), “Socialism and ecology”, *Capitalism, Nature, and Socialism*, 8, 112.
- O’CONNOR, J. (1991b), “The second contradiction of capitalism: causes and consequences”, *CES/CNS Pamphlet*, 1.
- O’CONNOR, J. (1998), *Natural causes: essays in ecological Marxism*. Nova Iorque, Guilford.
- POLANYI, K. [1983 (1944)], *La grande transformação: aux origines politiques et économiques de notre temps*. Paris, Gallimard.
- RIBEIRO, F. B. (2017), *Uma sociologia do desenvolvimento*. Vila Nova de Famalicão, Húmus.

- RIBEIRO, F. B., e M. C. Silva (2022), “Capitalismo e devastazione ambientale: Il contributo di Marx e Engels”, *La critica sociologica*, vol. LVI, n.º 222, 39-50.
- ROBIN, M. (2022), “Que fazer da ‘Diablo’, a última central atômica da Califórnia? Nos Estados Unidos, ecologistas seduzidos pelo nuclear”, *Le Monde diplomatique* (edição portuguesa), 2.ª série, n.º 190, 28-30.
- RUSHKOFF, D. (2018), “La supervivencia de los más ricos y cómo traman abandonar o barco”, *Ctxt – Revista Contexto*, n.º 180, 1 de agosto de 2018 (disponível em <http://ctxt.es/es/20180801/Politica/21062/tecnologia-futuro-ricos-pobres-economia-Douglas-Rushkoff.htm>, consultado em 1/9/2019).
- SCHILLER, D. (2014), “Geopolítica da espionagem: as ramificações do caso Edward Snowden”, *Le Monde diplomatique* (edição brasileira), ano 8, n.º 88, 22-24.
- SCHUMAN, M. (2022), “When Biden Went to China”, *The Atlantic*, 11 de agosto (disponível em www.theatlantic.com/international/archive/2022/08/joe-biden-china-cold-war1979-visit/671053/, consultado em 7/9/2022).
- TAIBO, C. (2017), *Colapso: capitalismo terminal, transición ecosocial, ecofascismo*. Buenos Aires, Anarres.
- WALLERSTEIN, I. (1995), “Mudança social? ‘A mudança é eterna. Nada muda, nunca’”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 44, 3-24.
- WALLERSTEIN, I. (entrevista com) (1999), “Um sistema desmorona-se hoje sob os nossos olhos”, in G. Vindt, *500 anos de capitalismo: a mundialização de Vasco da Gama a Bill Gates*. Lisboa, Temas e Debates, pp. 148-153.
- WEBER, M. (2004 [1904]), *A Ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo, Companhia das Letras.
- ŽIŽEK, S. (2020). *Pandemic! Covid-19 shakes the world*. Nova Iorque e Londres, OR Books.

WEBGRAFIA

- http://economico.sapo.pt/noticias/eua-fecha-maior-acordo-comercial-da-historia_230855.htm. (consultado em 9/9/2022).
- <http://eng.sectesco.org/> (consultado em 8/9/2022).
- http://eu.china-mission.gov.cn/eng/fyrjh/202203/t20220317_10652463.htm (consultado em 13/8/2022).
- http://global.geely.com/why_geely.php#viewIndex=4 (consultado em 3/9/2022).
- <http://infobrics.org/document/3/> (consultado em 10/9/2022).
- <http://ltri.org/aboutus/> (consultado em 11/9/2022).
- <https://24.sapo.pt/atualidade/artigos/russos-treinam-com-tropas-chinesas-e-putin-acompanha> (consultado em 12/9/2022).
- <https://atloa.org/wp-content/uploads/2020/12/Guide-to-Nuclear-Deterrence-in-the-Age-of-Great-Powe-Competition-Lowther.pdf> (consultado em 15/5/2022).

<https://automotivebusiness.com.br/pt/posts/setor-automotivo/geely-compra-34-das-acoesda-renault-na-coreia-do-sul/> (consultado em 10/9/2022).

<https://autopapo.uol.com.br/noticia/cinco-carros-chineses-clones/> (consultado em 5/9/2022).

<https://companiesmarketcap.com/> (consultado em 9/9/2022).

<https://companiesmarketcap.com/automakers/largest-automakers-by-market-cap/> (consultado em 5/9/2022).

<https://companiesmarketcap.com/semiconductors/largest-semiconductor-companies-by-market-cap/> (consultado em 8/9/2022).

<https://data.worldbank.org/indicator/MS.MIL.XPND.CD> (consultado em 5/9/2022).

https://finance.ec.europa.eu/publications/eu-taxonomy-complementary-climate-delegated-act-accelerate-decarbonisation_en (consultado em 10/9/2022).

<https://goldenergy.pt/glossario/fracking/> (consultado 19/5/2022).

<https://observador.pt/2022/07/02/eua-anunciam-nova-ajuda-militar-a-ucrania-no-valor-de-780-milhoes-de-euros/> (consultado em 19/7/2022).

<https://pt.euronews.com/my-europe/2022/05/09/macron-diz-que-a-paz-nao-se-pode-construir-com-humilhacao-da-russia> (consultado em 25/6/2022).

<https://valor.globo.com/mundo/noticia/2020/12/12/guterres-pede-que-todos-os-lderes-declarem-emergncia-climtica.ghtml> (consultado em 29/5/2021).

<https://veja.abril.com.br/mundo/russia-e-china-mais-amigos-que-nunca-coordenam-jogos-de-guerra-colossais/> (consultado em 12/9/2022).

www.asean.org (consultado em 10/9/2022).

www.bbc.com/portuguese/internacional-62403063 (consultado em 29/8/2022).

www.economist.com/europe/2022/03/27/volodymyr-zelensky-in-his-own-words?giftId=25fe5d23-2891-4ded-9ef8-0ace45db87d1 (consultado em 15/04/2022).

www.dfmc.com.cn/info/introduce_en.aspx (consultado em 10/9/2022).

www.dn.pt/internacional/eua-querem-uma-russia-enfraquecida-e-reforcam-apoio-militar-a-ucrania-e-nato-14799317.html (consultado em 11/9/2022).

www.dn.pt/internacional/stoltenberg-garante-reforco-das-forcas-de-reacao-rapida-da-nato-ate-ao-proximo-ano--14976416.html (consultado em 21/8/2022).

www.dn.pt/internacional/uniao-europeia-reforca-apoio-militar-a-ucrania-para-25-mil-milhoes-de-euros-15040249.html (consultado em 10/9/2022).

www.dw.com/pt-br/humanidade-est%C3%A1-%C3%A0-beira-de-suic%C3%ADdio-coletivo-devido-ao-clima-alerta-onu/a-62514063 (consultado em 10/9/2022).

www.globalfirepower.com/purchasing-power-parity.php (consultado em 10/9/2022).

www.nato.int/cps/en/natohq/news_197281.htm?selectedLocale=en (consultado em 5/9/2022).

www.publico.es/internacional/eeuu-anuncia-1100-millones-dolares-ayuda-militar-taiwan.html#analytics-seccion:listado (consultado em 13/9/2022).

www.reuters.com/article/2014/02/18/us-dongfeng-peugeot-idUSBREA1H02J20140218 (consultado em 28/8/2015).

www.smics.com/en/site/company_info#page_slide_0 (consultado em 1/9/2022).

www.vaticannews.va/pt/papa/news/2022-03/papa-francisco-associacao-mulheres-centro-feminino-italiano.html (consultado em 1/5/2022).

CAPÍTULO 2

UNDERSTANDING CHANGES IN WELFARE STATE REGIMES: SOME CONSIDERATIONS

CLAUDE MARTIN

Directeur de recherche émérite au CNRS

Arènes, Unité mixte de recherche 6051

Université de Rennes, France

The discussion on welfare state in social sciences has been constantly developing since the Second World War. Up to the 1980s, the literature mainly followed a socio-historical perspective, trying to understand the conditions (economical, political, institutional, etc.) that had triggered the development of these national systems to provide collective protection against the risks of life. Such a perspective tended to blur national differences, which were mainly understood in terms of forerunners *versus* latecomers. During the 1980s and 1990s, in parallel with the construction of Europe, the main focus was on understanding these national differences. Looking more closely at these national systems led to the construction of typologies. With the turn of the 21st Century, the main questions now concern understanding the processes of change. In this chapter¹, we review some of the key contributions to this debate (until the end of 2021), which aims at providing an insight into the reforms of welfare states during the last decades in Europe.

I. TRIGGERS, DRIVERS AND MECHANISMS TO UNDERSTAND CHANGES

PATH DEPENDENCE AND CONVERGENCE SUBJECT TO MARKET PRESSURE

Whatever the subject considered (*welfare state regimes, gendered regimes, caring regimes*), the typological analysis of national social protection systems that was prevalent in the 1990s involved differentiating systems based on a few key criteria, without considering other dimensions, like local infra-national variations

¹ This chapter is a translation of the second section of a chapter already published in French (Martin, 2019).

for example. The authors of these typologies have in fact recognized these limitations². How, then, can we consider all the pertinent variables and bring them into play while avoiding the risk of only retaining those that confirm a certain number of presuppositions? How can we convey a model's capacity for adaptation or change? What factors trigger such changes?

With the accelerated reforms of the last decades, the main issue has become the level of change generated by these reforms. In his analysis of the development of economic policies, Peter Hall (Hall, 1993) distinguished three levels of change, from the smallest (e.g. modifying access thresholds without changing either the instruments or the outcomes) to the biggest, i.e. paradigm change (which modifies the outcomes, philosophy and instruments of a policy). In this line of research, numerous analyses have focused on the question of "path dependence", underlining the inertia that results in systems due to the strength or robustness of institutions, despite actors' willingness to tackle the significant challenges and pressures related to macroeconomics (Pierson, 1998; 2000; Palier & Bonoli, 1999). Thus, for example, only six years after the publication of his seminal work, G. Esping-Andersen (Esping-Andersen, 1996) edited a collective study whose objective was precisely to identify the transitions and trajectories of change of the different welfare systems. Maintaining his initial typology, Esping-Andersen describes three main paths of change and reform (box 1).

2 "In any case, it might not be possible to capture all aspects of differentiation in a single typology for the obvious methodological reasons and for the possibly less obvious reason that the measures will inevitably reflect what is considered to be the most important issue at stake" (Lewis, 1997, p. 166). Martin Rhodes moves in the same direction drawing from the work of Peter Taylor Gooby: "Taylor-Gooby (1991) has argued that the most influential analytical work on social welfare – Esping-Andersen's regime theory – is less useful for understanding the dynamics of change in Welfare states than their stability. In order to understand change, we have to delve below the generalizations of the regime approach" (Rhodes, 1996(a), p. 311; Taylor-Gooby, 1991).

Box 1: Reform trajectories

Esping-Andersen distinguishes: 1/ The path followed by Scandinavian countries, which gradually abandoned the universalism that had led to full employment and the development of mostly female public service jobs to make a kind of “Bismarckian” turn of their regime involving budget cuts, decentralization and the progressive privatization of some services. 2/ The path followed by liberal countries (USA, New Zealand, United Kingdom, and to a lesser extent Canada and Australia), whose deregulation of wages has caused the development of precarious employment with little protection, bringing the risk of a considerable increase in inequalities and poverty. 3/ And the “growth without employment” trajectory followed by continental European countries, which promotes the “maintenance of acquired social rights”, the protection of the male breadwinner model, and the corporative defence of insider privileges, with women and young people maintained in a more fragile situation of dependence. Within this range of scenarios of changing social protection regimes, Esping-Andersen, faithful to his typology, promotes the social-democratic trajectory, expressing concern for the impacts of rapid neo-liberal deregulation whose weak point is increased poverty, and the rigidity of the continental model, which he qualifies as the “frozen welfare state”.

During the same period, Martin Rhodes adopted a similar perspective (Rhodes, 1996a). He claimed that both the future of these systems and their capacity to change were totally uncertain, mainly because of economic globalization, which spurs many European governments to undertake a spiral of reforms to maintain the attractiveness of their territory. As a result, the capacity of these governments to define their economic policy and public policies independently from international forces and the power of financial markets is considerably reduced. Financing issues therefore lead to an inevitable coming together of formerly very different systems. Scandinavian countries were obliged to renounce universality and make a “Bismarckian” shift, while conversely, countries that formerly promoted an insurance-based approach, like Germany and France, identified elements of the social protection system that could be disconnected from employment and taxed (health care, family benefits, and then gradually unemployment benefits)³.

In the same vein, numerous studies have put forward the idea of a “race to the bottom” triggered by the spread of neoliberal policies and neo-managerial

3 The reforms implemented in 2018 by Edouard Philippe, then French prime minister, concerning financing of the health and unemployment insurance systems are a good example of this type of reform. The social security financing act of 2018 thus abolished the health insurance contributions (0.75%) and unemployment insurance contributions (2.40%) payable by employees in the private sector. In exchange, the rate of the generalized social contribution (tax employed to finance social protection) was increased, but in a smaller proportion (1.70%).

methods. Nevertheless, while most countries have indeed employed the same reform measures, such as stricter criteria for accessing pensions and unemployment benefit, targeted benefits, and the implementation of so-called active unemployment policies rather than passive policies centred on compensation⁴, the result has not been less expenditure on social protection, which has continued to rise over the decades. In any event, according to Martin Rhodes, at the turn of the century, European social protection systems had reached a crossroads, with the double pitfall of deadlock and the deregulation/duality option. The key challenge was to identify a third way: a “progressive competitiveness” or “cooperative re-regulation” model, as described by Wolfgang Streeck (in Ferrera & Rhodes, 2000). However, in this first method for interpreting change, the determining variables were clearly centred on economics, with the social aspect taking only a secondary role.

CHANGE UNDER PRESSURE FROM DEMOGRAPHIC AND SOCIAL DEVELOPMENTS

Nevertheless, as Bruno Jobert put it in the late 1990s, “reflections on changes in governance regimes due to the internationalization of economies have become so polarized that they have overshadowed other dimensions of change” (Jobert, 1998, translated from the French). Regarding these dimensions, other authors have mobilized more sociological variables, such as those related to how family structures, age structures, and work cycle stages evolve, and also the conception of the division of gender roles. Jane Lewis, for example, insists on the “*gendered nature of welfare state change*” (Lewis, 2002, p. 332)⁵.

If we move on from solely macro-economic determinants to consider socio-demographic issues in the reformulation of social protection measures, we arrive at a different interpretation of change. Instead of simply considering what takes place in the economy, the workplace and the accompanying protection systems, in this case, family life and the work of protection and care that it provides are also taken into account. In this perspective, the “family question” is not just sectorial, boiling down to an analysis of family policies or what the state and social partners devise to support and protect families, but rather a fundamental question: that

4 According to the *Enabling Welfare State* model (See Gilbert & Gilbert, 1989, Gilbert, 2004 and Leibfried, 1993).

5 In this article, Jane Lewis underlines the consequences of the increasing adjustment of the relationship between work and welfare in welfare states that follow the activation path: “I argue that from a gender perspective such a recasting constitutes a third-order change (*in Peter Hall terms*); indeed, women are being asked to bear the main burden of welfare state restructuring”. *Op. cit.*, p. 333.

of the split between private and public forms of protection for individuals and their trajectories; the respective roles of the state, public authorities, the market and the family – and, within the family, of men and women. The rapid change in family behaviours in the entire European Union, the breakdown of family relationships and the obligations and solidarity that they entail, coupled with an ageing population and shifting life cycle stages, thus represent key issues and arguments in discussions on the future of social protection systems⁶. Never-ending youth and never-ending old age combine with the impacts of unemployment and non-integration into the labour market, and those of instable coupledness, to call into question the mechanisms on which the philosophical and financial equilibrium of these systems was initially based.

For a long time, two schools of thought took opposing views to this understanding of the role of socio-domestic variables. The first, conservative view, considered that family and demographic changes were mainly the result of the development of the welfare state itself which, by taking the place of the family institution, has deprived it of its essence and functions, leading to devastating individualism, and citizens who are less responsible and more dependent on the state. The solution for the advocates of this position is a return to supposed original values (“back to basics”, as coined by Margaret Thatcher), which involves re-establishing obligations and responsibilities within primary family networks. The second, progressive, school of thought, considers rather that the development of social protection and services aimed at families has simply served to supplement and rebalance functions that were very unequally fulfilled by primary groups, without ever replacing them. It is therefore essential to preserve this complementarity to avoid reinforcing inequalities and social regression.

Following the financial crisis and the crisis concerning the legitimacy of the welfare state, the focus increasingly moved towards the family’s contribution to protecting dependent individuals (children, young unemployed people, older people losing their independence, vulnerable people subject to financial or mental problems, etc.). For those devising public action, this form of “closer protection” and concrete solidarity (non-substitutable and mostly “free”) even became a potential alternative to make up for the limitations of state intervention. Refusing to consider the fact that these “family solidarities” reinforce inequalities rather

6 Following feminist criticisms of his 1990 study, Esping-Andersen claimed that the familism characteristic of the “old” continental welfare system was the model’s weak point insofar as it compromised both the formation of families and the labour supply, with low rates of female employment, thus reducing the financial sustainability of collective protection systems. This led to a call for higher female employment rates and the promotion of the adult-worker model, at the risk of underestimating the unequal impacts on women of this political line when it comes to the division of care work (Esping-Andersen, 1999).

than reduce them, numerous social reformers regularly take up this argument to get out of a deadlock (e.g. by increasing alimony obligations). The same thing occurs regarding the role of associations and other non-profit organizations (transfer of responsibilities to associations).

UNDERSTANDING THE MECHANISMS OF CHANGE

Since the early 2000s, institutional inertia and the dependence of systems on original choices have been increasingly called into question. Following close examination of the numerous reforms from 1995 to 2005 in Bismarckian type countries, – which Esping-Andersen considers to be difficult to change (“frozen welfare states”) precisely because of their “imprint of origin” (insurance model, self-administration and joint management) – a group of authors have showed that these systems have in fact changed considerably following reforms, and even made a paradigm shift (Palier & Martin, 2008; Palier, 2010).

Moving on from simply identifying what triggers reforms – i.e. macrosocial factors that impose change from the outside – researchers attempted to understand the mechanisms, the process of change involving actors, ideas and controversies in a battlefield, which they gradually began to call “drivers of change” (how does change come about?), to differentiate them from “triggers of change” (why does it happen?) (Guiraudon, Martin, 2013). While a relative consensus emerged on the two main types of trigger or the structural causes of change, i.e. macroeconomic and financial factors on one side and sociodemographic factors on the other, the same cannot be said for the drivers.

An analysis of change as a process requires looking at how these systems have evolved over time, their foundations, frame of reference and cognitive dimensions. It involves considering the “political heritage” (Hecló, 1974) because, to be understood, a new public policy often needs to be compared to previous policies whose negative or undesirable effects it aims to correct. This therefore requires asking a series of questions, such as: Why was such and such a measure implemented at a particular time rather than another one? What arguments were put forward by the reformers? Which groups of actors managed to establish their legitimacy to assert their point of view? In this area, particular attention is paid to public policy forums and arenas and the role they play in building the representations, frames of reference and categories of the regulation.

In the 1990s, several authors brought together institutional and reference-related dimensions in the “citizen regime” concept, to indicate the means of legitimization that anchor a particular regulation process in civil society (Lister, 1997; Jobert, 1998; Jenson & Philips, 2012). These include designating legitimate

collective actors (inclusion or exclusion of certain actors from the public sphere); defining the limits of political intervention in society; and establishing a ranking of different statuses, etc. Thus, for example, the question of distributing care for dependent and vulnerable people between individual actors, family, local communities and the state, results in a struggle to define the relevant representations for public action. Central to this struggle is the debate between those who defend economic determinants and those who put forward sociodemographic aspects. Another factor, however, is the position defined by different social groups concerned by a public problem (the “middle generation” for problems of loss of autonomy for older people, working women aged over-50, etc.), to the point of being identified as a collective actor. The role of these “citizenship regimes” and their development are particularly important during crisis periods.

In the 2000s, studies gradually moved away from the neo-institutionalist tradition, better suited to identifying inertia than change, and considerably updated the analysis toolbox of welfare public policies⁷. Following a long period caught up the opposition between radical changes brought about by major institutional shocks and slow changes that did nothing to question “path dependence”, these new approaches analysed change processes that, despite being slow and incremental, can bring about profound paradigm changes (Hacker, 2004; Pierson, 2004; Streeck and Thelen, 2005). Several mechanisms were highlighted, including the following: shifts (corresponding to the introduction of new rules); layering, (involving an accumulation of new rules without abolishing the old ones, in successive layers); drifts (where an absence of changes to the rules can lead to a change in the environment, triggering unplanned reforms); conversions (when some rules are aimed at new targets) (Béland, 2007; Guiraudon & Martin, 2013). Recent developments include the use of the “policy tracing” or “process tracing” method. To clearly set out this method for analysing “reform paths”, Bruno Palier and Philippe Bezes (Palier, Bezes, 2018) propose a series of precepts, drawing in particular from the work of Andrew Abbott (Abbott, 2001).

II. CHANGING CONCEPTS TO UNDERSTAND CHANGE

Understanding change also means changing concepts, as suggested by Robert Castel (Castel & Martin, 2014). Over the last decade, several notions have emerged in what Peter Abrahamson calls the “welfare modelling business” (Abrahamson,

⁷ The two seminal works in this area are Streeck and Thelen, 2005 on institutional change, and Clasen and Siegel, 2007, that looks at the question of the dependent variable employed in comparisons of welfare regimes.

1999) that once again put the accent on changes in the private sphere. Here we develop two of these notions that have sparked significant debate and led to numerous publications: “new social risk” and “social investment”; the latter notion gives considerable room to the idea of prevention and the promotion of well-being, and even happiness (or the good life) for future generations. This production of notions, and potentially future key concepts, also involves the reinforcement of normative orientations, partly due to the political uses of these notions or concepts, but also the coproduction of these concepts in a multitude of scientific, political, institutional and media arenas, and the porosity of these arenas (Commaille, 2015).

“NEW SOCIAL RISKS”

The notion of “new social risk” emerged at the turn of the 2000s, in particular from a joint publication edited by Nick Manning and Ian Shaw (Manning & Shaw, 2000), sparking a rich international academic debate (Bonoli, 2005 and 2007; Armingeon & Bonoli, 2006; Lewis & Sarre, 2006; Taylor-Gooby, 2004; Taylor-Gooby & Zinn, 2006)⁸. The main idea is to identify types of “collective” risk that were not seen to be collective at the time of setting up social protection systems. While the construction of social risks took place at the same time as the development of industrial society, the idea of “new social risks” characterizes risks that correspond to post-industrial society (service society, digital society), in which new demographic, economic and social trends have emerged (such as less stable career paths, and family instability)⁹.

The old social risks, whose timeline François Ewald drew up in the 1980s (Ewald, 1986), and whose origins Robert Castel reconstructed in his history of the labour society (Castel, 1995), corresponded to the identification of collective (and insurable) risks that progressively justified measures to maintain workers’ income. These include the risk of occupational accidents and disease, old-age risk and the right to a retirement pension, the risk of disease (initially mainly compensated by a daily allowance), and the risk of losing employment (recognized later on in France). The “family risk” was not initially really considered to be a risk, but, in France at least, was seen more as a need to anticipate additional pay in proportion to the number of mouths to feed in the worker’s household (Friot,

8 For a summary, see Martin, 2017.

9 Peter Taylor-Gooby defines them as follows: “The new social risks are the risks that people now face in the course of their lives as a result of the economic and social changes associated with the transition to a post-industrial society” (Taylor-Gooby, 2004, pp. 2-3).

1998). If any risk was perceived, it was rather the impact of an insufficiently low birth rate on the country's economy and influence. It was not until the 1970s and 1980s that a real "family risk" was considered as such, with the rise in the number of separations and divorces, and so single-parent families, resulting in the creation of one of the first minimum social benefits, for family reasons, i.e. the single-parent benefit (Le Gall & Martin, 1987; Martin, 1995).

The emergence of new social risks therefore seems to be the result of a double change in our contemporary societies: on the one hand, profound demographic developments combining more fragile families and couples with the impact of ageing populations and, on the other hand, an equally deep shift in the labour market, involving less secure, more flexible jobs and the protections that they provide. A combination of factors went on to generate new public problems in the socio-political debate and trigger changes in ways of regulating and dealing with them: the feminization of the labour market, leading to a higher number of two-wage households, raising the issue of sharing domestic work and care for family members, mentioned above; the rising number of older people and in particular very old people (aged 80+), which has major impacts on the burden of carers and on long-term care systems and policies; and fewer employment opportunities for unskilled workers compared to during the industrial society (low wages for unskilled workers, insecure work contracts, unstable jobs, poor workers). Several examples of "new social risks" are mentioned in this body of literature, such as not being able to juggle professional life and carer responsibilities (in particular for women who undertake most of this type of work); the risk of losing "autonomy" for older people, calling for almost-permanent care and assistance, once again mainly provided by women; and the risk of long-term exclusion from accessing work and an income due to a low level of skills.

Before they were perceived as social risks, these problems came either under the responsibility of families and kinship (known as "family solidarity" in France, but not excluding maintenance obligations) (Martin, 2004), or social assistance. However, with their development and the rising number of people concerned, this set of social risks shifted and had the effect of moving the borders and definitions of risk sectors. The changes brought about by these new risks were nevertheless different depending on the welfare regime and the country. Primarily because all new social risks in some ways compete with the old risks. The result was tensions between the wide range of interests defended by the old social risks and those favoured by the new ones. From the perspective of old social risks, the issue was income replacement, and decommodification taking social stratification into account; for the new risks, the issue is more about facilitating access to employment through activation, recommodification, and flexibility. For the old

risks, action was based on power relationships and obtaining social agreements, based more on individualization, customized responses, responsabilization, and so-called “free choice” among individuals. This is undoubtedly one of the weak points of the promotion of the new social risks: their potential beneficiaries have relatively weak influence capacities and often experience great difficulties in asserting their needs and expectations. However, given the great number of people concerned, political actors at times make use of them in the political arena to avoid blame, or get votes.

TOWARDS A SOCIAL INVESTMENT STATE

Another notion, that of “social investment”, has generated even more developments over the last twenty years, not only in the academic sphere, but also in institutional spheres, at national, European and international levels. While this notion has been increasingly employed since the start of the 21st century, with a series of academic publications¹⁰ and official reports released by different national and international organizations¹¹, the history of this concept and its theoretical consistency are subject to debate.

While the expression itself and its wider usage are recent, the origin of the concept goes back decades. Its varied uses, according to the period and country, also show how malleable it is. For Nathalie Morel, the roots of this pioneer vision of social expenditure as a productive factor date back to the Swedish social-democrat experience of the 1930s, and the couple Alva and Gunnar Myrdal (Morel, 2013). Several scholarly contributions punctuated the formulation of this notion, which was put forward in the late 1990s as the promising “new paradigm”. Among them were Neil and Barbara Gilbert, who in the late 1980s championed the idea of the move from a providing state to an “enabling state” (Gilbert & Gilbert, 1989) in the USA; and Anthony Giddens, probably the first author to use the expression “social investment state” to support the concept of the British “Third Way” and the construction of an alternative to the Labour party’s traditional welfare state

10 The list of publications on this theme is also very long, but worth mentioning are Esping-Andersen et al., 2002; Lister, 2004; Saint-Martin & Jenson, 2008; Abrahamson, 2010; Morel et al., 2012; Jenson, 2012; Hemerijck, 2013; Bothfeld, Rouault, 2014; Hemerijck, 2015; Midgley et al., 2017; Garritzmann et al., 2022; Greve, 2022.

11 Restricting ourselves to the case of France, we can mention the publication by Jacques Delors, former president of the European Commission, and Michel Dollé, general rapporteur to the Council for Employment, Income and Social Cohesion (Cerc) (Delors & Dollé, 2009). This report results from a seminar organized by the French family benefit fund (CNAF), the Directorate General of Social Cohesion (DGCS), France Stratégie, the Apprentis d’Auteuil and the Laboratory for Interdisciplinary Evaluation of Public Policies at Sciences Po Paris.

(Giddens, 1998). In any case, it is clear that this notion establishes a direct bridge between academic thought and political project¹².

As pointed out by Ruth Lister (Lister, 2004), the idea of social investment is therefore both a normative ideal to guarantee a more inclusive society in the future; a pragmatic response to the challenges of post-industrial society ranging from the drop in fertility to the increase in unemployment, and including more insecure career paths for low-skilled workers; and an analysis tool to think through changes to welfare systems, avoiding both the pitfalls of neoliberalism and the limits of a social democrat model that had become untenable.

Schematically, defenders of this notion consider social protection expenditure not as a burden for economic activities, but rather as an investment in human capital, with productive and economic returns. However, this general idea takes on a different accent depending on whether it is polarized on: an objective of activating social expenditure, in order to direct this investment in human capital towards insertion in the productive sphere (improved skills of productive workers); or the idea of investing in childhood to prepare this human capital of the future and avoid the social expenditure that children and young people ill-prepared for the challenges of development would undoubtedly generate for communities and states. According to this latter interpretation, preventative social investment is in some ways an investment made to avoid forthcoming expenditure. In this area, the work by James Heckman, winner of the Nobel prize for economics in 2000s, demonstrating the level of economic returns following investment in early childhood, constituted a powerful lever (Heckman, 2012)¹³. The well-known *Heckman Curve* went on to be frequently mentioned in political arguments and official reports that defended social investment as early as possible during childhood.

This preventative interpretation is also put forward in the report entitled *A New European Welfare Architecture*, commissioned by the European Union in 2001 from a group of experts led by Gosta Esping-Andersen and published shortly after with the title: *Why we need a new Welfare State* (Esping-Andersen, 2002). In this report, Esping-Andersen promotes a social investment strategy centred on children, in other words giving priority to all measures likely to prevent them from falling into poverty and social reproduction, and to promote their human

12 The vision promoted by the Third Way, in particular by Gordon Brown, put a particular focus on the national challenge represented by poor children. However, like more Nordic versions, it emphasized empowerment to avoid dependence and defended "proportionate universalism", in other words, doing more for those who need it more (see Brown, 2001).

13 In a now-famous article measuring the economic returns of investing in a pre-school programme, J. Heckman and his colleagues evaluate this return on investment as between 7% and 10% per year (Heckman et al., 2010 and Heckman et al., 2014).

capital, thanks to early childhood care services, and set-ups by which parents, especially mothers, can balance their professional life with family responsibilities, extended by investments in education. This expenditure is presented as an investment that then leads to “dividends”¹⁴. Yet in doing so, this strategy appears to restrict children to the future citizen workers that they will become, in other words, potential citizens, and neglect the children of here and now whose condition, well-being and rights need improving. Ruth Lister puts it this way: “The future orientation and discourses of the social investment encourage not just the elision of demands for equality in the here-and-now but also, paradoxically, the partial disappearance of childhood and of the child qua child, including the child as a right-bearer (under the UN Convention on the Rights of the Child)” (Lister, 2004, p. 171). The idea is in particular to boost children’s potential so that they become “autonomous” adults.

It becomes clear why Jane Jenson considers that with social investment, the accent has moved from the responsibility of the state to the responsibility of the individual, and also from the paradigm of family responsibility to that of investment in children, or from the citizen worker to the model of children as citizens in the making (Jenson, 2012). When centring on this approach of prevention and preparation of future adults, not only does this perspective tend to individualize the target of the interventions, but it eludes the present condition and well-being of today’s children. Another criticism is the neglect of social returns (as indicators of objectifiable, subjective well-being) to the advantage of economic returns (expenditure avoided in the future). In this sense, social investment could be the Trojan horse of economic arguments disguised as social and well-being objectives, or the sign of a reintegration of the social aspect in economics.

This perspective of social investment accompanied not only the return of the “well-being” theme, but the proliferation of reflections on the question of happiness, tackled from an angle either of positive psychology or happiness economics. Faced with this growing focus on the “good life” at a time of fears about the future, we might, along with numerous other authors, look at these “semiotics of happiness” (Frawley, 2015) and wonder whether they are not subject to a marketing phenomenon, with rocketing numbers of experts and other coaches defining standards and good practices, both at work and in the home¹⁵. This good

14 “Minimizing child poverty now will yield an individual and social dividend in the future. And in the far-off future, it should diminish the risk of old age poverty”. *ibid.*, p. 26.

15 Once again, the literature is abundant on this subject. Examples include Bok, 2010; Ahmed, 2010; Graham, 2011; Frawley, 2015; Cederström, 2018; In French: Pawin, 2013; Senik, 2014; Cabanas & Illouz, 2018; Rosa, 2018.

life factory according to the experts, this development of “therapies for healthy people” or “normal people”, also identified by Robert Castel in the early 1980s¹⁶, may only be the sign of an aversion to risk and the rise of a behaviourism that reduces happiness to individuals’ conformity to models of conduct¹⁷.

A FEW OPENING POINTS

Following this overview of the ways to analyse changes in types of collective protection over the last thirty years, or ways of regulating the social sphere, we can highlight several key ideas. First, we should recall our objective, i.e. to understand these changes as the result or the mirror of transformations in contemporary societies. Second, we draw attention to a long-term trend, i.e. the progressive shift from a protection approach through labour law and the definition of social rights – “social property” as defined by Robert Castel (Castel & Haroche, 2001), in other words property directly attached to work and employment in the form of the support that it guarantees through social rights – to a protection approach that puts the emphasis on accompanying individual trajectories, punctuated by accidents and bifurcations, from a perspective of human capital and empowerment. This individualization and the focus on the life course accentuate the importance of classic sociodemographic variables (age, gender, cultural capital, etc.), as well as other sociological variables like the importance of solidarity and mutual obligations; the extent or weakness of social networks; social and relational capital; trust in institutions and in others, etc. However, as Robert Castel pointed more than a decade ago, this trend also has the effect of making individuals responsible for their own conditions, entrepreneurs of themselves¹⁸, leading to calls for autonomy, in particular for people who receive “social assistance”.

16 Castel talked about the general development of “therapy for normal people”, “the vocation of this practice is to treat both the problems of happiness (fulfilment) and unhappiness (pathology)” (translated from the French). Castel, 1981, (new extended edition in 2011), p. 165.

17 In the domain of child well-being, parents have become one of the targets of this phenomenon. See Martin, 2014.

18 In the foreword to the new edition of his 1981 publication on “risk management”, Robert Castel insists on the fact that his diagnosis of the time has been largely confirmed since and is still relevant: “From the situation in the 1970s, two lines of development for individual management strategies have emerged that, while ostensibly very different, could turn out to be complementary. The constitution of populations at risk totally deconstructs the individual in a context of remotely programmed administrative planning. On the other hand, the aim of strategies to intensify individuals’ potential is to work on the individuals themselves and maximize their capacities.” (Translated from the French.) (Castel, 1981, p. 13).

Third, we underline the rise of a normative approach in studies on welfare. Reading the latest contributions by several key figures in this research area (Esping-Andersen, Hemerijck, Ferrera, Palier, to mention a few), the line appears to be increasingly fine between research, analysis, and recommendations or political claiming, and between academic arenas and institutional and political arenas, perhaps due to the urgent need to propose solutions to overcome current difficulties. This is clearly the case regarding the discussion on the contributions of the notion of social investment, whose main argument centred on anticipating future social expenditure is understandably attractive to public decision-makers and institutional arenas.

Yet this porosity of frontiers between arenas, further increased by the multiple positions taken by some actors (authorities in the academic world who as a result are solicited as experts in institutional and sometimes political spheres), should not involve neglecting fields of force and struggle. In the welfare modelling business that we have tried to summarize here, some ideas are clearly more likely than others to spread, be taken up, and dominate a particular sphere (including the media sphere, which plays a role that we have not had time to develop here)¹⁹. Unless some periods turn out to be more suitable for their deployment or their rediscovery, involving a kind of revival that can be surprising.

To illustrate this phenomenon, we can compare the political outcomes of two of the notions that have recently emerged in this research area: “social investment” versus the “care society”. Compared to the success of the notion of social investment in institutional and political arenas since the 2000s, and despite the considerable developments that we have underlined, the notion of care has clearly not had the same fate. When this concept, which comes from the academic field, took on a political dimension, it came up against clear resistance in the political and media spheres. An important moment in France was without doubt the 2010 presidential campaign, during which Martine Aubry, then leader of the Socialist party and a potential presidential candidate, suggested bringing care into politics. At this early stage in the election campaign, she mentioned her project to promote a “society of well-being and respect, that takes care of everyone and prepares the future”... “an economy focused on well-being rather than on having it all”, in other words, a “care society”, by which Aubry referred to the seminal works of Carol Gilligan and Joan Tronto²⁰. Reactions and criticisms were quick

19 For an overview of these questions in French, refer to Neveu, 2015.

20 She could also easily have referred to the words of Roosevelt who, at a Congressional debate on 28 August 1931 announced his New Deal as follows: “Our Government is not the master but the creature of the people. The duty of the State toward the citizens is the duty of the servant to its master... One

to weigh in, obviously from the opposition, which denounced “a return to state handouts and good intentions”²¹, but also from her own party²², and from political commentators, who unhesitatingly belittled her proposal (Martin, 2017). The reaction brought to a temporary end this attempt to give political consistency to a nevertheless highly fertile notion in the field of ideas.

The current urgency to draw out the future of social protection systems is undoubtedly one of the consequences of the financial crisis of 2008-2010, whose impacts most Western countries are still enduring. Once again, comparison can be highly useful and it is worth drawing lessons from the ways in which different countries and social protection systems have dealt with this major recession²³. Despite obvious comparisons between the Great Depression of the 1930s and this major recession of the 2000s, there is an absolutely crucial difference. During the first crisis, social protection systems were only at their very early stages and, in many ways, the recession gave them a kick start. For the crisis that began in 2008, the social protection systems in place worked to cushion the blow in some countries and not in others.

The austerity packages implemented in numerous European countries, starting with countries in southern Europe and especially Greece, overturned the former status quo and upset political and partisan structures, way beyond the countries of southern Europe. This major shock not only generated increased poverty and the subsidence of well-being indicators in numerous EU countries, it also threatened social cohesion with a rise of inequalities, the concentration of wealth in the hands of a few, and a downward shift for the lower fringes of

of these duties of the State is that of caring for those of its citizens who find themselves the victims of such adverse circumstance as makes them unable to obtain even the necessities for mere existence without the aid of others... To these unfortunate citizens aid must be extended by Government, not as a matter of charity, but as a matter of social duty” (cited in Bernstein, 1985, p. 23).

21 In an article in *Le Monde*, former French minister Nathalie Kosciusko-Morizet berated “*the triumph of good intentions*”. https://www.lemonde.fr/idees/article/2010/05/13/care-ou-le-triomphe-des-bons-sentiments-par-nathalie-kosciusko-morizet_1350984_3232.html (consulted on 26/12/2018)

22 In an opinion piece in *Le Monde*, future prime minister Manuel Valls denounced “a profound error” and “a step backwards for the left”. According to the MP, who represented the right wing of the Socialist party, “individuals aren’t ill or asking for care” but rather want “to be able to act in total freedom”. For him, this “old idea from the 1980s [...] is totally inappropriate for today’s French society”. He went on to say that if the left were to win with this philosophy, it would generate huge expectations and a “new time bomb of disappointment”. https://www.lemonde.fr/idees/article/2010/05/14/manuel-valls-promouvoir-comme-panacee-une-societe-du-soin-est-une-erreur-profonde_1351442_3232.html (viewed on 26/12/2018).

23 In a recent major joint work, S. Olafsson, M. Daly, O. Kangas and J. Palme tackled the difficult job of cataloguing how individuals and households have been affected by the great recession in different ways depending on the country (Olafsson et al., 2019).

the middle classes, which in France took on the new label of *petits moyens* or “lower middles” (Cartier et al., 2008), and fuelled the “yellow vest” uprisings of the winter of 2018-2019.

In the case of France, the problem is more than a simple breakdown in the social ladder resulting in social downgrading; it also involves the fear of downgrading, the anxiety and feelings that it generates, and a lower level of trust in institutions and others (Chauvel, 2006 and 2016; Maurin, 2009)²⁴. These deep-seated changes in social stratification have given rise to new political phenomena: the collapse of traditional party bases; a rise in protest voting; and the emergence of new social movements, sometimes taking the shape of new political parties with a different position in national politics (like the “Podemos” movement in Spain, the “Five Star” movement in Italy, and the explosion of the “yellow vest” movement, which became shortly part of a new political landscape).

To tackle this particularly shifting and strained situation, in the run-up to the 2019 European elections, Maurizio Ferrara suggested and defended, following the official proclamation of a European Pillar of Social Rights in Gothenburg in November 2017, the adoption of a Social European Union, a compromise that he considered justifiable to reinforce European social citizenship (Ferrera, 2018). The political translation of this discussion draws out a map, formalizes a dilemma, and sketches an alternative between two main paths for social protection in the 21st century: one of them tends to reinforce the share given to private forms of protection (in the sense of primary social connections), taking an approach that accentuates individual responsibility, at the risk of lumbering individuals and their families with the share formerly taken care of by public authorities and collective forms of protection; the other one attempts to stabilize the changes in our national protection systems with a supra-national framework, a common pillar. Without doubt, the writing of our futures is continually fuelled by the way we understand the changes underway. The work of following these changes is not over yet.

Since the redaction of this text, many major and hard time changes occurred and many other developments are necessary to actualize this overview: the COVID19 pandemic, first, but also elections in Sweden, Italy, France and USA, where extreme right parties are more and more in position to disseminate their views for the future.

24 On the yellow vest movement, readers may be interested in Algan et al., 2019.

BIBLIOGRAPHY

- ABBOTT A., *Time Matters. On Theory and Method*, Chicago University Press, Chicago, 2001.
- ABRAHAMSON P., “European Welfare States Beyond Neoliberalism: Toward the Social Investment State”, *Development and Society*, 39 (1), 2010, p. 61-95.
- ABRAHAMSON P., “The Welfare Modelling Business.” *Social Policy and Administration*, 33 (4), 1999, p. 394-415.
- AHMED S., *The Promise of Happiness*, Duke University press, London, 2010.
- ALGAN Y., E. Beasley, D. Cohen, M. Foucault, M. Péron, “Qui sont les Gilets jaunes et leurs soutiens?”, *Well-being observatory of CEPREMAP and CEVIPOF*, n° 2019-03, 14 February 2019.
- ARMINGEON, Klaus & Giuliano Bonoli (eds), *The Politics of Post-Industrial Welfare States. Adapting Post-War Social Policies to New Social Risks*. Routledge, 2006.
- BÉLAND D., “Ideas and Institutional Change on Social Security: Conversion, Layering and Policy Drift”, *Social Science Quarterly*, 88 (1), 2007, p. 20-38.
- BERNSTEIN I., *A Caring Society. The New Deal, the Worker and the great Depression*, Houghton Mifflin Company, Boston, 1985.
- BEZES P., B. Palier, “Le concept de trajectoire de réformes”, *Revue française de science politique*, 68 (6), 2018, p. 1083-1112.
- BOK D., *The Politics of Happiness. What Government Can Learn from the new Research on Well-Being*, Princeton University press, Princeton, 2010.
- BONOLI G., “The Politics of the New Social Policies. Providing Coverage against New Social Risks in Mature Welfare States”, *Policy & Politics*, 33: 2005, 431-450.
- BONOLI, G., “Postindustrialization, New Social Risks and Welfare State Adaptation in Advanced Industrial Democracies”, *Comparative Political Studies*, 2007, 40: 495-520.
- BOTHFELD S., Rouault S., “Families facing the crisis: Is social investment a sustainable social policy strategy?”, *Social Politics*, 2014, doi 10.1093/sp/jxu014.
- BROWN G., “Foreword” to HM Treasury, *Tackling Child Poverty: Giving Every Child the best Possible Start in Life*, HM Treasury, London, 2001.
- CABANAS E., E. Illouz, *Happycratie. Comment l’industrie du bonheur a pris le contrôle de nos vies*, Clermont-Ferrand, Premier Parallèle, 2018.
- CARTIER M., I. Coutant, O. Masclat, Y. Siblot, *La France des “petits-moyens”. Enquête sur la banlieue pavillonnaire*, Paris, La Découverte, 2008.
- CASTEL R., *La gestion des risques. De l’anti-psychiatrie à l’après-psychanalyse*, Le Seuil, Paris, 1981.
- CASTEL R., *Les métamorphoses de la question sociale*. Paris, Fayard, 1995.
- CASTEL R., C. Haroche, *Propriété privée, propriété sociale, propriété de soi*, Fayard, Paris, 2001.
- CASTEL R., C. Martin, *Penser le changement. Echanges avec Robert Castel*, La Découverte, Paris, 2014 (2nd edition).
- CEDERSTRÖM C., *The Happiness Fantasy*, Polity Press, Cambridge, 2018.
- CHAUVEL L., *Les classes moyennes à la dérive*, Le Seuil, Paris, 2006.

- CHAUVEL L., *La spirale du déclassement. Essai sur la société des illusions*, Le Seuil, Paris, 2016.
- CLASEN J., N. A. Siegel (eds.), *Investigating Welfare State Change. The 'Dependent Variable Problem' in Comparative Analysis*, Edward Elgar, Cheltenham, 2007.
- COMMAILLE J., *A quoi sert le droit ?*, Paris, Gallimard, 2015.
- DELORS J., Dollé M., *Investir dans le social*, Odile Jacob, 2009.
- ESPING-ANDERSEN G. (ed.), *Welfare States in Transition. National Adaptations in Global economies*, Sage, London, 1996.
- ESPING-ANDERSEN G., with D. Gallie, A. Hemerijck, J. Myles, *Why we need a New Welfare State*. Oxford University Press, Oxford, 2002.
- ESPING-ANDERSEN G., "A Child-Centred Social Investment Strategy", in G. Esping-Andersen et al. *Why We Need a New Welfare State?* 2002, p. 26-67.
- EWALD F., *L'Etat providence*, Paris, Grasset, 1986.
- FERRERA M., "L'union sociale européenne: comment la reconstituer?", in B. Vanhercke, D. Ghailani, S. Sabato (eds.), *Social Policy in the European Union*. ETUI, Brussels, European Social Observatory, 2018, pp. 17-34.
- FERRERA M., M. Rhodes (eds.), *Recasting European Welfare States*, Frank Cass, London, 2000.
- FRAWLEY A., *Semiotics of Happiness. Rhetorical Beginnings of a Public Problem*, Bloomsbury Academic, London, 2015.
- FRIOT B., *Puissance du salariat. Emploi et protection sociale à la française*. La Dispute, Paris, 1998.
- GARRITZMANN J. L., Häusermann S. Palier B., *The Worlds Politics of Social Investment: Welfare States in the Knowledge Economy. Volume 1 and 2*. Oxford, Oxford University Press. 2022.
- GIDDENS A., *The Third Way: The Renewal of Social Democracy*. Cambridge, Policy Press, 1998.
- GILBERT N., B. Gilbert, *The Enabling State. Modern Welfare Capitalism in America*. Oxford, Oxford University Press. 1989.
- GILBERT N., *Transformation of the Welfare State. The Silent Surrender of Public Responsibility*. Oxford, Oxford University Press, 2004.
- GUIRAUDON V., Martin C., « Drivers for change », in B. Greve (Ed), *The Routledge Handbook of the Welfare State*, London, New York: Routledge, 2013, p. 283-292.
- GRAHAM C., *The Pursuit of Happiness. An Economy of Well-being*, Brookings Institute Press, Washington, 2011.
- GREVE B., *Rethinking Welfare and the Welfare State*. Cheltenham, Edward Elgar.
- HACKER J., "Privatizing Risk without Privatizing State. The Hidden Politics of Social Policy Retrenchment in the United States", *American Political Science Review*, 98 (2), 2004, p. 243-260.
- HALL P., "Policy Paradigms, Social Learning and the State: The Case of Economic Policy-Making in Britain", *Comparative Politics*, 25, 3, 1993, p. 275-296.
- HECHMAN J., *Giving Kids a Fair Chance*. MIT Press, Cambridge, MA, 2012.
- HECHMAN J., S. Hyeok Moon, R. Pinto, P.A. Savelhev, A. Yavitz, "The Rate of Return to the HighScope Perry Preschool Program", *Journal of Public Economics*, 94, 2010, 114-128.

- HECKMAN J., with F. Campbell, G. Conti, S. Moon, E. Pungello, R. Pinto, and Y. Pan “Early Childhood Investments Substantially Boost Adult Health”, *Science*, 343(6178), 2014, p. 1478–1485.
- HECLO H., *Modern Social Policy in Britain and Sweden*, Yale University Press, 1974.
- HEMERIJCK A., *Changing Welfare States*, Oxford University Press, Oxford, 2013.
- HEMERIJCK A., “The quiet paradigm revolution to social investment”, *Social Politics*, n° 22, 2015, p. 242-256.
- JENSON J., “Redesigning Citizenship Regimes after Neoliberalism. Moving Towards Social Investment”, in N. Morel, B. Palier, J. Palme, *Towards a social Investment Welfare State? Ideas, Policies and Challenges*, Policy Press, 2012, p. 61-87.
- JOBERT B., “Les trois dimensions de la régulation politique”, *L'État à l'épreuve du Social*, Syllepse, Paris, 1998.
- LE GALL D., C. Martin, *Les familles monoparentales. Evolution et traitement social*. Paris. Edition Sociale Française. 1987.
- LEIBFRIED S., “Towards a European Welfare State?”, in C. Jones (ed.), *New Perspectives on the Welfare State in Europe*, Routledge, 1993, p. 133-156.
- LEWIS J., “Gender and Welfare State Change”, *European Societies*, 4 (4), 2002, p. 331-357.
- LEWIS J., “Gender and Welfare Regimes: Further Thoughts”, *Social Politics*, 2 (4), 1997, p. 160-177.
- LEWIS J., Sarre S., “Risk and intimate Relationships”, In Taylor-Gooby and Zinn, 2006, p. 140-159.
- LISTER R., *Citizenship. Feminist Perspectives*, Palgrave Macmillan, Basingstoke, 1997.
- LISTER R., “The Third Way’s Social Investment State”, in J. Lewis & R. Surender (eds), *Welfare State Change. Towards a Third Way?*, Oxford University Press, Oxford, 2004.
- MANNING N., I. Shaw (eds), *New Risks, New Welfare. Signposts for Social Policy*. Blackwell, 2000.
- MARTIN C., “Father, Mother and the Welfare State. Family and Social Transfers after Marital Breakdown”, *Journal of European Social policy*, 5 (1), 1995, p. 43-63.
- MARTIN C., “The Rediscovery of Family Solidarity”, in T. Knijn & A. Komter (eds), *Solidarity between the Sexes and the Generations: Transformations in Europe*. London, Edwards Elgar Publishers, 2004, p. 3-17.
- MARTIN C. (ed.), “Être un bon parent”, *une injonction contemporaine*, Presses de l’EHESP, Rennes, 2014.
- MARTIN C., “Comment le Care s’impose-t-il à l’action publique ?”, in A. Damamme, H. Hirata and P. Molinier (ed.), *Le travail entre public, privé et intime. Comparaisons et enjeux internationaux du care*, Paris, L’Harmattan, 2017, p. 195-206.
- MARTIN C., “Longévité et nouveaux risques sociaux. Pour une politique des âges de la vie dans une société du care”, in A-M. Guillemard (ed.), *Allongement de la vie. Quels défis, quelles politiques?*, Paris, éditions de la Découverte, 2017, p. 259-275.
- MARTIN C., « La sphère domestique des individus dans la régulation publique. Penser les transformations et l’avenir des systèmes de protection sociale », in J. Commaille et B. Jobert (dir), *Les métamorphoses de la régulation politique*. Librairie générale de

- droit et de jurisprudence, collection « Droit et société, *Classics* », édition poche, 2019, p. 141-180.
- MAURIN E., *La peur du déclassement. Une sociologie des récessions*, Le Seuil, Paris, 2009.
- MIDGLEY J., E. Dahk, A. Conley Wright (eds), *Social Investment and Social Welfare. International and Critical Perspectives*. Edward Elgar publishing, Cheltenham, 2017.
- MOREL N., “L’État-providence suédois comme modèle social productif”, *Politiques sociales et familiales*, n°112, 2013, p. 39-49.
- MOREL N., Palier B., Palme J. (eds), *Towards a Social Investment Welfare State? Ideas, Policies and Challenges*, Policy Press, 2012.
- NEVEU E., *Sociologie politique des problèmes publics*, Paris, Armand Colin, 2015.
- OLAFSSON S., M. Daly, O. Kangas, J. Palme (eds.), *Welfare and the Great Recession. A Comparative Study*, Oxford, Oxford University Press, 2019.
- PALIER B. (ED.), *A Long Goodbye to Bismarck? The Politics of Welfare Reform in Continental Europe*, Amsterdam University press, Amsterdam, 2010.
- PALIER B., G. Bonoli, “Phénomènes de *path dependence* et réformes des systèmes de protection sociale”, *Revue française de science politique*, 49 (3), 1999, p. 399-420.
- PALIER B., C. Martin (eds.), *Reforming the Bismarckian Welfare Systems*, Blackwell Publishing, Oxford, 2008.
- PAWIN R., *Histoire du bonheur en France depuis 1945*, Robert Laffont, Paris, 2013.
- PIERSON P., “Irresistible Forces, Immovable Objects: Post-Industrial Welfare States Confront Permanent Austerity”, *Journal of European Public Policy*, 5 (4), 1998, p. 539-560.
- PIERSON P., “Increasing Returns, Path Dependence and the Study of Politics”, *American Political Science Review*, 94 (2), 2000, p. 251-267.
- PIERSON P., *Politics in Time. History, Institutions and Social Analysis*, Princeton University press, Oxford, 2004.
- RHODES M., “Globalization and West European Welfare States: a Critical Review of Recent Debates”, *Journal of European Social Policy*, 4, 1996 (a), p. 305-327.
- ROSA H., *Résonance. Une sociologie de la relation au monde*. La découverte, Paris, 2018.
- SAINT-MARTIN D., J. Jenson, “Building Blocks for a New Social Architecture. The LEGOTM Paradigm of an Active Society”, *Policy & Politics*, 34 (3), 2008, p. 429-451.
- SENIK C., *L’économie du bonheur*, Paris, Seuil, 2014.
- STREECK W., K. A. Thelen (eds.), *Beyond Continuity. Institutional Change in Advanced political Economies*, Oxford University Press, Oxford, 2005.
- TAYLOR-GOUBY P., “Welfare State Regimes and Welfare Citizenship”, *Journal of European Social Policy*, 1 (2), 1991, p. 93-105
- TAYLOR-GOUBY PETER, & Jens Zinn (eds), *Risk in Social Science*. Oxford University Press, 2006.
- TAYLOR-GOUBY PETER (eds), *New Risks, New Welfare. The Transformation of the European Welfare State*. Oxford University Press, 2004.

CAPÍTULO 3

DESIGUALDADES, CONFIGURAÇÕES TERRITORIAIS E COESÃO SOCIAL: O CASO DOS AÇORES

ROSÁRIO MAURITTI | SARA FRANCO SILVA | MARIA DO CARMO BOTELHO | NUNO NUNES
Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, CIES-Iscte

INTRODUÇÃO

O presente texto propõe uma interpretação das configurações de coesão social na Região Autónoma dos Açores, a partir da caracterização das condições de vida e de participação social das populações nos seus diferentes territórios. A perspetiva desenvolvida é suportada numa conceção que põe em evidência mecanismos plurais e multidimensionais de desigualdade social, com as suas dinâmicas interativas e cumulativas (Costa, 2012). Desta forma, procura-se enfatizar sistemas de oportunidades e de constrangimentos que demarcam os contextos locais/municipais, relacionando-os com os níveis de coesão social observados no todo da região.

A perspetiva das desigualdades tem vindo a adquirir uma importância crescente nos estudos de caracterização das sociedades contemporâneas. Tais pesquisas assinalam o incremento dessas desigualdades sociais à escala global (Chancel *et al.*, 2022; Milanovic, 2016; Piketty, 2022), bem como os seus efeitos complexos no progresso económico e nas condições de bem-estar das populações de diferentes países, incluindo os que integram o espaço da União Europeia (British Council, 2021; Delhey & Dragolov, 2016). O estudo que aqui apresentamos, também posicionado na perspetiva das desigualdades sociais enquanto quadro interpretativo das configurações de coesão social que caracterizam os territórios, procura inovar através de uma abordagem analítica que compara as assimetrias no interior dos países, no presente caso, mais especificamente, entre Portugal Continental e a Região Autónoma dos Açores. No plano substantivo, utilizam-se dados estatísticos de base regional e municipal produzidos pelo Instituto Nacional de Estatística – INE (Anuários de Estatísticas Regionais; Estatísticas Anuais da População Residente; Estatísticas do Rendimento ao Nível Local; Censos), envolvendo um conjunto amplo de indicadores, numa análise que procura, simultaneamente, sublinhar dinâmicas sincrónicas e diacrónicas.

Pesquisas recentes, que se têm debruçado sobre o desenvolvimento comunitário e sustentável, a coesão social e a qualidade de vida das populações nos territórios, referem a importância de análises que têm em conta os contextos específicos que enformam as práticas e interações sociais quotidianas (Berger-Schmitt, 2000; Mauritti *et al.*, 2022). Estes estudos demonstram que o lugar em que se nasce ou reside, com os seus recursos e oportunidades específicas, produz impactos na forma como cada agente social se relaciona consigo mesmo e com os seus contextos de proximidade, e mobiliza energias para a participação na vida coletiva. Assim, viver no meio rural ou urbano, em regiões marcadas por dinâmicas económicas e sociais inovadoras ou, pelo contrário, em territórios que registam processos complexos de empobrecimento estrutural, pode determinar, de forma significativa, a maior ou menor oferta e qualidade de um conjunto muito diverso de serviços e recursos fundamentais nas vivências e nas apreciações de bem-estar das populações. Tal envolve, por exemplo, as condições de acesso a serviços de saúde, educação e cultura, habitação, segurança social entre outros afins (Mauritti *et al.*, 2020); mas também aspetos relacionados com as condições de mobilidade geográfica, com o ambiente local e as possibilidades de contacto social (Putnam, 2000) e de estabelecimento e participação em redes de cooperação e partilha (Botterman, Hooghe & Reeskens, 2012), entre outros fatores.

No presente estudo, a coesão social é entendida, de forma lata, como o conjunto de recursos e mecanismos materiais e culturais que, em cada contexto, configuram os sistemas de oportunidade e de constrangimento para o protagonismo e participação na vida social, conferindo consistência a percepções de identificação e de pertença ao coletivo. Como veremos adiante, em cada configuração territorial, as condições de vida das populações, bem como a sua capacidade de reação aos desafios colocados e de cooperação e partilha no todo social, são profundamente marcadas por desigualdades distributivas, de educação e de rendimento, que se intersejam, de forma sistémica e cumulativa, com assimetrias relacionadas com diferentes categorias sociais – por exemplo, a classe social, o género ou a idade (Mauritti *et al.*, 2016; Costa & Mauritti, 2018; Costa *et al.*, 2018) – ou, de forma mais simbólica mas igualmente eficaz nos seus efeitos, com desigualdades subjacentes a processos culturais ou a mecanismos cognitivos de identificação e estigmatização (Lamont *et al.*, 2014) ou de reconhecimento ou de rejeição (Bernard, 1999, cit. por British Council, 2021, p. 9).

Desta forma, a principal hipótese de pesquisa que exploramos é a de que as possibilidades oferecidas nas várias dimensões de caracterização das condições de vida das populações nos territórios, enquadradoras das práticas e orientações que aquelas preconizam, quer no presente, quer nas projeções que realizam face

ao futuro, estão na gênese das configurações de coesão social que definem esses territórios.

A análise realizada apresenta, assim, um instrumento, teórica e empiricamente informado, passível de ser proficuamente utilizado na identificação e monitorização de fenômenos sociais que norteiam as configurações de coesão dos territórios que compõem a Região Autónoma dos Açores, incluindo os seus modos de produção e de reprodução.

COESÃO SOCIAL E DESIGUALDADES SOCIAIS

A ideia de que uma sociedade tem um determinado nível de “coesão” é antiga e tem vindo a ser compreendida a partir de um conjunto diverso de tradições disciplinares e correntes teóricas. O pouco consenso quanto ao que se pode definir como “coesão social” (British Council, 2021; Sage, 2013) é um dos resultados desta ancoragem multidisciplinar. Mas os desafios acerca desta temática emergem não apenas no que se refere à sua conceptualização, mas também quanto à monitorização da expressão real ou relacional da coesão social numa dada comunidade (Delhey & Dragolov, 2016).

Na sociologia, os debates acerca da coesão estão enraizados numa história longa de questões teóricas sobre *o quê e como* se constitui a ordem social na sociedade (Pires, 2012). As questões respeitantes à problemática da coesão social tendem a emergir a partir de momentos de mudança ou transição social, que geram questionamentos e sentimentos de incerteza acerca do modo como vivemos e como interagimos uns com os outros, especialmente quando tais interpelações põem em causa, precisamente, a ideia existente de ordem social. Alguns destes eventos radicais de mudança social estão ligados, por exemplo, à revolução industrial e à transição para a organização social característica do capitalismo, fundada na divisão do trabalho e, como propunha Durkheim, na “solidariedade orgânica”, no âmbito da qual a interdependência e a cooperação assumem uma importância central para a coesão social.

Na atualidade, os processos de globalização, materializados em múltiplas formas de mobilidade física ou socioespacial e “virtual” (Urry, 2002), e intensificados ainda pelo uso massificado de meios eletrónicos e audiovisuais de comunicação, são apontados como elementos que tendem a contribuir para a reconfiguração radical dos referenciais de coesão social. Uma das principais características das dinâmicas presentes é a “interligação entre dois extremos de extensividade e intensividade: influências globalizadoras, por um lado, tendências pessoais, por outro” (Giddens, 1997, p. 1). Enquanto na escala global estas interligações produzem uma “distensão” espacial e temporal de diferentes contextos de relações

sociais, ao nível local promovem a intensa proliferação das identidades culturais e de eventos específicos que contextualizam a vida quotidiana (Costa, 2002), atravessada por um conjunto alargado de referências de ação, que concernem uma variedade de acontecimentos, estilos de vida, valores, oportunidades e saberes que alteram as formas como nos relacionamos e interagimos, constituindo-se como elementos de desafio à coesão social.

Mas o que é a coesão social? Como assinalado atrás, frequentemente, o conceito remete para fenómenos de natureza multidimensional que enformam simultaneamente, nos planos institucional e relacional, as condições de vida, de reconhecimento e de representação dos membros que compõem uma dada sociedade (Fraser, 2008). A sua abordagem pode envolver diferentes “níveis de integração das relações sociais” (Costa, 1999, p. 490), bem como escalas de organização das relações sociais: *macro* (respeitante às relações de interdependência sistémica das estruturas sociais e culturais), *meso* (respeitante às relações de constituição de grupos e redes sociais e de coordenação entre sujeitos coletivos) e *micro* (respeitante a práticas e sistemas de disposições que medeiam as interações, os padrões comportamentais e as orientações valorativas dos indivíduos) (Pires, 2014, p. 33).

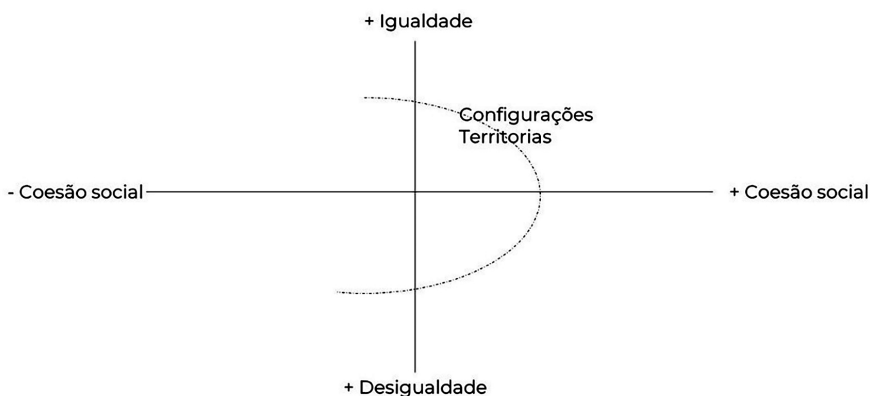
Na análise da coesão social, Schiefer e Noll (2017) distinguem três dimensões-chave, que podemos articular com as escalas de organização das interações sociais: na escala macro, a dimensão associada à *orientação para um bem-comum* (ou seja, a existência de um sistema de valores partilhados entre os cidadãos – acrescentamos nós, numa regularidade estrutural, com configurações multidimensionais fortemente associadas aos posicionamentos sociais e às propriedades que lhe conferem capacidade de ação social num dado momento histórico e contexto social); na meso, a dimensão que diz respeito ao *sentido de pertença e identificação com uma comunidade ou sociedade* (por exemplo, um território; uma entidade coletiva); na micro, a dimensão das *relações sociais que os indivíduos estabelecem uns com os outros*. Estas últimas, tal como propõe Costa (1999, p. 296), têm lugar no âmbito dos “quadros de interação” em que as mesmas são construídas, reproduzidas ou atualizadas. A escala micro (*place-based view*) dá, pois, ênfase a dimensões contextualizadas de práticas sociais atravessadas por lógicas específicas, interacionalmente reguladas através de regras e recursos, de condições e de padrões de ação social, mais ou menos assimétricos, perante os quais os processos sociais mais vastos se atualizam (Costa, 2002).

Neste quadro teórico, as desigualdades sociais e a qualidade de vida, nas suas interseções complexas e plurais, tendem, assim, a ser entendidas como antecedentes ou consequências da coesão social e do bem-estar percebido. Isto

é, os níveis mais elevados de desigualdade e os mais baixos de qualidade de vida – no extremo de desigualdade, a proliferação de experiências de exclusão social – tendem a resultar em menores níveis de coesão social – no extremo, na anomia pelo desmembramento das condições normativas que regulam a vivência comum, a cooperação e a identificação com o coletivo. Estas novas abordagens superam a aparente contradição entre coesão social e desigualdades sociais, suportada teórico-analiticamente no conceito de configurações territoriais (Mauritti *et al.*, 2022).

A problemática das relações entre desigualdades, configurações territoriais e coesão social, que aqui se desenvolve, radica igualmente no consolidado património científico da sociologia das classes, suportada nos “clássicos” (Weber, 1978; Marx & Engels, 2008), em autores mais contemporâneos (Bourdieu, 1979 e 2001; Wright, 1997; Bader & Benschop, 2018; Poulantzas, 1974), bem como em autores portugueses (Costa & Mauritti, 2018; Mauritti *et al.*, 2016; Carmo & Nunes, 2013; Nunes, 2013; Silva, 2009 e 1998; Queiroz, 2005; Pereira, 2005; Costa, 1999; Estanque & Mendes, 1997; Almeida, 1986; Pinto, 1985).

Figura 1. Modelo conceptual



Fonte: Elaboração própria.

A Figura 1 apresenta o modelo conceptual operacionalizado na pesquisa. Nesta proposta partimos da ideia de que as desigualdades sociais constituem um obstáculo à construção de sociedades mais inclusivas e coesas (Therborn, 2013), contribuindo para o enfraquecimento dos laços sociais entre os indivíduos e as instituições e desencadeando múltiplas formas de exclusão e de injustiça social (Fraser, 2022).

De acordo com a OCDE (2012, p. 51), uma sociedade é coesa “se trabalha para o bem-estar de toda a população, combate a exclusão e a marginalização, cria um sentimento de pertença, promove a confiança e oferece aos seus membros a oportunidade de mobilidade social ascendente”. Neste seguimento, a coesão social pode definir-se, de uma forma mais sucinta, como um “processo” que contribui para uma maior igualdade das condições de vida e proteção contra a exclusão social e para a construção de uma sensação de pertença à comunidade (Vergolini, 2011).

Nesta perspectiva, Berger-Schmitt (2000) enfatiza que a promoção e monitorização da coesão territorial envolve duas dimensões distintas: uma, que diz respeito à redução das desigualdades sociais e da exclusão social; outra, ligada ao fortalecimento das relações sociais, interações e laços entre os indivíduos (aspectos geralmente considerados como o “capital social” de uma sociedade – valores partilhados, sentimento de pertença à comunidade, confiança entre os membros e confiança nas instituições sociais).

Relativamente às desigualdades sociais, tal como em Botterman, Hoghe e Reeskens (2012), são aqui assinaladas como “mecanismos estruturais” da coesão social. Assim, perspetivamos a menor ou maior coesão como um efeito complexo de clivagens sociais que caracterizam os contextos de participação e cooperação em diferentes esferas da vida social. As oportunidades de envolvimento em redes sociais de solidariedade e de participação cívica, a perceção de segurança e a maior ou menor confiança no outro ou, ainda, a aceitação da diversidade de estilos de vida são alguns dos aspetos que podemos assinalar como variáveis de coesão (Delhey & Dragolov, 2016). Ora, se a coesão social se refere aos níveis de ligação e de cooperação entre segmentos da sociedade, então, níveis mais baixos de coesão social podem ser entendidos como o resultado de níveis de desigualdade mais elevados (Whelan & Maître, 2005).

Em trabalhos anteriores, demonstrámos que o espaço social europeu é atravessado por desigualdades múltiplas, que resultam na existência de assimetrias significativas nas condições de vida e de bem-estar dos cidadãos dos países da Europa (Mauritti *et al.*, 2016; Costa & Mauritti, 2018; Costa *et al.*, 2018; Silva *et al.*, 2022). Estas desigualdades têm vindo a intensificar-se nos últimos anos em resultado dos processos de globalização, desenvolvimento tecnológico acelerado, flexibilização das relações de trabalho, entre outros fenómenos, que apelam à imposição de lógicas “individualistas”, ao mesmo tempo que enfraquecem as instituições sociais e colocam novos e múltiplos desafios à coesão social.

Perante este contexto de incremento dos processos desigualitários na Europa, dentro dos quais se incluem, não apenas as desigualdades distributivas

(de rendimentos e de educação), como também as desigualdades categoriais (nomeadamente, de território, classe social, género e idade), a sociedade portuguesa aparece atualmente como uma das mais desiguais. Tal significa que um número expressivo de portugueses – cidadãos europeus – está em condições de maior vulnerabilidade no que diz respeito ao conjunto de recursos e de oportunidades a que têm acesso. Esta evidência enfatiza, logo no plano macro, a relevância do contexto territorial na caracterização e compreensão destes fenómenos (residir em Portugal em comparação com outros países da União Europeia – UE). Adicionalmente, tendo em conta as clivagens existentes no interior dos países, a análise destes processos assinala disparidades significativas entre as regiões (Mauritti *et al.*, 2019), bem como dinâmicas e desafios específicos de coesão social e de bem-estar nessas regiões (British Council, 2021, pp. 40 e seguintes) e configurações territoriais (Mauritti *et al.*, 2022). Deste modo, a dimensão do contexto local/municipal de participação e construção de laços sociais e de identificação com o coletivo adquire uma pertinência acrescida no estudo da coesão social.

POLÍTICAS E INSTRUMENTOS DE MONITORIZAÇÃO DA COESÃO SOCIAL NOS TERRITÓRIOS: A REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES EM PERSPETIVA COMPARATIVA

A ideia de coesão social tem ganhado atenção no debate político nacional e supranacional. Ao nível internacional, é de referir que a política de coesão social integra a visão da Europa unida desde a sua fundação. O Tratado de Roma (1957) estabelece como objetivo de cooperação a redução das disparidades dos níveis de desenvolvimento entre as regiões europeias. Apesar disso, somente em 1986, no Ato Único Europeu, a UE define explicitamente como objetivo a “coesão económica e social” de todo o território, pilar da atual política de coesão (Berger-Schmitt, 2000; Pucher *et al.*, 2019). Na sua base está a perspetiva de poder “recuperar” o modelo social europeu e construir uma sociedade de bem-estar, focada nas pessoas e nos seus contextos, mais resiliente para enfrentar os desafios da coesão social, económica, digital e ambiental, e apostada na redução das desigualdades entre e no interior dos países (Beckfield, 2019). Especificamente, a dimensão territorial é integrada nas políticas de coesão apenas no Tratado de Lisboa, em 2009, o qual, a par da coesão económica e social, clarifica a “coesão territorial” nas ações que visam a “promoção de um desenvolvimento mais equilibrado e sustentável em todo o território da UE” (Pucher *et al.*, 2019, p. 11).

Durante anos, a incidência de monitorização do progresso económico e coesão territorial esteve sobretudo baseada em indicadores de escala nacional,

tendo como foco a comparação entre países (membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico – OCDE ou da União Europeia, por exemplo). Contudo, recentemente, têm vindo a ser produzidas evidências de que esse referencial de monitorização contribui para invisibilizar assimetrias significativas intranacionais. As dinâmicas demográficas são um exemplo notório dessas clivagens e invisibilidades: A Europa é hoje um continente profundamente envelhecido, por força de tendências prolongadas de diminuição do peso de crianças e jovens e do aumento simultâneo de pessoas mais velhas. Não obstante, a análise destas tendências nas diferentes regiões europeias revela as consequências de uma competitividade territorial (Allen *et al.*, 1998; OECD, 2020) que tende a beneficiar, sobretudo, as dinâmicas económicas das áreas metropolitanas, com evidentes prejuízos para os territórios mais afastados dos grandes centros urbanos, com baixo produto, reduzida produtividade e em forte declínio demográfico e social. Efetivamente, tanto em Portugal como noutros países europeus, os resultados conhecidos dos Censos 2021 revelam que tais assimetrias têm vindo a acentuar-se, contribuindo para aprofundar o declínio populacional e o envelhecimento das zonas rurais¹. As implicações complexas deste “abandono” no desenvolvimento sustentável e no bem-estar das populações nessas regiões constituem um desafio comum à generalidade dos países europeus.

O reconhecimento de profundas clivagens territoriais intra e internacionais que se intersejam de forma cumulativa com outras formas de desigualdade social contribuiu assim para uma nova geração de políticas de desenvolvimento rural, que procuram responder a necessidades reais de desenvolvimento sustentável e à promoção da coesão social a partir de uma visão das condições coletivas do território (*place-based view*) (Vasta *et al.*, 2019; Silva, Sousa & Albuquerque, 2022). A este propósito, no quadro das políticas da Comissão Europeia, adotou-se o princípio da coesão territorial como o novo paradigma de desenvolvimento das regiões, permitindo a cada população tirar o melhor partido das características existentes no seu território (Santinha, 2014).

Ora, promover a coesão implica um melhor conhecimento sobre a multiplicidade de processos e mecanismos que a possibilitam. Desde logo exige que as características e os desafios específicos colocados às regiões sejam abordados de forma diferenciada, através de uma perspetiva que engloba a visão dos territórios e das suas populações. É nesta orientação, tendo em vista a criação de uma

1 Em Portugal, cerca de 164 municípios num total de 308 foram classificados como “municípios de baixa densidade”, numa deliberação da CIC Portugal 2020, para aplicação de medidas de diferenciação positiva dos territórios. Nesta classificação “adota-se uma abordagem multicritérios que considera a densidade populacional, a demografia, o povoamento, as características físicas e socioeconómicas e as acessibilidades” (CIC Portugal, 2020, p. 1).

ferramenta estatística que apoia a monitorização do desenvolvimento regional em diferentes escalas do território nacional, que o INE operacionaliza o ISDR – Índice Sintético de Desenvolvimento Regional.

A construção deste índice tem subjacente uma conceção que procura incorporar diferentes vertentes de sustentabilidade do desenvolvimento e da coesão territorial, simultaneamente, nos domínios económico (desempenho competitivo da região), ambiental (qualidade ambiental) e social (coesão social). Neste quadro, a coesão social – um dos eixos de monitorização do desenvolvimento regional – é “resultado de níveis aceitáveis de equidade de condições de vida, e propicia condições sociais para a reprodução social e económica sustentável e para a atratividade dos territórios” (INE, 2009, p. 12). Trata-se, pois, de um conceito multidimensional que engloba variáveis referentes, por exemplo, à estrutura e dinâmica sociodemográfica, à dimensão socioeconómica e rendimentos, à dimensão social respeitante a recursos e equipamentos nas áreas de saúde, educação e cultura. No seu conjunto, estas variáveis procuram aferir as capacidades oferecidas pelo coletivo para a adaptação social, bem como os potenciais de exclusão social e as condições de satisfação de necessidades básicas, relevantes nas perceções de pertença e de identificação com a comunidade. Estão aqui em causa diversas componentes ligadas à eficácia da ação redistributiva do Estado (Mauritti *et al.*, 2020), nomeadamente a educação universal ou as ações unificadoras em matéria de oferta cultural, as condições institucionais de regulação das relações que enformam o acesso e exercício à atividade económica, bem como os instrumentos de segurança social que lhe estão associados.

A análise do Índice de Coesão Social e Económica das Regiões Portuguesas (ICSERP) de 2020, produzido pelo INE (ver Tabela 2), permite verificar que, no todo nacional, as regiões autónomas dos Açores e da Madeira correspondem às regiões NUTS II que apresentam maiores desafios neste domínio – em comparação com o Continente (100,7), os valores das regiões são de 88,9 (na Madeira) e 82,3 (nos Açores). A posição da região dos Açores (com o índice mais baixo no contexto nacional desde 2011) assinala as dificuldades acrescidas dos cidadãos açorianos, quer na satisfação de necessidades básicas, quer no acesso a serviços públicos e equipamentos coletivos que integram ações inscritas nas funções sociais do Estado, como as assinaladas atrás.

Tabela 2. Índice de Coesão Social e Índice de Desenvolvimento Regional em Portugal (2011, 2020)

	Índice de Coesão Social		Índice de Desenvolvimento Regional (global)	
	2011	2020	2011	2020
<i>Continente</i>	100,8	100,7	100,5	100,4
<i>Norte</i>	97,3	99,1	98,5	99,4
<i>Centro</i>	100,6	101,0	97,1	98,2
<i>Área Metropolitana de Lisboa</i>	106,9	105,5	108,0	106,0
<i>Alentejo</i>	99,1	95,3	96,5	95,4
<i>Algarve</i>	95,3	90,4	93,8	90,1
<i>Região Autónoma dos Açores</i>	82,7	82,3	89,4	89,6
<i>Região Autónoma da Madeira</i>	85,3	88,9	91,1	95,8

Fonte: INE, Índice Sintético de Desenvolvimento Regional (2011, 2020).

Extraído em 22 de agosto de 2022, <http://www.ine.pt>.

Estes dados são coerentes com outros estudos que assinalam os elevados índices de pobreza que configuram a Região Autónoma dos Açores (Diogo, 2019), a qual concentra o maior número de beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI) em Portugal. Diogo destaca, igualmente, as disparidades que se verificam dentro do território, onde a pobreza (medida aqui através do RSI) está concentrada em determinadas freguesias da região (especialmente na Ilha de São Miguel). Na sua análise, o autor enquadra tais desigualdades na história do arquipélago, bem como na sua fragmentação (a divisão dos Açores em diversas parcelas de tamanho e população distinta), reforçada pelas assimetrias que marcam o perfil qualificacional das suas populações e a própria qualidade e disponibilidade de emprego. No setor privado, os empregos incidem sobretudo em atividades de serviços relacionadas com o turismo, as quais, apesar do clima marítimo de temperatura amena que caracteriza a Região ao longo do ano, têm forte componente de sazonalidade, significando como tal empregos precários e pouco qualificados (SREA, 2018). Estes traços de desigualdade interseam-se ainda, de forma cumulativa, com mecanismos de segmentação de oportunidades relacionados com o género. Com efeito, as desigualdades entre mulheres e homens assumem uma expressividade relevante nos contextos onde se observa maior incidência de pobreza, estando associadas a outras

questões sociais que apresentam um ritmo específico nestes territórios, como a violência doméstica, as baixas taxas de atividade feminina, os baixos níveis de escolaridade e a dinâmica demográfica que, apesar de hoje apresentar ainda um quadro de favorecimento marcado pela baixa presença relativa de pessoas com idades acima dos 64 anos, enfatiza um quadro de envelhecimento da população (Diogo & Rocha, 2018).

Nos pontos seguintes, procuramos enquadrar os padrões observados através do Índice de Coesão Social e Económica das Regiões (em especial os Açores) num modelo analítico teórica e empiricamente informado na problemática das desigualdades sociais.

OBJETIVOS DA PESQUISA E METODOLOGIA

De acordo com o modelo conceptual da pesquisa (Figura 1), traçaram-se os seguintes objetivos específicos:

1. Identificação e análise de indicadores quantitativos disponíveis para caracterizar as desigualdades sociais nos municípios da Região Autónoma dos Açores (Tabela 3);
2. Análise comparativa entre as configurações das desigualdades sociais na Região Autónoma dos Açores e Portugal Continental, simultaneamente, numa perspetiva sincrónica e diacrónica – reportada ao período 2011-2021 (Figuras 4 e 5);
3. Compreensão das interseções complexas da multidimensionalidade que caracteriza as desigualdades sociais nos municípios dos Açores, tendo em vista identificar diferentes perfis de desigualdade socioeconómica e territorial, com base nas correlações entre os indicadores de desigualdade (Figuras 6 e 7);
4. Posicionamento da Região Autónoma dos Açores nas configurações territoriais identificadas no estudo TIWELL (Mauritti *et al.*, 2022).

Para concretizar os objetivos propostos, a partir da exploração de estatísticas das regiões/municípios e dos Censos, começámos por proceder ao mapeamento de um conjunto amplo de indicadores de desigualdade social relativos à Região Autónoma dos Açores. Na maioria dos casos, os dados obtidos reportam ao período entre 2011 e 2021; contudo, para alguns dos indicadores (rendimento bruto por sujeito passivo; coeficiente de Gini; população que estuda ou trabalha noutra município), não foi possível encontrar dados disponíveis, considerando-se por isso outros anos aproximados. O objetivo foi recolher dados que permitissem

uma análise das dinâmicas de desigualdade que caracterizam a região, considerando um período temporal alargado.

Na seleção destes indicadores, sempre que possível, tivemos por base o trabalho já antes desenvolvido e estabilizado pela equipa para os municípios de Portugal Continental, a partir do qual construímos uma tipologia de territórios que posiciona os municípios em função das suas características de desigualdade. Tal inclui indicadores relativos ao território, população, rendimentos, condição socioeconómica, classes sociais, educação e mobilidade intermunicipal (ver Tabela 3). Ao todo foram recolhidas 14 variáveis com 26 indicadores associados, organizados para criar uma base de dados, de forma a possibilitar a caracterização do arquipélago – território e população residente – nas diferentes variáveis abordadas. Para o efeito consultaram-se os dados disponíveis em estatísticas oficiais do INE, como os Anuários Estatísticos Regionais, as Estimativas Anuais da População Residente, as Estatísticas do Rendimento ao Nível Local e dos Censos (2011 e 2021).

O indicador de classe social (variável derivada) foi construído segundo os procedimentos definidos na tipologia ACM (Costa, Machado & Almeida, 2007). A operacionalização deste indicador tem por base uma matriz de lugares de classe que considera variáveis como a condição perante a atividade económica, a profissão e a situação na profissão. No presente estudo, devido à ausência de dados recentes que compreendam toda a população trabalhadora (os últimos disponíveis remetem para os Censos de 2011), o indicador socioprofissional tem por referência as estatísticas relativas aos Quadros de Pessoal (GEP/MTSSS), envolvendo trabalhadores por conta de outrem que desempenham a sua atividade profissional no setor privado (não inclui os trabalhadores da administração pública, nem os trabalhadores por conta própria).

Relativamente aos rendimentos, de forma a captar as desigualdades económicas dentro dos municípios, considerou-se o coeficiente de Gini do rendimento bruto médio mensal por sujeito passivo, sendo este um dos indicadores mais utilizados na medição de disparidades económicas que opõem as populações dos diferentes territórios.

Foi necessário também efetuar algumas transformações dos dados, envolvendo o cálculo de taxas de variação de população e escolaridade para medir as evoluções nos territórios entre 2011 e 2020/21.

Através da análise exploratória e descritiva dos indicadores considerados, foi possível obter um retrato das desigualdades sociais e territoriais que configuram os municípios dos Açores, no momento presente, bem como avaliar a sua evolução desde 2011 até à atualidade. Posteriormente procedeu-se à análise comparada entre a Região Autónoma dos Açores e Portugal Continental.

Finalmente, para a análise das interseções entre as dimensões estruturais de desigualdade que configuram o território, as quais permitem olhar para o interior do Arquipélago e perceber a sua associação com os diferentes municípios, procedeu-se à realização de uma análise categorial em componentes principais (CatPCA). Com a representação, no mesmo plano, dos indicadores considerados e dos municípios, é possível observar as inter-relações existentes e identificar padrões de associação entre as desigualdades sociais e os municípios.

Tabela 3. Indicadores de desigualdade social

Dimensão	Indicadores	Fonte
Território	Tipologia de áreas urbanas (2011 e 2020):	INE, Estimativas Anuais da População Residente
	• APU – População residente em Áreas Predominantemente Urbanas (%)	
	• AMU – População residente em Áreas Maioritariamente Urbanas (%)	
	• APR – População residente em Áreas Predominantemente Rurais (%)	
	Densidade populacional (n.º hab./km ²) (2011 e 2021)	INE, Estimativas Anuais da População Residente
	Taxa de variação da densidade populacional (%) (2001-2011) / (2011-2021)	INE, Estimativas Anuais da População Residente
População	População residente, segundo grandes grupos etários (2011 e 2021):	INE, Censos 2011 e 2021 INE, Estimativas Anuais da População Residente
	• Inferior a 25 anos (%)	
	• 25 a 64 anos (%)	
	• Homens com 65 ou mais anos (%)	
	• Mulheres com 65 ou mais anos (%)	
	Índice de dependência total (N.º) (2011 e 2020)	INE, Estimativas Anuais da População Residente
	Taxa de variação da população com idades entre os 0 e os 14 anos (%) (2001-2011) / (2011-2021)	INE, Censos 2011 e 2021
Taxa de variação da população com idade igual ou superior a 65 anos (%) (2001-2011) / (2011-2021)	INE, Censos 2011 e 2021	

Dimensão	Indicadores	Fonte
Rendimentos	Rendimento bruto declarado por sujeito passivo (€) (2015 e 2019)	INE, Estatísticas do Rendimento ao nível local com base na informação produzida pelo Ministério das Finanças – Autoridade Tributária e Aduaneira
	Coefficiente de Gini do rendimento bruto declarado por sujeito passivo (%) (2015 e 2019)	INE, Estatísticas do Rendimento ao nível local com base na informação produzida pelo Ministério das Finanças – Autoridade Tributária e Aduaneira
Classes sociais	Classes sociais dos trabalhadores por conta de outrem (2011 e 2020): <ul style="list-style-type: none"> • % Dirigentes • % Profissionais, Técnicos e de Enquadramento • % Empregados Executantes • % Operários • % Trabalhadores Não Qualificados 	INE, Anuários Estatísticos Regionais 2020
Educação	População com 15 ou mais anos por nível de escolaridade (2011 e 2021): <ul style="list-style-type: none"> • % Sem grau • % Básico • % Secundário • % Superior 	INE, Censos 2011 e 2021
	Taxa de variação do ensino secundário da população com 15 ou mais anos (%) (2011-2020)	INE, Censos 2011 e 2021
	Taxa de variação do ensino superior da população com 15 ou mais anos (%) (2011-2020)	INE, Censos 2011 e 2021
Mobilidade	População que trabalha ou estuda noutra município (%) (2011)	INE, Censos 2011

CONFIGURAÇÕES DE DESIGUALDADE NA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Localizada na zona central do Atlântico Norte, a Região Autónoma dos Açores é formada por nove ilhas, todas de origem vulcânica (19 municípios), e ocupa uma área de 2322 km², onde residem perto de 236 440 pessoas – o que corresponde a uma densidade populacional de 102 habitantes por km² (Figura 4). O arquipélago é marcado pela presença de áreas medianamente urbanas (45%), formadas por vilas e pequenas cidades, e áreas predominantemente rurais (28%).

De acordo com os resultados conhecidos dos Censos 2021, a composição etária da população incide nas idades dos 25 a 64 anos (53%), mas conta ainda com alguma expressão de crianças e jovens até 24 anos (26%); as idades com 65 e mais anos têm uma representação mais diminuta (cerca de 17%). No entanto, face a 2011, as idades até 14 anos têm vindo a reduzir de forma significativa (-22%), enquanto o peso relativo de pessoas acima dos 65 anos, no mesmo período, teve uma taxa de crescimento na ordem dos 21% (Figura 5). Refletindo esta estrutura etária, atualmente o índice de dependência total revela que para cada 100 adultos em idade ativa, existem perto de 45 pessoas nas idades inativas (incluindo crianças e jovens com menos de 15 anos e maiores de 64 anos).

Na caracterização dos perfis educativos da população com 15 e mais anos, destaca-se a prevalência de pessoas com o ensino básico (cerca de 61%), registando-se ainda alguma presença dos que não têm qualquer grau de escolaridade (perto de 5%). No todo da população, pouco mais de 1/3 detém pelo menos o ensino secundário (21%, com o secundário; 14%, com grau superior). Ou seja, apesar de, entre 2011 e 2021, as taxas de variação dos níveis de educação secundário (+64%) e superior (+48%) seguirem tendências positivas de elevação das qualificações, um segmento muito expressivo da população adulta açoriana, sem possibilidades (ou pelo menos incentivos suficientes) de reforço dos seus recursos educativos, mantém níveis de educação que não o habilita a uma participação plena, com protagonismo nos desafios colocados à sociedade atual.

Figura 4. Configurações das desigualdades sociais nos Açores e em Portugal Continental

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

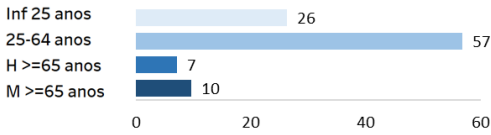


Densidade Pop **101,8**
 Tv Densidade Pop **-4,4%**
 (2011-2021)

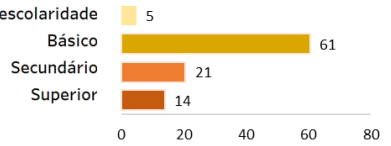
12865 €
 Rendimento
 bruto médio anual

41,7
 Coef. **Gini**

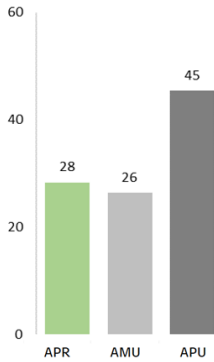
Idade (% média)



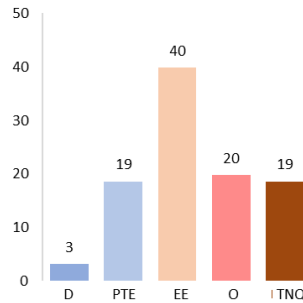
População 15+ anos por nível de escolaridade (%)



Tipologia Urbana (%)



Classe social (%)



Tx variação:
 (2011-2020(1))

Tv Secundário **64,0%**
 Tv Superior **47,9%**
 Tv (0-14) **-21,8%**
 Tv (65+) **20,8%**

Trabalha/estuda
 noutra Município
13,8%

APR – Áreas Predominantemente Rurais
 AMU – Áreas Medianamente Urbanas
 APU – Áreas Predominantemente Urbanas

D – Dirigentes PTE – Profissionais Técnicos e de Enquadramento
 EE – Empregados Executantes O – Operários
 TNQ – Trabalhadores Não Qualificados

PORTUGAL CONTINENTAL



Densidade Pop
Tv Densidade Pop
(2011-2021)

110,7
-1,7%

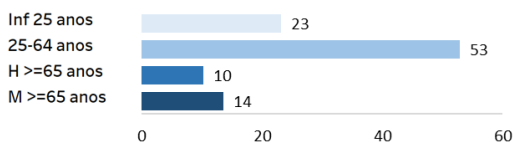
13620

Rendimento
bruto médio anual

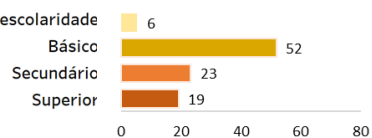


41,7
Coef. Gini

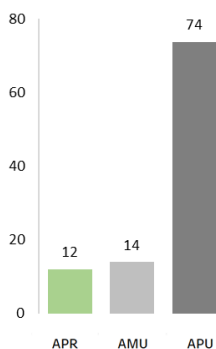
Idade (% média)



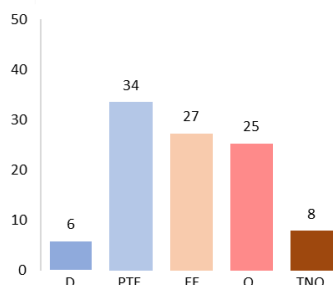
População 15+ anos por nível de escolaridade (%)



Tipologia Urbana (%)



Classe social (%)



Tx variação:
(2011-2020(1))

Tv Secundário 46,2%
Tv Superior 44,5%

Tv (0-14) -14,2%
Tv (65+) 20,4%

Trabalha/estuda
noutro Município
29,9%

APR – Áreas Predominantemente Rurais
AMU – Áreas Medianamente Urbanas
APU – Áreas Predominantemente Urbanas

D – Dirigentes PTE – Profissionais Técnicos e de Enquadramento
EE – Empregados Executantes O – Operários
TNQ – Trabalhadores Não Qualificados

Fonte: INE, Anuários de Estatísticas Regionais/Municipais e Censos. Ver quadro 3. Elaboração própria.

De forma coerente com o quadro traçado para o perfil de qualificações da população, os dados referentes à composição socioprofissional do conjunto de trabalhadores assalariados em entidades empresariais privadas e em organizações do setor social enfatizam a forte presença (cerca de 78%) de empregados em atividades de base, não qualificadas e semiqualficadas, na indústria e agricultura e nos serviços administrativos, comerciais e de segurança – na figura 4, estes correspondem aos posicionamentos sociais de classe relativos a empregados executantes, operariado e não qualificados (este último envolvendo trabalhadores

indiferenciados que exercem atividades precárias e/ou mal remuneradas nos vários setores económicos). No todo do arquipélago, as classes sociais dotadas de maiores recursos económicos, de *status* e prestígio social, como os dirigentes (3%) e os profissionais técnicos e de enquadramento (19%), que desempenham atividades profissionais de qualificação média ou elevada e exercem funções de chefia intermédia e superior, têm uma presença relativamente diminuta.

De notar que a sub-representação de setores de maior qualificação reflete, em parte, a ausência, nos dados que suportam a análise, de trabalhadores da administração pública, envolvendo em 2021, segundo dados da DGAEP, mais de 25 800 trabalhadores, dos quais pouco mais de metade são dirigentes e profissionais especialistas intelectuais e científicos e quadros técnicos e intermédios. A sua presença enfatiza, pois, a expansão (embora polarizada e refletida, como veremos adiante, em geografias contrastantes) de atividades de serviços públicos. Estas atividades incluem serviços de alta pericialidade técnica e científica, ligados às áreas de ciência e educação, gestão administrativa e política, de decisão e apoio jurídico, saúde e segurança social, para além dos serviços gerais administrativos e de apoio de base às atividades económicas e sociais sob alçada de instituições públicas.

Os rendimentos brutos médios anuais da população açoriana rondam os 12 865 euros. Contudo, o Coeficiente de Gini permite observar que no arquipélago as desigualdades na distribuição de rendimentos são muito significativas (na ordem dos 41,7%).

Quanto à mobilidade, cerca de 14% da população trabalha ou estuda noutro município que não o de residência habitual.

TRAÇOS E TENDÊNCIAS DE CONVERGÊNCIA E DIVERGÊNCIA FACE AO CONTINENTE NA ÚLTIMA DÉCADA

A perspetiva comparativa com o Continente (Figura 4) procura posicionar os mecanismos de desigualdade social que caracterizam o arquipélago dos Açores nas configurações territoriais do todo nacional. Esta análise é complementada com a visão das tendências que atravessam os dois contextos nas varáveis em foco ao longo da última década (Figura 5).

A análise comparativa permite verificar que a nomenclatura urbana que caracteriza a distribuição da população residente no território açoriano, relativamente incidente nas áreas medianamente urbanas e nas áreas predominantemente rurais, emerge, desde logo, como traço de contraste face à distribuição associada ao Continente, o qual é formado, essencialmente, por áreas predominantemente urbanas (que ocupam cerca de 74% do território). A densidade populacional,

embora ligeiramente mais intensa no território continental (111 habitantes por km²), apresenta tendências de diminuição em ambos os contextos, coerentes com a perda geral de população que tem marcado o país na última década. Apesar disto, estas tendências são, de facto, mais acentuadas nos Açores: entre 2011 e 2021, a taxa de variação da densidade populacional no arquipélago revela uma diminuição mais de duas vezes superior àquela que se verificou em Portugal Continental (-4,4 nos Açores e -1,7 no Continente).

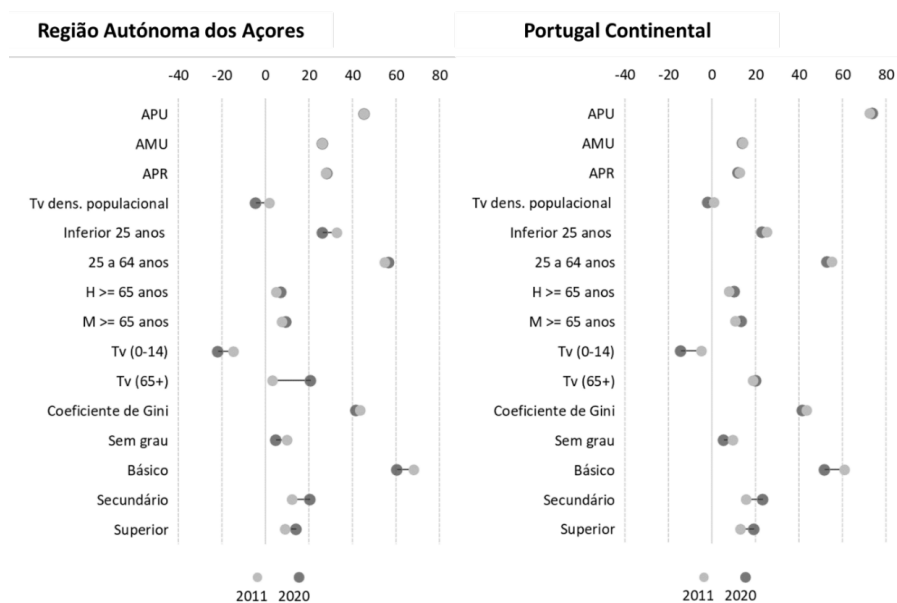
Não obstante, em 2021, a estrutura etária da população denota ainda uma maior presença no arquipélago quer das idades até 25 anos (26%, +3 pontos percentuais [p.p.] do que o observado no todo do Continente), quer do grupo etário dos 25 a 64 anos, prevacente na população economicamente ativa (57%, +4 p.p. do que no Continente). Este quadro mais favorável na Região Autónoma dos Açores é reforçado também pelo peso diminuto do segmento da população a partir dos 64 anos (17% nos Açores, -7 p.p. do que o observado no conjunto populacional do Continente), refletindo um índice de dependência total substancialmente inferior no arquipélago (45; -12 p.p. em comparação com o Continente). Contudo, na última década, a região (de forma mais acentuada do que o todo nacional) apresenta perdas significativas de crianças até aos 14 anos (entre 2011 e 2021 a taxa de variação associada é de -22%; -14% no Continente), enquanto, no mesmo período, o peso da população com 65 e mais anos aumentou perto de 21% (20% no Continente). Estas tendências evidenciam um movimento de convergência com a estrutura demográfica do todo nacional, contribuindo, assim, para intensificar um quadro sistémico de envelhecimento do país.

O perfil qualificacional da população residente no arquipélago açoriano reflete alguns ganhos, associados sobretudo à diminuição do analfabetismo, o qual, apesar de deter ainda alguma expressão, caiu perto de 5 p.p., traduzindo uma melhor *performance* da região em comparação com o Continente, onde esse recuo foi de -4 p.p. Contudo, a população que não foi além do ensino básico mantém uma presença muito expressiva na região (61%, -8 p.p. face a 2011; no Continente representa 52%, com uma diminuição associada em relação a 2011 de -9 p.p.). Assim, apesar de as taxas de variação dos níveis educacionais nos patamares de educação secundária e superior nos territórios açorianos revelarem uma dinâmica mais positiva do que a observada no todo nacional, as distâncias no perfil qualificacional mantêm-se expressivas: na Região Autónoma dos Açores, em 2021, cerca de 35% da população detém pelo menos um diploma de estudos secundários (14% da qual concluiu um grau superior); no Continente, no mesmo ano, encontramos 43% e 19%, respetivamente.

A comparação dos contextos em referência relativamente às configurações da estrutura socioprofissional, no ano mais próximo reportadas apenas aos

trabalhadores assalariados dos setores empresarial e social, confirma um quadro geral de maior desqualificação dos trabalhadores do Arquipélago. Tal é desde logo notável na menor presença relativa de atividades de serviços de maior pericialidade técnica e científica (os Profissionais Técnicos e de Enquadramento representam 19% na região, contra 34% no Continente; os Dirigentes 3% e 6%, respetivamente). Adicionalmente, nos segmentos de assalariamento de base da agricultura, indústria e serviços, este quadro é ainda acentuado pela sobrerrepresentação de “trabalhadores não qualificados” (19% na Região Autónoma dos Açores; 8% no Continente).

Figura 5. Evolução dos indicadores de desigualdade na Região Autónoma dos Açores e em Portugal Continental (2011-2020)



Fonte: INE, Anuários de Estatísticas Regionais/Municipais e Censos. Ver quadro 3. Elaboração própria.

Apesar destas assimetrias, os rendimentos médios brutos anuais declarados em sede de IRS, sendo mais baixos do que os registados em Portugal Continental (na região rondam, em termos médios anuais, os 12 865 euros; -755 euros/ano do que o Continente), são relativamente elevados quando comparados com o padrão de rendimentos de diferentes configurações territoriais no país (cf. Mauritti *et al.*, 2022). A análise comparada do montante médio de rendimentos brutos entre

2015 e 2019² denota uma evolução positiva nos dois contextos, ainda que mais intensa no Continente (a taxa de crescimento associada à recuperação de rendimentos ronda os 15% no Arquipélago e os 17% no Continente). De resto, as fortes desigualdades assinaladas em relação à distribuição de rendimentos, medidas através do Gini, estão em linha com o observado no todo do território nacional.

A mobilidade intermunicipal, último indicador analisado neste perfil, é relativamente diminuta quando comparada com a realidade continental (nos Açores 14% da população trabalha ou estuda noutra município, no Continente são cerca de 30% os cidadãos envolvidos neste tipo de mobilidade).

ASSIMETRIAS ENTRE E NOS MUNICÍPIOS DOS AÇORES

Um olhar sobre o interior do território açoriano permite assinalar diferenças substantivas no que diz respeito às condições sociodemográficas, socioprofissionais e económicas da população residente nos municípios da Região Autónoma, revelando assim um retrato territorial heterogéneo do arquipélago.

A figura 6 apresenta os padrões de associação entre as variáveis que compõem a caracterização da estrutura sociodemográfica da população nos 19 municípios açorianos. Nos dois quadrantes à esquerda, estão posicionados os municípios com maior concentração de áreas urbanas. Entre estes, Lagoa, Ponta Delgada, Ribeira Grande, Angra do Heroísmo, Vila Franca do Campo e Vila da Praia da Vitória correspondem aos aglomerados com maior densidade populacional. A estrutura de idades da sua população caracteriza-se pela presença relevante de crianças e jovens (com idades inferiores a 25 anos). Concomitantemente, nestes mesmos contextos, os últimos dez anos foram pautados pelo crescimento substantivo de população mais velha (pessoas com 65 e mais anos) – em particular, Angra do Heroísmo e Vila da Praia da Vitória. No topo da figura à esquerda, correspondente ao segundo quadrante, Ribeira Grande e Povoação surgem associadas à forte presença de população nas idades dos 25 aos 64 anos.

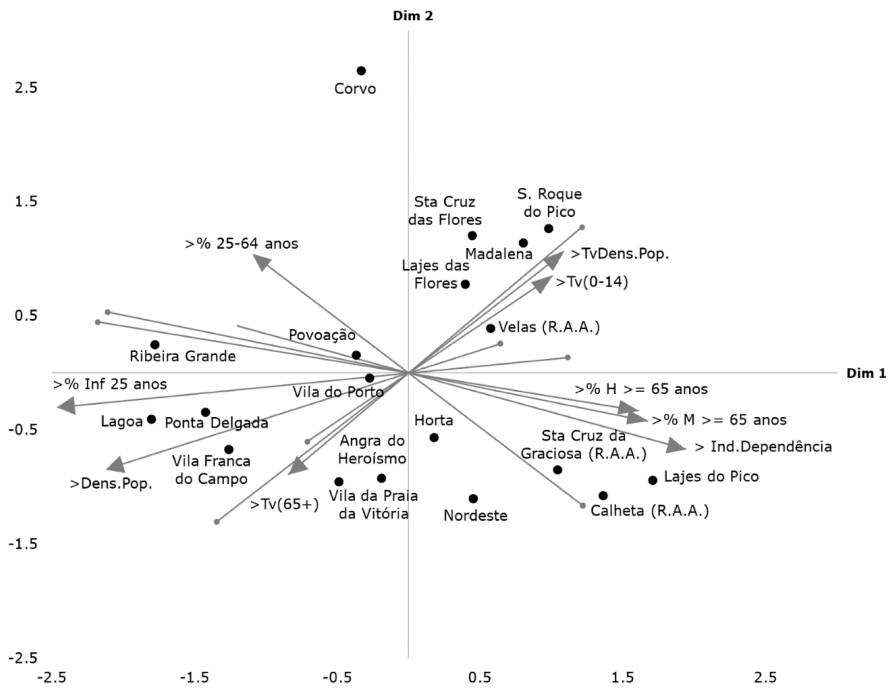
Também no topo da figura, no quadrante 1, à direita, estão localizados os municípios que apresentam tendências mais favoráveis relativamente à presença de famílias com crianças (até aos 14 anos): Madalena e São Roque do Pico. Aliás, de acordo com os dados conhecidos dos Censos 2021, Madalena é no contexto

2 Período que cobre um ciclo de governação socialista, entre 2015 e 2020, na Região Autónoma dos Açores correspondente ao XII Governo Regional – XXI Governo da República Portuguesa. No plano nacional, o XXI Governo foi pautado pelo acordo de cooperação estratégica conhecido por “Gerir-gonça” entre PS, BE, PCP e PEV, logo a seguir a um ciclo de governação durante o qual Portugal foi sujeito a um programa de assistência financeira tutelado pela *Troika* (Fundo Monetário Internacional, Banco Central Europeu e Comissão Europeia).

do Arquipélago açoriano o único município que viu a sua população crescer nos últimos dez anos (2,1%); os restantes concelhos posicionados neste quadrante assinalam tendências de perda demográfica menos significativas em comparação com as restantes configurações territoriais.

Ainda à direita, em baixo, no quarto quadrante da figura, estão localizados os municípios de Santa Cruz da Graciosa, Lajes do Pico e Calheta, associados a tendências mais intensas de envelhecimento populacional, sobretudo por maior concentração de pessoas mais velhas (homens e mulheres com 65 e mais anos). É também nestes contextos que o índice de dependência total é mais elevado.

Figura 6. Padrões de associação entre os indicadores demográficos e posicionamento dos municípios da Região Autónoma dos Açores



Fonte: INE, Anuários de Estatísticas Regionais/Municipais e Censos. Ver quadro 3. Elaboração própria.

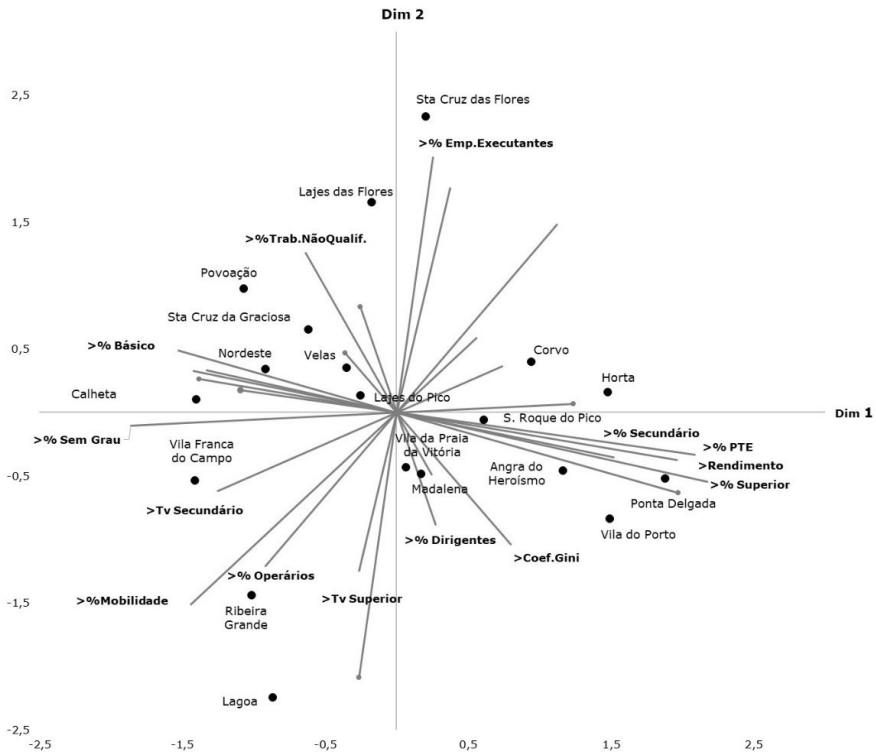
Complementando esta análise focada nas assimetrias que atravessam os municípios da Região Autónoma dos Açores, a Figura 7 permite visualizar os

traços socioprofissionais, socioeducativos e económicos da população nos diversos concelhos. Também aqui se observam diferenças significativas, que têm impactos nas condições de vida das populações e na coesão social do território.

No quadrante em baixo à direita, estão localizados os municípios que tendem a acumular situações mais favoráveis nas diversas variáveis de caracterização que suportam a análise. Encontramos aqui contextos pautados por maior oferta e variedade de atividades de prestação de serviços. Ponta Delgada, Angra do Heroísmo, Vila do Porto, e também São Roque do Pico e Horta revelam uma maior presença relativa de profissionais com perfis de qualificação e pericialidade técnica e científica melhorados (diplomados com ensino superior e secundário), que exercem funções técnicas e de chefia intermédia ou superior nas organizações (PTE, Profissionais Técnicos e de Enquadramento), auferindo rendimentos médios mais elevados. Também localizados neste quadrante, estão os municípios de Madalena e Vila da Praia da Vitória, com a presença de dirigentes de topo das empresas e organizações, no geral profissionais dotados de maiores recursos económicos, poder e prestígio social. A assimetria de condições de vida e de bem-estar destes segmentos, face a outros prevaletentes no território, contribui para que também este quadrante esteja associado a maiores desigualdades na distribuição de rendimentos, medidas através do coeficiente de Gini (este particularmente elevado em Vila do Porto e Ponta Delgada).

Reforçando a importância das atividades de serviços diversos, ainda à direita da figura, mas no quadrante superior, encontramos Santa Cruz das Flores, o município açoriano com maior peso relativo de trabalhadores que realizam atividades semiqualficadas de apoio administrativo e serviços comerciais, de cuidado social e pessoal e de proteção e segurança (EE, Empregados Executantes). Não obstante, na Região Autónoma, uma parte significativa dos sujeitos posicionados nesta classe social é detentora de recursos educacionais baixos e muitos baixos. Tal incidência reflete-se no posicionamento de municípios como Lajes das Flores ou Povoação (no topo da figura, à esquerda), configurados pela presença do segmento socioprofissional dos empregados executantes, nestes contextos sobretudo mobilizados em atividades de serviço de base, pouco exigentes em termos de perfil qualificacional e com baixo retorno financeiro.

Figura 7. Padrões de associação entre rendimento, educação e classes sociais: posicionamento dos municípios da Região Autónoma dos Açores



Fonte: INE, Anuários de Estatísticas Regionais/Municipais e Censos. Ver quadro 3. Elaboração própria.

De forma coerente com estes traços, ainda no topo da figura, à esquerda (no segundo quadrante), Lagoa, Calheta e Velas (e também Ribeira Grande) distinguem-se na sua composição socioprofissional pela maior frequência de trabalhadores mobilizados na atividade piscatória e agrícola e na indústria (operários), com perfis qualificacionais incidentes no ensino básico. Este quadrante é também muito marcado pela presença de trabalho manual e não manual não qualificado, especialmente nos municípios de Lajes das Flores, Santa Cruz da Graciosa e Povoação.

Finalmente, no quadrante inferior, também à esquerda, estão posicionados municípios atravessados por dinâmicas relativamente mais intensas de melhoria dos perfis qualificacionais da população jovem adulta, com pais operários,

detentores de perfis educativos muito baixos (sem grau de escolaridade e ensino básico). Tal é observado na variação positiva de pessoas com o ensino superior concluído, muito notória em Lagoa e Vila Franca do Campo (tanto no ensino superior, como no secundário), ou na Ribeira Grande (incremento do ensino secundário) e Madalena (ensino superior). Estes processos são ainda potenciados por oportunidades de mobilidade intermunicipal por motivos de estudo ou de trabalho, muito incidente nestes contextos. Estas dinâmicas denotam processos potenciadores da reconfiguração do tecido social e produtivo, os quais, porém, para terem sustentabilidade devem ser acompanhados de uma requalificação económica das atividades e oportunidades de emprego disponíveis.

OBSERVAÇÕES FINAIS

Este estudo operacionaliza um modelo de interpretação dos padrões de coesão social que norteiam a Região Autónoma dos Açores, suportado no plano teórico e substantivo numa caracterização das condições de vida e de participação social das populações nos diferentes territórios. Concretamente, a análise realizada procura apurar, através de uma perspetiva multidimensional das desigualdades (Costa, 2012; Mauritti *et al.*, 2022) as relações complexas entre as condições de oportunidade e constrangimento que configuram as práticas e as orientações das populações, bem como os padrões de coesão social que definem as diferentes geografias e respetivos contextos relacionais de atuação.

O estudo identificou e qualificou um conjunto alargado de fenómenos de desigualdade social que obstaculizam as possibilidades de consolidação sustentada do progresso económico e coesão social na Região Autónoma – a qual apresenta o Índice de Coesão Social e Económica das regiões portuguesas mais baixo no contexto nacional, desde 2011 (INE, 2022). A análise realizada confirma que a baixa coesão está significativamente associada a níveis elevados de desigualdade, nos vários parâmetros considerados no estudo.

A caracterização dos municípios da Região Autónoma confirma ainda que as disparidades observadas à escala regional são igualmente notáveis nas segmentações internas, ligadas aos agrupamentos das ilhas e dentro destas a determinados municípios. Por exemplo, na Ilha de São Miguel (a maior, mais povoada e a mais desigual do arquipélago), estão localizados territórios urbanos com populações pautadas por fortes assimetrias nas dimensões socioprofissionais e socioeducativas: um segmento expressivo altamente qualificado e com rendimentos melhorados (concentrado em Ponta Delgada) contrasta, nas suas condições de vida, com uma maioria da população, cujos posicionamentos sociais de classe estão marcados por baixos recursos económicos, educativos e organizacionais (Wright, 1997);

incluem-se neste segmento operários e empregados executantes (muito presentes na estrutura de classes de Lagoa e Ribeira Grande), bem como trabalhadores não qualificados, que exercem atividades agrícolas, piscatórias e de transformação industrial, caracterizadas por forte precariedade e salários baixos e muito baixos (Povoação e Nordeste).

A análise realça uma sobreposição e cumulatividade de efeitos de desigualdade (Costa, 2012; Costa *et al.*, 2018) entre dinâmicas sociodemográficas e socioprofissionais, com consequências simultâneas em dois níveis: baixa coesão à escala regional e baixa coesão intermunicipal. Tal resulta de assimetrias entre territórios pautados por geografias contrastantes na capacidade de regeneração económica, na presença de instituições do Estado social e também nas condições de vida das suas populações (Diogo, 2019). O primeiro aspeto destaca as clivagens entre as áreas mais densamente povoadas e com maior oferta de serviços públicos fundamentais, contextos também beneficiados por maior concentração de trabalhadores com alta pericialidade técnica e científica, cujo recrutamento é favorecido pela proximidade a polos de inovação e unidades de ensino superior (campi das Universidades dos Açores localizados em Angra do Heroísmo, Ponta Delgada e Horta); em contraste, territórios mais periféricos revelam tendências agravadas de despovoamento, envelhecimento e empobrecimento (Santa Cruz da Graciosa, Lages do Pico e Calheta). Nestes dois extremos, o primeiro, embora com maior potencial de qualidade de vida, é internamente menos coeso (mais desigual), já que segmentos relevantes das suas populações não participam de forma plena nas diferentes dimensões da vida social, evidenciando a baixa coesão que os caracteriza. Neste sentido, a melhoria dos níveis educativos da população jovem adulta observada nos últimos dez anos não parece ser suficiente para inflitir traços prevaletentes, fortemente incidentes nos níveis de educação baixos e muito baixos.

As dimensões de desigualdade social assinaladas no Arquipélago dos Açores aproximam-no da configuração identificada num estudo anterior, reportado ao Continente, de “Territórios Intermédios” (Mauritti *et al.*, 2022). Estes territórios têm traços gerais próximos dos valores médios do Continente, mas, ao mesmo tempo, apresentam internamente alguma fragmentação e heterogeneidade em termos sociodemográficos, económicos e de geometria espacial. Os municípios localizados nesta configuração territorial definem-se por alguma prevalência de aglomerados de baixa densidade, atravessados por dinâmicas de intensificação de envelhecimento e perda de população; igualmente, evidenciam uma relativa incapacidade de requalificação da população e da estrutura socioprofissional – em especial a população adulta, que mantém níveis de escolaridade incidentes em patamares aquém do necessário para uma participação plena e com protagonismo.

Ainda assim, na análise realizada, foi possível identificar um potencial de dinâmicas renovadoras da Região, impulsionadas seja pela localização e riqueza da paisagem e do vasto património de recursos naturais e culturais, seja pelas características da sua estrutura demográfica, ainda marcada pela maior expressão relativa de crianças e jovens, especialmente nos contextos mais densamente urbanos.

O arquipélago dos Açores aproxima-se dos Territórios Intermédios, também devido à sua posição transfronteiriça geoestratégica, neste caso, no centro do Atlântico Norte, potenciadora do estabelecimento de relações económicas privilegiadas, nomeadamente entre a Europa e outros continentes (em particular, a América do Norte). Este traço é ainda reforçado pelo potencial associado ao facto de ser uma das maiores zonas económicas exclusivas da União Europeia (Azevedo, 2018). As dinâmicas de desenvolvimento regional são, nesta medida, específicas, dependendo fortemente da solidez de relações entre diferentes atores e instituições, posicionados nos diversos níveis de atuação no território e das ligações com outras geografias e agentes (nacionais, transfronteiriços e internacionais) (Silva *et al.*, 2022, p. 3). Tal sugere, assim, a necessidade de uma conceção de política regional que, embora investida no desenvolvimento local, seja capaz de incluir dimensões endógenas e exógenas, tendo o território e as interações dos seus atores e instituições como peça central.

A promoção do desenvolvimento regional e a melhoria da coesão social exigem uma compreensão abrangente das condições específicas do território, bem como uma abordagem compreensiva dos desafios colocados, através da qual seja possível construir estratégias e ferramentas que valorizem as pessoas e os recursos da região.

BIBLIOGRAFIA

- ALLEN, J., Massey, D., & Cochrane, A. (1998). *Rethinking the Region*. Routledge.
- ALMEIDA, J. F. (1986). *Classes Sociais nos Campos. Camponeses parciais numa região do Noroeste*. Instituto de Ciências Sociais.
- BADER, V., & Benschop, A. (2018). Desigualdade social: objeto e modelo proteórico de análise. Em S. Gomes, V. Duarte, F. B. Ribeiro, L. Cunha, A. M. Brandão & A. Jorge (orgs.), *Desigualdades Sociais e Políticas Públicas* (pp. 27-79). Húmus.
- BECKFIELD, J. (2019). *Unequal Europe: Regional integration and the rise of European inequality*. Oxford University Press.
- BERGER-SCHMITT, R. (2000). Social cohesion as an aspect of the quality of societies: Concept and measurement. *EuReporting Working Paper* No. 14.
- BOURDIEU, P. (1979). *La Distinction. Critique sociale du jugement*. Les Editions de Minuit.

- BOURDIEU, P. (2001). *Razões Práticas. Sobre a teoria da acção*. Celta Editora.
- BOTTERMAN, S., Hooghe, M., & Reeskens, T. (2012). 'One size fits all'? An empirical study into the multidimensionality of social cohesion indicators in Belgian local communities. *Urban Studies*, 49 (1), 185-202.
- BRITISH COUNCIL (2021). *Social Cohesion in Europe: Literature review*. Disponível em: https://www.britishcouncil.org/sites/default/files/social_cohesion_in_europe_literature_reviewfinal.pdf (julho 2022).
- CARMO, R. M., & Nunes, N. (2013). Class and social capital in Europe: a transnational analysis of the European Social Survey. *European Societies*, 15(3), 373-387.
- CHANCEL, L., Piketty, T., Saez, E., & Zucman, G. (Eds.). (2021). *World Inequality Report 2022*. World Inequality Lab.
- CIC PORTUGAL (2020). *Deliberação da CIC Portugal 2020. Classificação de Municípios de baixa densidade para aplicação de medidas de diferenciação positiva dos territórios*. Comissão Interministerial de Coordenação, Portugal 2020.
- COSTA, A. F. (1999). *Sociedade de Bairro: Dinâmicas sociais da identidade cultural*. Celta Editora.
- COSTA, A. F. (2002). Identidades culturais urbanas em época de globalização. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 17(48), 15-30.
- COSTA, A. F. (2012). *Desigualdades Sociais Contemporâneas*. Mundos Sociais.
- COSTA, A. F., Machado, F. L., & Almeida, J. F. (2007). Classes sociais e recursos educativos: uma análise transnacional. Em A. F. Costa, F. L. Machado & P. Ávila (orgs.), *Sociedade e Conhecimento (Portugal no Contexto Europeu, vol. II)* (pp. 5-20). Celta.
- COSTA, A. F., & Mauritti, R. (2018). Classes sociais e interseções de desigualdades: Portugal e a Europa. Em R. M. Carmo, J. Sebastião, S.C. Martins, J. Azevedo & A. F. Costa (Orgs.), *Desigualdades Sociais, Parte II: Recursos e categorias* (pp. 79-99). Mundos Sociais.
- COSTA, A. F., Mauritti, R., Martins, S. C., Nunes, N., & Romão, A. (2018). Distributional and categorical inequalities in Europe: structural configurations. Em R. M. Carmo, C. Rio & M. Medgyesi (2018), *Reducing Inequalities. A challenge for the European Union?* (pp. 63-74). Palgrave Macmillan.
- DELHEY, J., & Dragolov, G. (2016). Happier together. Social cohesion and subjective well-being in Europe. *International Journal of Psychology*, 51 (3), 163-176.
- DIOGO, F. (2019). Algumas peculiaridades da pobreza nos Açores. *Sociologia On Line*, 19, 81-101.
- DIOGO, F.m & Rocha, G. (2018). Desigualdades de género e pobreza nos Açores. Em S. Gomes, V. Duarte, F. Bessa Ribeiro, L. Cunha, A.M. Brandão & A. Jorge (2018), *Desigualdades Sociais e Políticas Públicas: Homenagem a Manuel Carlos Silva* (pp. 437-466). Húmus.
- ESTANQUE, E., & Mendes, J.M. (1997). *Classes e Desigualdades Sociais em Portugal: Um estudo comparativo*. Afrontamento.
- FRASER, N. (2022). *Justiça Interrompida: Reflexões críticas sobre a condição 'pós-socialista'*. Boitempo.
- FRASER, N. (2008). *Scales of Justice*. Polity Press.

- GIDDENS, A. (1997). *Modernidade e Identidade Pessoal*. Celta Editora.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE) (2009). *Índice Sintético de Desenvolvimento Regional*. INE, IP.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE) (2019). *Anuário Estatístico da Região Autónoma dos Açores – 2018*.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE). *Censos 2011 e 2021*. Disponível em https://www.ine.pt/scripts/db_censos_2021.html (consultado em julho, 2022).
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE) (2022). *Índice de Desenvolvimento Regional*. INE, Instituto Nacional de Estatística. Disponível em agosto, 22, 2022 em <http://www.ine.pt>
- LAMONT, M., Beljean, S., & Clair, M. (2014). What is missing? Cultural processes and causal pathways to inequality. *Socio-Economic Review*, 12(3), 573-608.
- MARX, K., & Engels, F. (2008). *Marx e Engels. Obras Escolhidas* (Tomo I). Edições Avante.
- MAURITTI, R., Martins, S.C., Nunes, N., Romão, A.L., & Costa, A.F. (2016). The social structure of European inequality: A multidimensional perspective. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 81, 75-93.
- MAURITTI, R., Nunes, N., Alves, J. E., & Diogo, F. (2019). Desigualdades sociais e desenvolvimento em Portugal: Um olhar à escala regional e aos territórios de baixa densidade. *Sociologia On Line*, 19, 102-126.
- MAURITTI, R., Nunes, N., Botelho, M. C., & Craveiro, D. (2020). The left and right hands of the Portuguese state: Welfare retrenchment of public employment. *Portuguese Journal of Social Science*, 19(2-3), 237-257.
- MAURITTI, R., Craveiro, D., Cabrita, L., Botelho, M.C., Nunes, N. & Silva, S.F. (2022). *Territórios de Bem-Estar: Assimetrias nos municípios portugueses*. Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- MILANOVIC, B. (2016). *Global Inequality: A New Approach For The Age Of Globalization*. Harvard University Press.
- NUNES, N. (2013). *Desigualdades Sociais e Práticas de Ação Coletiva na Europa*. Mundos Sociais.
- OECD (2012). *Perspectives on Global Development 2012: Social cohesion in a shifting world*. OECD Publishing.
- OECD (2020). *Rural Well-being: Geography of opportunities*. OECD Rural Studies, OECD Publishing.
- PEREIRA, V. B. (2005). *Modalidades de Estilização de Vida na Cidade do Porto. Classes e culturas de classe das famílias portuenses*. Afrontamento.
- PIKETTY, T. (2022). *Uma Breve História da Igualdade*. Temas e Debates.
- PINTO, J.M. (1985), *Estruturas Sociais e Práticas Simbólico-Ideológicas nos Campos*. Afrontamento.
- PIRES, R. P. (2012). O problema da ordem. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 69, 31-45.
- PIRES, R. P. (2014). Modelo teórico de análise sociológica. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 69, 31-50.
- POULANTZAS, N. (1974). *Les Classes sociales dans le capitalisme aujourd'hui*. Seuil.

- PUCHER, J., Martinos, H., Pazos-Vidal, S., & Haider, J. (2019). *Research for REGI Committee – Cohesion Policy: European Parliament role since the Treaty of Lisbon*. European Parliament, Policy Department for Structural and Cohesion Policies.
- PUTNAM, R. D. (2000). *Bowling Alone: The collapse and revival of American community*. Simon and Schuster.
- QUEIROZ, M. C. (2005). *Classes, Identidades e Transformações Sociais*. Campo das Letras.
- SAGE, D. (2013). Are more equal societies the most cohesive?. *International Journal of Sociology and Social Policy*, 33(11/12), 640-657.
- SANTINHA, G. (2014). O princípio de coesão territorial enquanto novo paradigma de desenvolvimento na formulação de políticas públicas: (re)construindo ideias dominantes. *EURE (Santiago)*, 40(119), 75-97.
- SCHIEFER, D., & van der Noll, J. (2017). The essentials of social cohesion: A literature review. *Social Indicators Research*, 132, 579-603.
- SILVA, M. C. (2009). *Classes Sociais. Condição objectiva, identidade e acção colectiva*. Húmus.
- SILVA, M.C. (1998), *Resistir e Adaptar-se. Constrangimentos e estratégias camponesas no Noroeste de Portugal*. Afrontamento.
- SILVA, M.F., Sousa, C., & Albuquerque, H. (2022). Analytical model for the development strategy of a low-density territory: The Montesinho Natural Park. *Sustainability*, 14(4373), 1-18.
- SILVA, S. F., Botelho, M. C., Mauritti, R., Nunes, N., Cabrita, L., & Craveiro, D. (2022). Redução das desigualdades no âmbito da Agenda 2030 da ONU. *Sociologia On Line*, (29). Doi: 10.30553/sociologiaonline.2022.29.3
- SREA (2018). *Os Açores em Números 2016*. Serviço Regional de Estatísticas dos Açores/Região Autónoma dos Açores.
- THERBORN, G. (2013). *The Killing Fields of Inequality*. Polity Press.
- URRY, J. (2002). Mobility and proximity. *Sociology*, 36(2), 255-274.
- VASTA, A., Figueiredo, E., Valente S., Vihinen, H., & Nieto-Romero, M. (2019). Place-based policies for sustainability and rural development: the case of a Portuguese village “spun” in traditional linen. *Social Sciences*, 8(289), 1-17.
- VERGOLINI, L. (2011). Social cohesion in Europe: how the different dimensions of inequality affect social cohesion?. *International Journal of Comparative Sociology*, 52(3), 197-214.
- WEBER, M. (1978). *Economy and Society. An outline of interpretive sociology*. University of California Press.
- WHELAN, C.T., & Maitre, B. (2005). Economic vulnerability, multidimensional deprivation and social cohesion in an enlarged European community. *International Journal of Comparative Sociology*, 46(3), 215-239.
- WRIGHT, E. O. (1997). *Class Counts*. Cambridge University Press.

CAPÍTULO 4

POBREZA E ESCOLARIDADE EM PORTUGAL, TENDÊNCIAS RECENTES

FERNANDO DIOGO

Universidade dos Açores e CICS.NOVA.UAc e CICS.UAc

1. PANORÂMICA DA POBREZA EM PORTUGAL – EVOLUÇÃO 2003-2020

Pretende-se, com este texto, fazer uma exploração dos dados sobre a relação entre pobreza e educação em Portugal numa perspetiva diacrónica, mobilizando, sempre que pertinente, a perspetiva comparativa internacional. O texto inicia-se identificando as debilidades dos trabalhos onde esta relação é explorada, procurando responder a cada uma delas. Para isso, mobilizam-se estatísticas sobre a pobreza e sobre a relação entre esta e a escolaridade, bem como bibliografia sobre o assunto. Conclui-se que, em Portugal, a relação entre pobreza e escolaridade é afetada pela existência de uma taxa de pobreza infantil mais alta do que a taxa geral, pela existência de desigualdades na distribuição da pobreza e das qualificações escolares nas regiões nacionais e ainda pela existência de um duplo prémio do ensino superior na proteção da pobreza.

Ao analisar a literatura internacional recente pode-se verificar que existem diversos estudos que sublinham a relação da pobreza com a educação (entre outros fatores), vejam-se, por exemplo, Aisa *et al.*, 2019; Bellani & Bia, 2019; Castellano *et al.*, 2018; Vilaplana, 2013. Esta relação é particularmente sublinhada em Cueto *et al.* (2017).

Se todos estes estudos estabelecem a relação entre pobreza e educação, apresentam três limitações importantes. Em primeiro lugar, respeitam a realidades distintas da portuguesa ou, no caso de Aisa *et al.* (2019), a situação portuguesa aparece subsumida num conjunto elevado de países. Por outro lado, todos os estudos citados mobilizam os microdados do *European Survey on Income and Living Conditions* (EUSILC/ICOR), realizando a partir deles cálculos relativamente sofisticados. Contudo, uma análise mais genérica envolvendo a evolução dos indicadores no tempo (e, como tal, da tendência da relação entre pobreza e educação) é deixada de fora. Por fim, os estudos em causa não articulam dados do EUSILC com outros dados sobre a realidade portuguesa.

Neste texto procura-se explorar a relação entre pobreza e educação em Portugal de uma maneira que contribua para minimizar os três problemas identificados. Ou seja, focada no país, mobilizando dados da educação em complemento e apresentando a evolução dos principais indicadores ao longo do tempo.

O centramento na realidade portuguesa é particularmente relevante no contexto europeu (e da OCDE), dado que, em regra, os indicadores de escolaridade e de escolarização portugueses são dos mais baixos de entre os países membros das duas organizações internacionais referenciadas, mau grado a evolução positiva que se tem verificado no país (cf. Diogo *et al.*, 2020; OD, 2022). Acresce ainda que os dados sobre a pobreza em Portugal não são particularmente gravosos no contexto do sul da Europa (Diogo *et al.*, 2021b).

Para o caso específico português, as referências à ligação entre pobreza e educação não são muito abundantes, sendo mais usuais as que colocam a questão a partir da perspetiva das desigualdades educativas (por exemplo, Diogo & Diogo, 2013).

Entre os poucos estudos onde a relação entre pobreza e educação em Portugal é abordada a partir da perspetiva da pobreza, releve-se o trabalho de Alves (2009), que assinala que essa relação é muito forte para o caso nacional. Em concreto, com base nos dados do Inquérito às Despesas das Famílias (IDEF, edição de 2005-2006), o autor verifica que a pobreza é máxima entre os que não têm qualquer título escolar, quase metade dos indivíduos desta categoria de escolaridade, e praticamente inexistente entre os que têm um curso superior. Por outro lado, os dados também mostram que a escolaridade, como a pobreza, é transmitida da geração dos pais para a dos filhos (análise feita com base nos casos dos indivíduos a viverem com os pais).

A questão da persistência da pobreza ao longo da vida dos indivíduos (e até entre gerações), ou seja, a sua estruturalidade, é verificada a nível internacional por diversos estudos: Jenkins e Kerm (2011), com dados do EUSILC 2008, relativos a 21 países da UE; Fabrizi e Mussida (2020), através do EUSILC 2013-2016 para o caso italiano; e Sánchez-Sellero e Garcia-Carro (2020), para o caso da Espanha, com dados do EUSILC de 2015. No contexto português veja-se, no mesmo sentido, os trabalhos de Costa *et al.* (2008), de Baptista e Perista (2010) e ainda de Alves (2015), os dois primeiros com base no Painel dos Agregados Domésticos Privados da União Europeia e o último com base no EUSILC. Quer dizer, se a relação entre pobreza e baixa escolarização se traduz em pobreza, não se pode perder de vista que a pobreza passada é, por si só, um fator que explica a pobreza presente.

Mais recentemente, Diogo *et al.* (2021a) identificam, com base no EUSILC de 2017, as probabilidades acrescidas de pobreza para os que têm o ensino básico (ou menos) em relação aos que têm o ensino superior (mais 10,4 pontos percentuais),

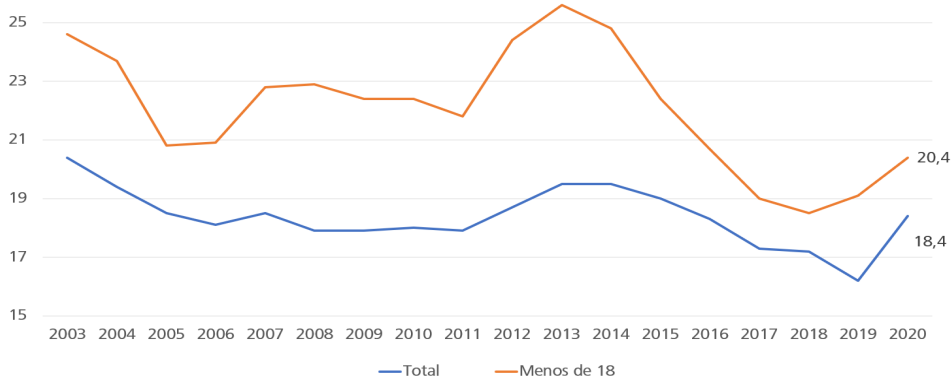
a partir dos indivíduos de referência dos agregados familiares¹. Para os que têm o ensino secundário, o diferencial em relação aos que têm o ensino superior é de 4,4 pontos percentuais.

Também o Observatório Nacional de Luta Contra a Pobreza (2022), num relatório recente, aponta diversos aspetos onde a pobreza e a educação aparecem relacionadas para o ano de 2021. Em particular, identifica as pessoas com níveis de escolaridade até ao ensino básico com uma taxa de risco de pobreza ou de exclusão social (indicador utilizado no relatório) de 30,4%, por contraponto com as que têm um curso superior (8,7%). Complementarmente, é também contrastada a taxa de risco de pobreza ou de exclusão social dos trabalhadores que têm até ao ensino básico (18,3%) em comparação com os que têm o ensino superior (4,5%). Fica, pois, clara a relação entre probabilidade de pobreza e educação em Portugal e na Europa, resta ver como se caracteriza essa relação.

Recorremos como ponto de partida aos dados através dos quais se calcula a taxa oficial de risco de pobreza, o ICOR-EUSILC, em ordem a situar a questão da pobreza numa perspetiva diacrónica, para melhor compreender o seu impacto.

Do ponto de vista metodológico, e ainda antes de se apresentarem os dados, é relevante sublinhar que vamos deixar cair a expressão “risco de”, uma vez que o que os dados refletem é mesmo a pobreza. A palavra “risco”, usada pelo Eurostat e pelo INE, tem a ver sobretudo com questões no seio da União Europeia, havendo poucas dúvidas de que os indivíduos se encontrem em situação de pobreza (Diogo *et al.*, 2021a).

G1. Taxa de (risco de) pobreza, em Portugal 2003-2020



Fonte: Pordata, INE, ICOR/EUSILC (2004-2020)

¹ No léxico do INE e do Eurostat, o indivíduo de referência do agregado doméstico privado é aquele que mais contribui para o orçamento familiar.

Passando dos aspetos mais metodológicos para aquilo que os dados nos dizem, o que podemos observar é que a taxa de pobreza em Portugal, ainda que com algumas oscilações, tem vindo a manter-se mais ao menos constante ao longo dos anos, na casa dos 18%.

A segunda constatação importante diz respeito ao facto de a evolução da pobreza acompanhar os ciclos económicos: cai de 2003 a 2008, estagna entre 2009 e 2011 e sobe entre 2012 e 2013. A partir de 2014 inicia novo ciclo descendente, mas apenas em 2017 assume um valor próximo do de 2008. De então para cá tem vindo a cair, assumindo em 2019 o valor mais baixo de toda a série, 16,2%. O impacto da crise provocada pela pandemia da covid-19 é bastante evidente, com a taxa a subir substancialmente de 2019 para 2020. De facto, é o maior aumento anual do período (2,2 pontos percentuais em relação ao ano anterior). *Grosso modo*, essa subida apresenta um volume populacional equivalente à população da cidade do Porto.

Neste mesmo gráfico podemos observar uma segunda linha, referente às crianças entre os 0 e os 17 anos. Recordamos que este intervalo de idades corresponde à definição de criança presente na Convenção sobre os Direitos das Crianças das Nações Unidas e, ao, mesmo tempo, é o referencial utilizado para definir a pobreza infantil a nível internacional e em diversos estudos realizados em Portugal.

Colocámos esta segunda linha no gráfico por duas razões. Em primeiro lugar, as crianças são particularmente vulneráveis ao problema da pobreza, como referem diversos trabalhos, realizados para diferentes contextos geográficos europeus. Entre a bibliografia recente, Vilaplana (2013), partindo da taxa de risco de pobreza e exclusão social, mostra que, no contexto da UE, essa taxa é mais elevada entre as crianças em comparação com outras faixas etárias. No mesmo sentido, importa consultar o estudo de Bellani e Bia (2019), com base na taxa de pobreza, também para o conjunto da UE.

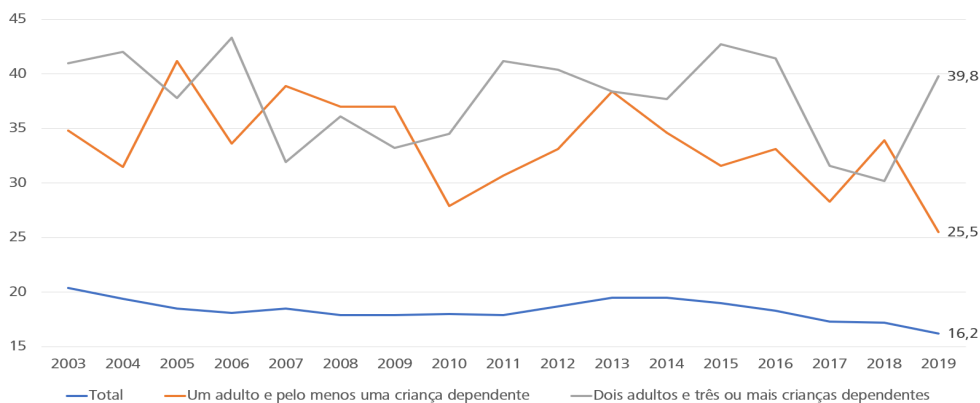
Em segundo lugar, sublinha-se que, num texto centrado na relação entre pobreza e educação, faz sentido ter em atenção a pobreza infantil, considerando que o grosso do percurso educativo dos indivíduos se faz na infância.

Contudo, ao mesmo tempo, este é um assunto que facilmente leva para terrenos distantes do problema em apreço, pelo que apenas devemos esboçar a sua tendência e sublinhar a sua ligação com a questão da relação entre pobreza e educação.

Em termos concretos, e no que respeita a Portugal, o que os dados da pobreza infantil nos dizem é que esta é sempre maior do que para generalidade da população. Em média, para o período em análise, a taxa de pobreza infantil foi de 22%. Em 2019, em particular, cresceu face ao ano anterior, para um valor de 19,1%, em contraciclo com o decréscimo da taxa geral. Este comportamento põe fim a um

período de convergência entre as duas taxas que vinha a acontecer desde 2014. Em 2020 verificou-se um aumento mais substantivo (1,3 pontos percentuais) em relação ao ano anterior, embora menor do que o aumento da taxa total.

G2. Taxa de pobreza em Portugal por tipo de agregado (casos escolhidos) 2003-2019



Fonte: Pordata, INE, ICOR/EU-SILC (2004-2020)

Ainda em relação ao problema da pobreza infantil, e considerando a sua centralidade e o facto de as crianças não serem pobres em si mas no seio de famílias pobres (Diogo, 2010; Costa, 2015), apresentamos dados referentes aos dois tipos de agregados familiares com filhos que são especialmente vulneráveis à pobreza, designadamente os agregados monoparentais, na sua maioria femininos (Diogo *et al.*, 2021b), com uma taxa de pobreza de 25,5%, assim como os agregados compostos por dois adultos com três e mais crianças, onde a referida taxa se situa nos 39,8% (dados de 2019).

Em termos diacrónicos, observam-se grandes oscilações entre anos nas duas taxas sem que se encontre fundamento fácil para o fenómeno, exceto no período de 2010 a 2013, quando se assiste a um aumento concomitante nas duas, certamente por efeito da crise. Por outro lado, releve-se que, de uma forma geral, as famílias com crianças apresentam sempre taxas de pobreza superiores às famílias sem crianças, em especial nos dois tipos de famílias aqui apresentados (Diogo *et al.*, 2021b).

Até agora foi possível verificar que a pobreza é um problema social de grande amplitude na sociedade portuguesa e que é persistente no tempo, embora variando em função dos ciclos económicos. As crianças, correspondendo a uma fase da vida em que a relação com a educação é particularmente intensa (por via da escolarização), apresentam taxas de pobreza consistentemente acima da taxa total e as

famílias que as acolhem vão no mesmo sentido, sendo particularmente afetadas as monoparentais e as que têm três ou mais crianças.

Podemos apontar diversas consequências sociais de longo alcance relacionadas com a pobreza na infância. Na literatura refere-se que uma infância em situação de pobreza, aliás associada a baixo desempenho escolar, potencia uma vida adulta em situação de pobreza. Em concreto, na literatura recente, Papanastasiou e Papatheodorou (2019) referenciam diversos estudos cuja análise empírica estabeleceu uma relação entre ocupação dos pais e pobreza dos filhos, questão associada à baixa educação destes últimos. Bellani e Bia (2019) mostram que a pobreza na infância aumenta a pobreza presente e que a baixa educação tende a ser persistente entre gerações. As autoras referem ainda que os indivíduos que foram pobres na infância, mesmo que consigam atingir uma educação secundária, tendem a ter rendimentos mais baixos do que os restantes indivíduos com esse nível de escolaridade. Também Vilaplana (2013) e Cueto *et al.* (2017) associam, de forma mais geral, a pobreza na infância à pobreza na idade adulta. Estas questões estão, aliás, ligadas à questão do impacto da pobreza passada na pobreza presente acima referenciada. Neste ponto destacam-se, para além do papel da própria pobreza, a vivência em situação de pobreza nessa fase da vida e o desempenho educativo na infância.

A relação entre infância e pobreza em Portugal é complexa, pelo que remetemos os leitores para alguns textos que a analisam em maior pormenor: Bastos (2015), Sarmiento *et al.* (2015), Wall *et al.* (2015), Diogo (2017), Veiga e Sarmiento (2010), Diogo *et al.* (2021b), entre outros.

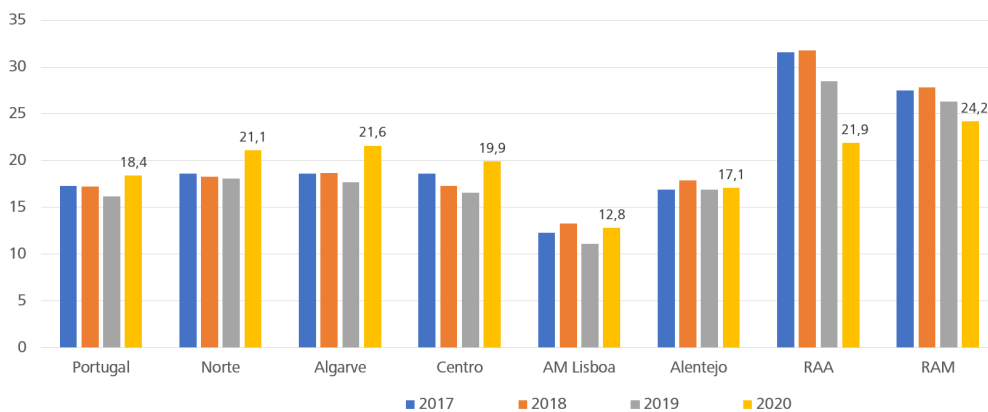
2. POBREZA POR REGIÕES

Para além das questões da escolaridade e da centralidade da pobreza infantil em Portugal, um aspeto que se pretende introduzir como central neste trabalho é a da desigualdade na distribuição da pobreza no território.

De facto, a pobreza não se distribui de forma uniforme no território. Numa análise de âmbito europeu, Díaz Dapena *et al.* (2021) encontram essa desigualdade, verificando, entre outros fatores, que a taxa de pobreza e exclusão social tende a ser menor na região onde se encontra a capital de cada país por contraponto ao restante território e tende a ser maior nas áreas rurais; por fim, a pobreza tende a organizar-se a partir de um eixo de desenvolvimento no norte da Europa, sendo que, quanto mais para sul e este deste eixo, maiores as taxas de pobreza. No caso português, entre os estudos mais recentes, contam-se os de Diogo *et al.* (2021a) e, sobretudo, os de Elvira Pereira (por exemplo, 2019); são também relevantes os trabalhos realizados sobre desigualdades sociais territorializadas em Portugal,

em concreto, e recentemente, os de Diogo *et al.* (2019) e Mauritti *et al.* (2019 e 2022). Estes trabalhos sublinham a desigual distribuição da pobreza e diversas desigualdades no território nacional.

G3. Taxa de pobreza por regiões em Portugal 2017-2020



Fonte: Eurostat, EU-SILC (2018-2020)

Podemos verificar, para o inquérito estatístico em apreço, o ICOR-EUSILC, que os dados por regiões são muito recentes. De facto, só existem quatro anos de observações. Antes de 2018 os dados sobre a pobreza por regiões em Portugal só estavam disponíveis num outro inquérito do INE, o IDEF, com uma periodicidade de cinco em cinco anos.

O que os resultados deste gráfico nos mostram é a desigualdade da distribuição da pobreza no conjunto do território nacional organizado por regiões NUTS II (Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos). É especialmente marcada a diferença entre as regiões mais pobres, os Açores e a Madeira, e a menos pobre, a Área Metropolitana de Lisboa².

Fica, pois, claro que a pobreza varia no território nacional e que tende a ser maior nas regiões insulares. Neste sentido, estudos realizados recentemente sobre os Açores e as regiões portuguesas mostram que as desigualdades nas qualificações acompanham esta tendência (vejam-se, em particular, Lima *et al.*, 2020 ou Diogo *et al.*, 2020). Não é possível estabelecer um nexo de causalidade, mas fica

² Também para Portugal é válida a observação que Díaz Dapena *et al.* (2021) fazem com base na taxa de pobreza e exclusão social, por sistema, na Europa, a referida taxa tende a ser mais baixa na região que engloba a capital de cada país.

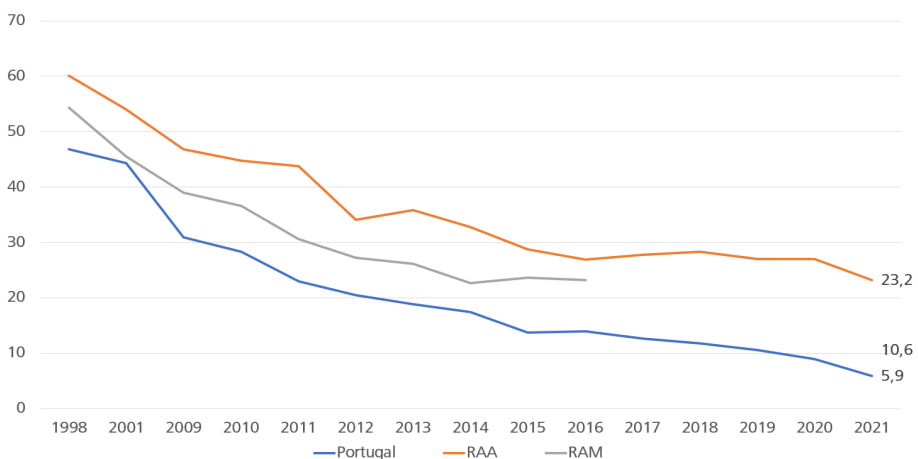
a nota do comportamento semelhante na educação e na pobreza, no que respeita às desigualdades de distribuição no território, pelo menos nas regiões insulares.

Escolhemos ilustrar essa similitude de comportamento, em concreto, com uma variável criada pela Comissão Europeia na sequência da estratégia de Lisboa (ano 2000): o abandono escolar precoce de educação e formação, variável referente aos jovens entre os 18 e 24 anos que abandonam o sistema escolar sem terem completado pelo menos o 12.º ano.

Esta taxa é particularmente relevante, pois permite fazer um balanço do percurso escolar dos indivíduos e da eficácia do sistema educativo, dado que é referente a indivíduos que, num percurso escolar sem falhas, deveriam ter, no mínimo, o 12.º ano. Neste sentido, permite comparar o percurso escolar ideal (e que se quer normal) com o percurso realizado de facto, verificando os desvios. Como respeita às idades terminais da relação com o sistema educativo (18-24 anos) esta taxa permite ver o desempenho dos indivíduos e, mais do que isso, é uma janela para o desempenho do próprio sistema.

Os dados mostram, em primeiro lugar, uma descida persistente desta taxa nos três territórios comparados (Portugal e as duas regiões autónomas) que contrasta com a persistência da taxa de pobreza (como vimos, com valores médios de 18% entre 2003 e 2020). Por si só, este fator ajuda a explicar a tendência crescente de a pobreza afetar os indivíduos mais escolarizados: com efeito, à medida que a escolaridade aumenta e a pobreza não diminui, aumenta o número de pobres com mais escolaridade (como veremos mais detalhadamente nas próximas páginas).

G4. Abandono escolar precoce, Portugal e regiões autónomas, 1998-2021



Fonte: Pordata, INE, Inquérito ao emprego

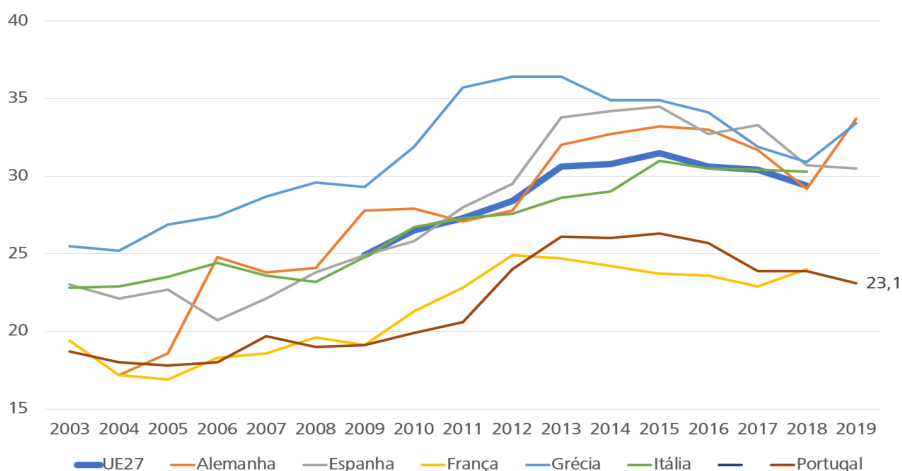
Os valores das regiões autónomas relativos ao abandono escolar precoce estão muito acima da média nacional. No caso dos Açores, esta taxa situa-se em patamares muito elevados, tendo-se verificado uma estagnação durante vários anos (*grosso modo* de 2015 a 2020), em flagrante contraste com a redução continuada no conjunto do país. Note-se que, entre 2017 e 2020, os serviços regionais de estatística da Madeira optaram por não recolher a informação em apreço. O valor nacional está já abaixo da média comunitária (Rodrigues *et al.*, 2022).

Portanto, este indicador permite perceber que a pobreza é maior nas regiões onde a escolaridade apresenta maiores problemas, conclusão semelhante à de outros estudos onde se compara a realidade regional portuguesa, como os trabalhos de Mauritti acima referenciados.

3. POBREZA E EDUCAÇÃO, DADOS NACIONAIS NO CONTEXTO EUROPEU

Analisados que estão alguns dados referentes à pobreza, à sua distribuição no território e à sua relação com a infância, chegou o momento de ir mais longe e aferir a sua ligação com a escolaridade em concreto.

**G5. Taxa de pobreza UE, Portugal e países selecionados
– indivíduos com o 9.º ano ou menos (2003-2019)**



Fonte: Pordata, INE, ICOR/EU-SILC (2004-2020)

Assim, o gráfico acima apresenta os dados referentes a um conjunto de países com os quais, em regra, Portugal se compara. São, em primeiro lugar, os países do sul da Europa, mas também a França e Alemanha, bem como o conjunto da União Europeia.

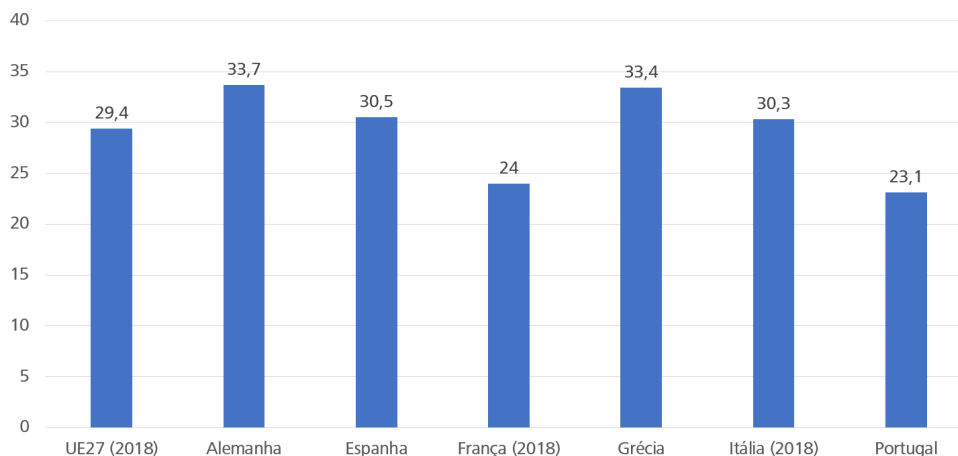
A escolha dos países do sul da Europa ganha sentido como elemento comparativo à luz dos modelos de Estado Providência desenvolvidos por Esping-Andersen (1990), relidos por autores da área da pobreza: estes autores identificam, para além dos três modelos de Estado Providência definidos por Esping-Andersen, um modelo referente ao sul da Europa, caracterizado por um menor volume de recursos, um maior peso da família nos apoios sociais e uma taxa de pobreza superior à média europeia (aqui com a relativa exceção de Portugal) (vejam-se, a este propósito, referências recentes: Bruckmeier & Rhei, 2019; Papanastasiou & Papatheodorou, 2019; Tejero, 2017).

Escolhemos adicionar aos dados apresentados a França e a Alemanha. Na classificação dos países por tipo de Estado Providência, estes inserem-se no modelo continental-conservador, permitindo uma comparação com países de fora do modelo mediterrânico. Além disso, a sua relevância comparativa com Portugal também radica na sua atratividade para os emigrantes portugueses, traduzida pelo elevado número de emigrantes nesses países.

A variável em análise é a taxa de pobreza entre as pessoas que têm o 9.º ano ou menos. Esta categoria de escolaridade é, como vimos acima, particularmente relevante no estudo da pobreza, dado que é nesta que a taxa de pobreza é maior. Uma primeira constatação é a de que Portugal tem a taxa mais pequena deste conjunto. Aliás, isso não é verdade apenas para esta variável, também o é para a taxa de pobreza geral. Isto significa que a taxa de pobreza portuguesa é a mais baixa dos países do sul da Europa, estando a taxa geral próxima da média da UE a 27 países (dados de 2019). De facto, é quase igual à taxa de pobreza da Suécia (16,2% e 16,1%, respetivamente em 2019). Isto pode parecer surpreendente, mas tem a ver com a fórmula de cálculo da taxa, que tem por base a mediana do rendimento nacional por adulto equivalente. Portanto, um dado rendimento pode incluir uma família na pobreza num determinado país e excluí-la num outro, em função do distinto rendimento mediano nacional.

Acresce que o comportamento dos diversos países é relativamente semelhante, com subidas marcadas por efeito da crise 2008-2014 e uma tendência geral para o aumento da taxa na maioria dos países analisados (mas não na UE como um todo), mau grado as flutuações introduzidas pela sua relação com este ciclo económico.

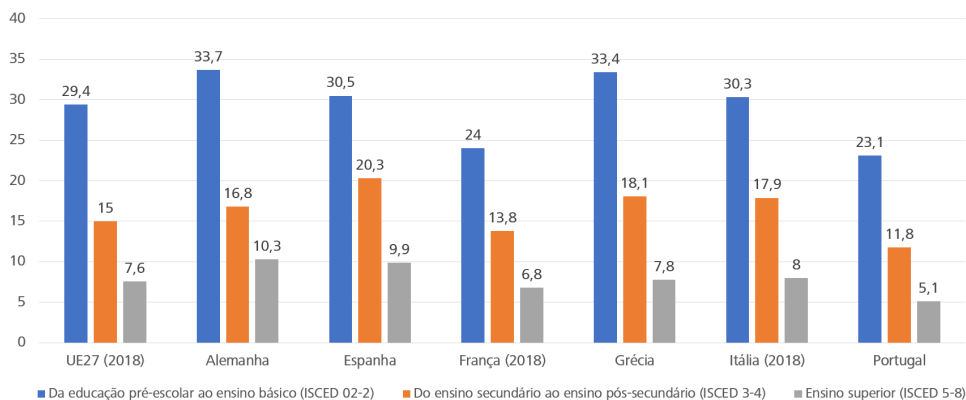
**G6. Taxa de pobreza UE, Portugal e países selecionados
– indivíduos com o 9.º ano ou menos (2018-2019)**



Fonte: Pordata, INE, ICOR/EU-SILC (2004-2020)

Centrando-nos apenas num ano (2018 ou 2019, consoante o último ano disponível nos dados), o que podemos observar acima é que entre um quinto e um quarto dos portugueses que têm o 9.º ano ou menos (ISCED 0-2) são pobres (23,1% em 2019), bem acima da taxa geral, com 16,2% em 2019. Apesar disso, a taxa portuguesa é a mais baixa dos países apresentados. Neste caso concreto, coloca-se a hipótese de que existe aqui um efeito da baixa escolaridade da população portuguesa. Como, no contexto europeu, a escolaridade dos portugueses é em geral mais baixa, os menos escolarizados encontram no país atividades e rendimentos que mais facilmente os colocam acima do limiar da pobreza. Pelo contrário, nos outros países a concorrência pelos empregos é condicionada por um maior número de indivíduos com o 12.º ano (ou mais). Isto para além do efeito da relatividade da fórmula de cálculo da pobreza já acima mencionado.

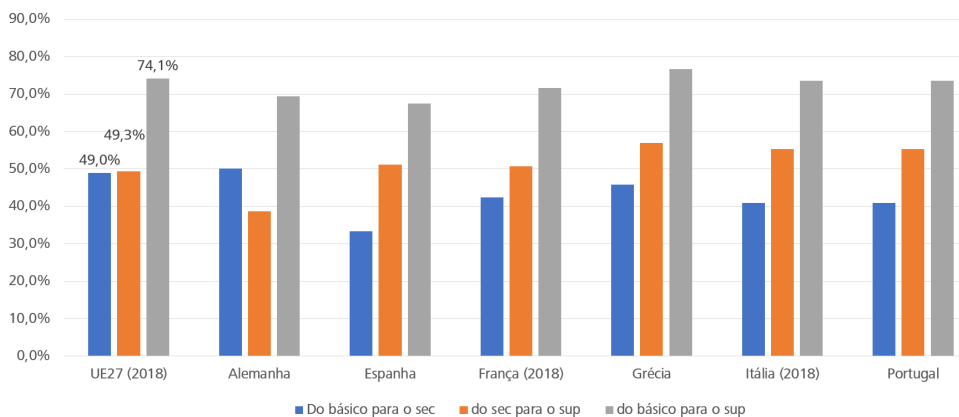
G7. Taxa de pobreza UE, Portugal e países selecionados – por categorias de escolaridade (2018-2019)



Fonte: Pordata, INE, ICOR/EU-SILC (2004-2020)

Um segundo fator a ter em conta respeita às desigualdades entre categorias de escolaridade no que à taxa de pobreza respeita. Neste sentido, podemos observar que, em todos os territórios considerados, esta taxa é sempre maior entre os que detêm o ensino básico ou menos do que entre os que detêm o ensino secundário; por sua vez, é menor entre os que possuem o ensino superior em relação aos que possuem o secundário. As diferenças entre estes três grandes níveis de ensino são bastante marcadas e permitem falar da óbvia existência de um prémio de rendimento associado à escolaridade, independentemente do território considerado. Isto é, quanto maior a escolaridade, menor a possibilidade de os indivíduos se encontrarem em situação de pobreza.

**G8. Taxa de pobreza UE, Portugal e países selecionados
– por categorias de escolaridade em taxa de variação (2018-2019)**



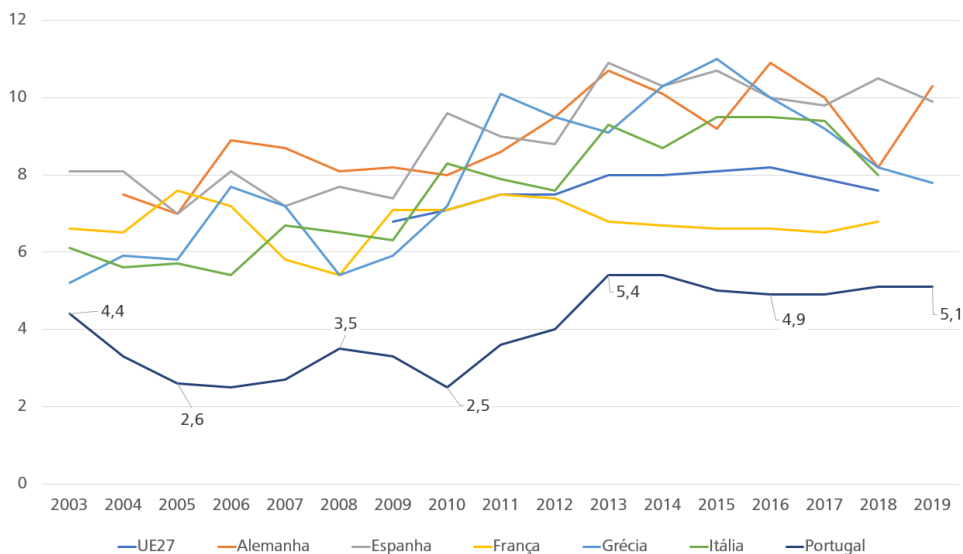
Fonte: Pordata, INE, ICOR/EU-SILC (2019-2020), cálculos do autor

Além disso, verifica-se a existência de um duplo prémio do ensino superior na generalidade dos territórios considerados. Isto é, a taxa de pobreza entre os que têm o ensino superior é menor do que a taxa dos que têm o ensino básico ou menos, mas também é menor do que a dos que têm o ensino secundário.

Em Portugal, e em relação à média da UE, a situação é particularmente marcada. Note-se o caso da Alemanha, único país onde quem tem o 12.º ano tem uma taxa de pobreza superior a quem tem o 9.º ano ou menos.

Portanto, o ensino superior tem um elevado potencial de proteção da pobreza, mas isso não significa que essa proteção seja absoluta nem que esteja fixa no tempo.

G9. Taxa de pobreza UE, Portugal e países selecionados, indivíduos com o ensino superior (2003-2019)



Fonte: Pordata, INE, ICOR/EU-SILC (2004-2020)

Vimos acima que a taxa de pobreza entre os que detêm o ensino superior é bastante mais baixa do que para os restantes ciclos de ensino. Neste gráfico podemos observar que existem grandes diferenças entre os países da UE, diferenças essas que são persistentes no tempo. De facto, entre os países selecionados Portugal é o que tem uma menor taxa, com valores firmemente abaixo da média comunitária.

Ainda assim, podemos observar diversas oscilações no período em análise, com o crescimento durante os anos da crise de 2008-2014, sobretudo no ano de 2011. Depois de 2013, e com o debelar da crise, assiste-se a uma estagnação dos valores e não à sua queda, como seria expectável e como acontece à taxa geral e à taxa de pobreza entre os que têm o 9.º ano ou menos. Entre os territórios com os quais se compara Portugal neste capítulo, apenas a Alemanha apresenta um comportamento diferente. De facto, para o último ano em que há dados (2019, antes da pandemia), a taxa de pobreza entre os diplomados do ensino superior em Portugal é o dobro daquilo que era no seu ponto mais baixo (2,5% em 2010). Como já tínhamos afirmado (Diogo *et al.*, 2021a), o ensino superior ainda protege da pobreza, mas não é uma proteção absoluta e é uma situação que está a mudar. A resistência à descida da taxa de pobreza entre os licenciados em Portugal contrasta com o que se verifica na taxa geral. O gráfico acima mostra também que

o efeito do duplo prémio do superior na proteção da pobreza em Portugal está em erosão. Resta esperar pelos próximos anos para verificar se estamos perante uma tendência consistente.

Acrescente-se que seria interessante identificar estes licenciados pobres³. A hipótese que levantamos é a de que serão indivíduos que provêm das classes mais baixas, que fizeram uma licenciatura a custo e que não seguem para mesurado. Muitas deles poderão ser as primeiras pessoas da sua família a obter uma licenciatura, e as áreas de licenciatura deverão ser nas ciências sociais e, especialmente, nas humanidades.

Neste sentido recorreremos aos dados, recentes, do Observatório Nacional da Luta Contra a Pobreza (2022) para compreender um pouco melhor as transformações da pobreza entre os que possuem o ensino superior. Observa-se, para os anos 2020 e 2021, um forte aumento da taxa de pobreza e exclusão social (indicador utilizado neste estudo) entre os jovens com o ensino superior, passando de 8,5% para 18,8%. Mais 10 pontos percentuais.

Quer dizer, o problema da pobreza entre os licenciados tem especial expressão entre os jovens. O aumento das qualificações concomitante com a manutenção da taxa de pobreza significa que existe uma maior probabilidade de haver indivíduos pobres com o ensino superior, situação agravada pela pandemia. Justamente, como sublinham Rodrigues *et al.* (2022), a população jovem portuguesa é crescentemente qualificada: em 2021, 48% dos jovens entre os 25 e os 34 anos tinham o ensino superior, quase metade do total. No entanto, ainda de acordo com Rodrigues *et al.* (2022), o sistema produtivo não tem acompanhado este aumento das qualificações, resultando num elevado volume de sobrequalificação dos jovens em relação aos empregos ocupados (muitos dos quais envolvendo uma qualquer forma de precariedade) e em taxas de desemprego bastante acima da média para a população portuguesa e para a média da UE neste grupo etário.

Esta questão vai ao encontro das preocupações acima expressas, relativas à necessidade de caracterização dos licenciados pobres.

CONCLUSÃO

A pobreza é um problema central no desenvolvimento. No caso português afeta uma parte significativa dos residentes. No entanto, como temos vindo a afirmar repetidamente, os pobres não são todos iguais. Por detrás da sua inclusão nesta categoria social, existem importantes diferenças entre os indivíduos assim classificados. As que se relacionam com o mundo da educação assumem

3 Como bem nos lembrou o professor Fernando Bessa Ribeiro, da Universidade do Minho.

particular significado, dado o seu impacto duradouro no posicionamento social dos indivíduos.

Neste texto realizou-se uma abordagem macrossocial, mobilizando-se literatura europeia recente e dados estatísticos, centrados nas taxas oficiais, para identificar alguns dos principais eixos estruturantes da relação pobreza-educação em Portugal, bem como as tendências presentes ao longo do tempo. Desde logo, um primeiro eixo de resposta respeita ao foco na situação portuguesa, em regra menosprezada ou, na melhor das hipóteses, diluída nas análises internacionais que se têm realizado recentemente. Um segundo objetivo passou por ter em consideração a evolução dos indicadores de pobreza, algo que permitiu reafirmar a ligação da pobreza com os ciclos económicos em Portugal. No entanto, pudemos também verificar que a dupla proteção que o ensino superior apresenta em relação aos outros ciclos de ensino se encontra em erosão, dado que a recuperação pós-crise de 2008-2014 não ocorre da mesma forma entre os que têm o ensino superior, ao contrário do que sucede na taxa geral e nas taxas de pobreza dos que têm o 9.º ano ou menos e dos que têm o 12.º ano. O impacto da pandemia (2021) é também evidente, embora observado indiretamente (uma vez que não há ainda dados detalhados sobre a relação entre pobreza e escolaridade para 2020 e 2021). Este resultado, aliás, só foi possível pela mobilização de um terceiro objetivo: o de relacionar os dados sobre a pobreza com os dados sobre a educação. Foi ainda possível perceber que pobreza e educação não se distribuem de modo uniforme no território nacional; uma e outra tendem a ter piores resultados nas regiões insulares.

De resto, pudemos sublinhar que a relação entre pobreza e educação está, por sua vez, associada à infância (esta definida de acordo com o que se utiliza nos estudos sobre a pobreza, 0-17 anos) – quer por ser nesta idade que o grosso da relação com o sistema educativo se faz, quer porque a pobreza infantil é especialmente gravosa em Portugal (como também na Europa em geral), quer ainda porque foi possível mobilizar literatura que identifica um impacto duradouro da pobreza infantil ao longo da vida do indivíduo e relacionar uma infância em pobreza com baixo desempenho educativo e com pobreza na vida adulta.

Existe aqui todo um campo a explorar para se compreender como é que a pobreza se relaciona com a educação, muito por forma a quebrar-se a reprodução da pobreza, quer ao longo da vida dos indivíduos, quer entre gerações, usando a escola como instrumento para a superação da pobreza e, dessa forma, cumprir o seu desígnio de ferramenta para a melhoria da vida dos indivíduos.

BIBLIOGRAFIA

- AISA, R., Larramona, G., & Pueyo, F. (2019). Poverty in Europe by gender: The role of education and labour status. *Economic Analysis and Policy*, 63, 24-34.
- ALVES, N. M. (2009). Novos factos sobre a pobreza em Portugal. *Boletim Económico do Banco de Portugal*, n.º 1, 125-154.
- ALVES, N. M. (2015). A dinâmica da pobreza em Portugal. In F. Diogo, A. Castro & P. Perista (orgs.), *Pobreza e exclusão social em Portugal: contextos, transformações e estudos*. Famalicão: Húmus, pp. 65-77.
- BASTOS, A. (2015). Pobreza infantil: diagnóstico e reflexão sobre os indicadores de aferição. In F. Diogo, A. Castro & P. Perista (orgs.), *Pobreza e exclusão social em Portugal: contextos, transformações e estudos*. Famalicão: Húmus, pp. 101-113.
- BATISTA, I., & Perista, P. (2010). A estruturalidade da pobreza e da exclusão social na sociedade portuguesa: conceitos, dinâmicas e desafios para a acção. *Fórum Sociológico*, n.º 20, 39-46.
- BELLANI, L., & Bia, M. (2019). The long-run effect of childhood poverty and the mediating role of education. *Journal of the Royal Statistical Society*, 182, 1, 37-68.
- BRUCKMEIER, K., & Rhei, T. (2019). Poverty risk of the unemployed in six European countries: why is it higher in some countries than in others? *Applied Economics Letters*, 26, 16, 1301-1305.
- CASTELLANO, R., Punzo, G., & Rocca, A. (2018). The generational perspective of gender gap in wages and education in southern Europe. *Review of Social Economy*, 76, 2, 227-258.
- COSTA, A. B. da (2015). Prefácio. In F. Diogo, A. Castro & P. Perista (orgs.), *Pobreza e exclusão social em Portugal: contextos, transformações e estudos*. Famalicão: Húmus, pp. 7-16.
- COSTA, A. B. da (coord.), Baptista, I., Perista, P., & Carrilho, P. (2008). *Um olhar sobre a pobreza: vulnerabilidade e exclusão social no Portugal contemporâneo*. Lisboa: Gradiva.
- CUETO, B., Rodríguez, V. & Suárez, P. (2017). Does poverty on youth affect poverty in adulthood? An analysis for Spain. *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, 160, 39-60.
- DÍAZ DAPENA, A., Fernández Vázquez, E., Rubiera Morollón, F., & Viñuela, A. (2021). Mapping poverty at the local level in Europe: A consistent spatial disaggregation of the AROPE indicator for France, Spain, Portugal and the United Kingdom. *Regional Science Policy & Practice*, 13, 1, 63-81.
- DIOGO, A., & Diogo, F. (orgs.) (2013). *Desigualdades no sistema educativo: percursos, transições e contextos*. Lisboa: Mundos Sociais.
- DIOGO, F. (2010). Da pobreza infantil aos perfis da pobreza infantil: um caminho a trilhar. In M. J. Sarmento & F. Veiga (orgs.), *Pobreza infantil: realidades, desafios, propostas*. Famalicão: Húmus, pp. 89-106.
- DIOGO, F. (2017). A pobreza infantil e o Rendimento Social de Inserção em Portugal: o mesmo problema tendências distintas. *Sociologia: Problemas e Práticas*, n.º 87, 2018, 71-86.

- DIOGO, F. (coord.), Palos, A. C., Rodrigues, C. F., Pereira, E., Ribeiro, F. B., Branco, F., Trevisan, G., Fernandes, L., Silva, O., Perista, P., & Amaro, I. (colab.) (2021a). *A pobreza em Portugal: Trajetos e quotidianos*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- DIOGO, F., Palos, A. C., & Silva, O. (2020). A escolarização nos Açores: tendências recentes. In Á. Borralho, A. C. Palos, F. Diogo, G. Rocha, & Serpa, S., *Desigualdades Sociais: perspetivas e mudanças*. Famalicão: Húmus, pp. 143-180.
- DIOGO, F., Trevisan, G., & Sarmento, M. J. (2021b). Transformações e persistências da pobreza infantil em Portugal. In C. Tomás & G. Trevisan (orgs.), *Sociologia da Infância em Portugal. Memórias, Encontros e Percursos*. Lisboa: APS.
- DIOGO, F., Mauritti, R., Alves, J. E., & Nunes, N. (2019). Desigualdades e desenvolvimento na sociedade portuguesa: um olhar sociológico à escala nacional e regional. *Atas do X Congresso Português de Sociologia Na era da “pós-verdade”? Esfera pública, cidadania e qualidade da democracia no Portugal contemporâneo*.
- ESPING-ANDERSEN, G. (1990). *The Three Worlds of Welfare Capitalism*. Princeton: Princeton University Press.
- FABRIZI, E., & Mussida, C. (2020). Assessing poverty persistence in households with children. *The Journal of Economic Inequality*, 18, 551-569.
- JENKINS, St., & Kerm, P. van (2011). Patterns of persistent poverty: Evidence from EU-SILC. *ISER Working Papers*.
- LIMA, J. Á. de, Diogo, A. M., Palos, A. C., Rocha, G. P. N., & Leal, S. M. (2020). Capítulo 3 Educação. In F. Diogo & G. Rocha (orgs.), *Açores: retratos e tendências sociais*. Famalicão: Húmus, pp. 85-130.
- MAURITTI, R. (coord.), Craveiro, D., Cabrita, L., Botelho, M. do C., Nunes, N., & Silva, S. F. da (2022). *Territórios de Bem-Estar: Assimetrias nos municípios portugueses*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- MAURITTI, R., Nunes, N., Alves, J. E., & Diogo, F. (2019). Desigualdades sociais e desenvolvimento em Portugal um olhar à escala regional e aos territórios de baixa densidade. *Sociologia On Line*, n.º 19, junho, 102-126.
- OD [OBSERVATÓRIO DAS DESIGUALDADES] (2022). *Nível de escolaridade*. <https://www.observatorio-das-desigualdades.com/2018/06/14/nivel-de-escolaridade/>, consultado em 27 de julho de 2022.
- OBSERVATÓRIO NACIONAL DA LUTA CONTRA A POBREZA (2022). *Pobreza e exclusão social em Portugal. Relatório de 2022*. Porto: EAPN.
- PAPANASTASIOU, S., & Papatheodorou, C. (2019). Causal dynamics of poverty reproduction in EU countries. *International Journal of Social Welfare*, 28, 117-127.
- PEREIRA, E. S. (2010). Observar a pobreza em Portugal: uma leitura crítica das principais abordagens à operacionalização do conceito de pobreza. *Fórum Sociológico*, n.º 20 (II Série), 57-66.

- PEREIRA, E. S. (2019). Um olhar sobre a diferenciação territorial da pobreza em Portugal à luz da abordagem das capacidades de Amartya Sen. *Sociologia on line*, n.º 19, 51-80.
- RODRIGUES, M., Suleman, F., Marques, P., Videira, R., & Pereira, M. (2022). *Livro Branco: mais e melhores empregos para os jovens*. Lisboa: Fundação José Neve, Observatório do Emprego Jovem, OIT Lisboa.
- SÁNCHEZ-SELLERO, M. C., & Garcia-Carro, B. (2020). Which groups have a greater risk of poverty in Spain? *Revija za Socijalnu Politiku*, 27, 1, 19-36.
- SARMENTO, M. J., & Veiga, F. (orgs.) (2010). *Pobreza infantil: realidades, desafios, propostas*. Famalicão: Húmus.
- SARMENTO, M. J., Fernandes, N., & Trevisan, G. (2015). A redefinição das condições estruturais da infância e a crise económica em Portugal. In F. Diogo, A. Castro & P. Perista (orgs.), *Pobreza e exclusão social em Portugal: contextos, transformações e estudos*. Famalicão: Húmus, pp. 81-99.
- TEJERO, A. (2017). In-work poverty persistence: the influence of past poverty on the present. *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, 157, 141-160.
- VILAPLANA, C. L. (2013). Children were the age group at the highest risk of poverty or social exclusion in 2011. *Eurostat: statistics in focus*, 4.
- WALL, K., Almeida, A. N. de, Vieira, M. M., Cunha, V. (coords.), Rodrigues, L., Coelho, F., Leitão, M., & Atalaia, S. (2015), *Impactos da Crise nas Crianças Portuguesas: Indicadores, Políticas, Representações*. Lisboa: ICS.

Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito dos Projetos UID/4647/2020 & UID/4647 – Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais.

CAPÍTULO 5

PARA BRINCAR OU PARA ESTUDAR? OS CENTROS DE ATIVIDADES DE TEMPOS LIVRES NA PERSPETIVA DOS PAIS

ANA MATIAS DIOGO | ANA CRISTINA PALOS | MARGARIDA SERPA

FRANCISCO SOUSA | JORGE ÁVILA DE LIMA

Universidade dos Açores, CICS.NOVA.UAc/CICS.UAc

A necessidade de equipamentos sociais vocacionados para a ocupação de tempos livres e apoio às crianças fez-se sentir nos países da Europa Ocidental, especialmente a partir dos anos 1970, num contexto de transformação das dinâmicas familiares e de entrada da mulher no mercado de trabalho (Araújo 2004; Ducrey, Lieberherr & Pasche-Provini, 2003). No caso de Portugal, com uma taxa de atividade feminina caracterizada, desde há várias décadas, por níveis acima da média europeia (Aboim, 2010), a par da adoção predominante, pelos casais, do modelo de duplo emprego (Aboim, 2010; Guerreiro & Wall, 2005; Wall, 2010), a questão da guarda das crianças veio a colocar-se de forma mais acutilante do que noutros países, onde as mulheres assumiram o trabalho profissional a tempo parcial, continuando a manter as responsabilidades principais no que respeita aos cuidados com os filhos (Aboim, 2010).

Os centros de atividades de tempos livres (CATL) surgem, neste âmbito, para dar resposta às famílias, em termos de guarda dos filhos após o horário escolar enquanto os pais trabalham, assumindo, antes de mais, uma perspetiva assistencialista, ou seja, preocupando-se em assegurar um lugar seguro e a prestação de cuidados essenciais às crianças (Araújo, 2004; Halpern, 2002).

No entanto, outras expectativas e funções sociais serão associadas a estes equipamentos sociais. A missão dos centros será encarada por parte dos poderes públicos numa perspetiva mais ampla, englobando também funções educativas e pedagógicas: procura-se estimular o desenvolvimento global das crianças através de atividades lúdicas e recreativas, bem como dar apoio à escolaridade, tendo sobretudo em conta preocupações com os públicos mais vulneráveis, nomeadamente com o seu insucesso escolar (Araújo, 2004). Ainda que a legislação que enquadra os centros de atividades de tempos livres, a nível nacional e regional, não mencione especificamente uma função de apoio à escolaridade (Palos *et al.*, 2019), pesquisas realizadas em ambos os contextos têm constatado que estes

espaços tendem a organizar-se à imagem dos ambientes escolares e a dar prioridade à realização dos trabalhos de casa (Araújo, 2004; Furtado & Serpa, 2013).

Por outro lado, as transformações nas dinâmicas familiares, incluindo a forma de os pais encararem os filhos (Cunha, 2007), contribuíram para uma crescente preocupação com a sua educação, nomeadamente com o desenvolvimento integral e equilíbrio psicológico da criança e, simultaneamente, com o sucesso escolar (Singly, 2011). É por isso compreensível que as próprias famílias apresentem expectativas educativas relativamente a outras instituições que ocupam o tempo das crianças (Ducrey, Lieberherr & Pasche-Provini, 2003). Todavia, importa não esquecer que o investimento educativo das famílias se manifesta de forma desigual em função dos seus recursos económicos, sociais e culturais (Diogo, 2008), traduzindo-se em diferentes estilos educativos parentais e formas de encarar a divisão de papéis com a escola e com as outras instituições educativas (Kellerhals & Montandon, 1991; Lareau, 2002).

Numa Região que se destaca por uma maior presença de famílias de condição social desfavorecida e em situação de pobreza (INE, 2021), por um atraso estrutural do sistema educativo que se traduz em índices de abandono escolar e insucesso escolar acima da média nacional (Diogo & Diogo, 2013; Diogo, Palos & Silva, 2020), e, por outro lado, por um acentuado crescimento do emprego feminino nos últimos anos (Diogo & Rocha, 2018), como é que os pais encaram os CATL? Atribuem-lhe uma missão meramente de guarda ou têm expectativas educativas relativamente ao seu contributo? Valorizam mais a dimensão lúdica e recreativa dos centros ou o seu papel no apoio à escolaridade?

Neste texto pretende-se analisar as perspetivas dos pais sobre as funções desempenhadas pelos CATL, mobilizando resultados de dois estudos realizados recentemente pelo Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, polo da Universidade dos Açores (CICS.NOVAUAC/CICS.UAC), sobre os CATL nesta Região. Ambos os estudos resultaram de um contrato de prestação de serviços com a Direção Regional da Segurança Social da Região Autónoma dos Açores.

O primeiro estudo teve por objetivo a caracterização extensiva do universo de CATL da Região, o qual, no ano letivo de 2018-2019, correspondia a um total de 121 CATL, frequentados por 3653 crianças (Palos *et al.*, 2019). No âmbito deste estudo foram inquiridos 1537 pais em sete das nove ilhas da Região, por meio de um inquérito por questionário.

O segundo estudo debruçou-se sobre as perspetivas dos principais intervenientes nos CATL, a partir de uma metodologia de investigação qualitativa (Sousa *et al.*, 2020). Mais especificamente, reportamo-nos à análise da perspetiva dos pais, baseadas em 50 entrevistas a pais com filhos a frequentar nove CATL situados nas ilhas de São Miguel e da Terceira (86% eram mães e 14% pais). Estas entrevistas

abrangeram uma diversidade de famílias, no que respeita aos níveis de escolaridade e categorias socioprofissionais dos pais das crianças, embora com maior prevalência das categorias menos instruídas e menos qualificadas. Assim, 60% das mães e 70% dos pais tinham apenas o ensino básico; somente 12% das mães e 6% dos pais possuíam um diploma do ensino superior. No que toca à categoria socioprofissional¹, 6% das mães e 10% dos pais eram empresários, dirigentes e profissionais liberais; 12% das mães e 10% dos pais, profissionais técnicos e de enquadramento; 46% das mães e 24% dos pais, empregados executantes; 4% das mães e 10% dos pais, trabalhadores independentes; e 38% dos pais, operários. Ao longo das entrevistas, os pais referiram-se à experiência de apenas um filho, mesmo quando tinham mais do que um. As crianças referidas nas entrevistas distribuíam-se de forma relativamente equilibrada em relação ao sexo (48% do sexo feminino e 52% do sexo masculino) e concentravam-se sobretudo nas faixas etárias entre os 6 e 9 anos (80%), frequentando principalmente o 1.º ciclo do ensino básico (CEB) (82%). Na sua maioria, as crianças viviam em famílias nucleares; i.e., estavam inseridas em agregados domésticos compostos por ambos os pais e filho(s) (66%). Em todo o caso, cerca de um terço das crianças enquadravam-se noutros tipos de agregados, especialmente em famílias monoparentais femininas (28%).

Ao longo do capítulo articulam-se dados dos dois estudos: procura-se aprofundar alguns resultados extensivos, do primeiro estudo, tendo em conta as razões e as perspetivas dos pais apresentadas nas entrevistas do segundo estudo.

1. PERSPETIVA DOS PAIS SOBRE OS CATL: UMA FUNÇÃO MERAMENTE DE GUARDA?

Como se referiu, os centros de atividades de tempos livres surgiram, antes de mais, para dar resposta à necessidade de guarda dos filhos após o horário escolar enquanto os pais trabalhavam; no entanto, simultaneamente estes centros foram alvo de outras expectativas, abarcando também funções educativas e pedagógicas. No primeiro estudo sobre os CATL na RAA, de natureza extensiva (Palos *et al.*, 2019), 86% dos pais indicaram como razão para procurarem um CATL a necessidade de terem um lugar seguro para deixar os filhos. Com quantitativos substancialmente menores, mas ainda abrangendo um largo número de pais, destacam-se as atividades lúdicas orientadas e o enriquecimento pessoal. Como se pode observar na tabela 1, as razões que se prendem com o apoio à escolaridade não são invocadas pela maioria dos pais.

1 Na classificação da categoria socioprofissional recorreu-se à tipologia ACM (Almeida, Costa, & Machado, 1988; Almeida, Machado, & Costa 2006; Costa, 2008; Costa *et al.* (2015); Mauritti *et al.* (2016).

Tabela 1. Razões dos pais para inscreverem o filho no CATL (%) (N = 1537)

Atividades lúdicas orientadas	45,2
Brincar livremente	23,8
Enriquecimento pessoal	41,9
Desempenho escolar	35,3
Assistência às refeições	14,7
Trabalhos de casa	18,6
Lugar seguro	86,0

Fonte: Inquérito por questionário aos pais (Estudo 1, 2019)

Estes resultados são convergentes com os encontrados no segundo estudo (ver tabela 2). Quer quando se perguntou aos pais, nas entrevistas, para que servem os CATL, quer quando foram interpelados mais concretamente sobre as razões que os levaram a inscrever o filho num CATL, embora os pais atribuam uma diversidade de funções aos CATL, a função de guarda foi, sem dúvida, a que mais se destacou (respetivamente, 78% e 80%).

Tabela 2. Principal função do CATL e razões da inscrição do filho no CATL, segundo os pais (%) (N = 50)

	Principal função do CATL	Razões da inscrição no CATL
Função de guarda/cuidados básicos	78,0	80,0
Função de socialização/desenvolvimento	42,0	22,0
Função pedagógica/escolar	30,0	8,0
Função lúdica/recreativa	22,0	8,0

Fonte: Entrevistas aos pais (Estudo 2, 2020)

Olhando para o que os pais dizem nas entrevistas relativamente à função de guarda, constatamos que os CATL são encarados, antes de mais, como uma solução para os pais que trabalham e que, tendo horários mais prolongados do que o horário escolar, não possuem outra alternativa onde deixar os filhos:

É um grandessíssimo apoio para os pais que estão trabalhando. (EE3CATL2, mãe, 3.º CEB);

[...] a gente está trabalhando e não tem com quem deixar os filhos. (EE3CATL3, mãe, 3.º CEB)

Quando aprofundamos a perspetiva dos pais, é possível perceber que não encaram a função de guarda dos CATL de uma forma estrita, indiciando uma visão mais ampla sobre o contributo destes centros. Sublinham o papel destes espaços no acolhimento dos filhos no tempo em que estes não podem estar nem na escola, nem em casa; todavia, a guarda dos filhos significa também que estes devem estar seguros, com pessoas de confiança e alvo de cuidados (alimentação, segurança, atenção e educação):

Tem segurança. [...] Eu sei onde ele está. Ele sai da escola e vem para aqui. (EE2CATL1, mãe, E. Secundário)

[...] a gente sabe para onde vai e com quem é que fica. (EE1CATL5, mãe, 3.º CEB); Para mim, eu sei que ele está guardado e seguro ali e que elas têm carinho por ele. Ele, ali, tem ajuda, não lhe falta comida, está seguro. (EE2CATL3, mãe, 3.º CEB)

[...] é uma segunda casa deles, também. (EE7CATL3, mãe, 2.º CEB)

Não é por isso de estranhar que sejam valorizadas outras funções por alguns pais. A segunda função mais destacada nas entrevistas foi a de socialização/desenvolvimento (42% consideram-na a principal função e 22% a razão de inscrição dos filhos), como se mostrou na tabela 2. Estes pais valorizam o facto de os CATL proporcionarem aos filhos a interação com os seus pares e o alargamento do seu círculo de sociabilidades (em vez de ficarem em casa ou ocupados com dispositivos tecnológicos):

Também é uma maneira de conviverem com outras crianças. (EE3CATL2, mãe, 3.º CEB)

[...] estar com mais gente, interagir com pessoas que não conhece. (EE2CATL1, mãe, E. Secundário)

[...] em vez de estarem em casa só agarrados aos telemóveis e às *playstations*, que é isso que eles querem. (EE2CATL5, mãe, E. Secundário)

A referência à função pedagógica surge também, embora num menor número de pais (30% consideram-na a principal função e 8% a razão de inscrição no centro). Salientam o apoio e reforço do trabalho escolar desenvolvido pelos CATL, para

colmatar dificuldades escolares das crianças, em substituição dos pais, impossibilitados de fazer esse acompanhamento, quer por problemas de conciliação dos horários de trabalho/familiares, quer por falta de competências parentais:

[...] se existem trabalhos de casa, para mim facilita muito, porque eu trabalho por turno e saio, por vezes, às 23h e eu não posso fazer os trabalhos de casa. (EE1CATL1, mãe, 3.º CEB)

[...] porque é o que eu já expliquei à professora: a matemática no meu tempo é diferente desta agora. Eu disse: até ao segundo período do 4.º ano, ainda dou lhe a matemática, mas a partir daí eu já não adianto. (EE3CATL2, mãe, 3.º CEB)

A função lúdica/recreativa surgiu ainda valorizada por alguns pais: 22% consideram-na a principal função dos CATL e para 22% foi a razão de inscrição dos filhos. Valorizam o facto de os centros oferecerem atividades de tempos livres que permitem às crianças brincarem e aprenderem a brincar. Para alguns dos pais, o CATL deve ser essencialmente um espaço de descompressão e libertação face às obrigações que os filhos têm na escola e em casa, um momento de divertimento, descontração e relaxamento:

[O CATL] ocupa muito, muitas atividades, colabora muito com as piscinas – eh pá, muito bom para as crianças. Eu gosto que ele frequente isso, porque fazem muitas coisas bonitas aqui. (EE5CATL4, mãe, 2.º CEB)

[...] eu quero o ATL como um espaço de diversão para o meu filho. (EE1CATL8, mãe, Licenciatura)

Deve ser essencialmente para brincar, e através do brincar aprender outras coisas [...] de uma forma muito lúdica, que às vezes não se apercebem que estão a aprender a brincar. (EE3CATL7, mãe, Mestrado)

2. IMPACTO DOS CATL NOS FILHOS

De forma a complementar a perspetiva dos pais sobre as funções dos CATL, analisa-se a perceção que têm sobre o impacto da frequência do centro nos filhos, em termos de progressos verificados no seu desenvolvimento e aprendizagem. A grande maioria dos pais entrevistados partilha a perceção de que a frequência destes centros produziu algum impacto nos filhos, sendo os principais progressos notados nos domínios dos comportamentos (66%) e das sociabilidades (40%).

Gráfico 1. Áreas em que os pais notaram progressos nos filhos devido à frequência do CATL (N = 50)



Fonte: Entrevistas aos pais (Estudo 2, 2020)

Quando se referem aos progressos nos comportamentos e sociabilidades, destacam a aprendizagem de regras e princípios de convivência social; uma melhor regulação das emoções; um maior respeito e sensibilidade pelas diferenças individuais e sentido de solidariedade; e uma maior desinibição para interagir e fazer amizades:

Aprendeu a ser bem-comportado, regras, eles aprendem. O E. cresceu muito em questão de criança, porque ele tem aquele frenesim, não para sossegado. Elas têm as suas regras e essas coisas todas, e a gente vê que eles gostam de estar aqui. (EE1CATL7, mãe, 2.º CEB)

[...] o CATL ajuda um bocadinho a regular essa forma de estar na vida dela, de ser autoritária, ela às vezes grita [...] e acho que o CATL, o trabalho que têm de tentar regular as emoções, também ajuda muito em crianças com essa personalidade. (EE3CATL7, mãe, Mestrado)

[...] ela aprendeu a respeitar o próximo, as diferenças de cada um. [...] Porque, para ela, ela não vê diferença nas crianças. Uma criança branca, uma criança negra, para ela é tudo igual. Uma criança pobre, uma criança rica, para ela, ela não vê diferença nenhuma. (EE4CATL3, mãe, 3.º CEB)

Eu acho que ele aprendeu que deve partilhar e que todos são crianças. (EE2CATL3, mãe, 3.º CEB)

Estes resultados contribuem para consolidar a ideia de que, para além da função de guarda, o que os pais valorizam nos CATL incide especialmente na função de socialização e desenvolvimento da criança. Por outro lado, verifica-se que o apoio à escolaridade surge, também aqui, com menor destaque. Procura-se, de seguida, aprofundar a perspectiva dos pais sobre a missão escolar dos centros.

3. A MISSÃO ESCOLAR DOS CATL: UMA MISSÃO DESIGUALMENTE VALORIZADA

Como se viu, apenas um número restrito dos pais entrevistados valorizou a função de apoio à escolaridade dos CATL e destacou o impacto destes centros nos progressos dos filhos a esse nível. Esta tendência é, aliás, convergente com os dados obtidos no primeiro estudo, de natureza extensiva (Palos *et al.*, 2019): entre as razões que justificam a procura de um CATL pelas famílias, o apoio aos trabalhos de casa foi tido em conta apenas por 19% e o desempenho escolar por 35% (ver tabela 1).

Ainda no âmbito do primeiro estudo, foi também possível constatar que os resultados escolares são uma das questões que os pais menos indicaram como áreas a desenvolver e que os TPC são o tema que gera menor nível de satisfação, sendo simultaneamente um dos menos abordados na comunicação família-CATL (cf. Palos *et al.*, 2019).

Não obstante a função pedagógica dos CATL ser alvo de grande destaque, existindo no país muitos estabelecimentos organizados à imagem de ambientes escolares que dão prioridade à realização dos trabalhos de casa (Araújo, 2004; Furtado & Serpa, 2013), a generalidade dos pais inquiridos na Região, nos dois estudos, parece não dar primazia ao contributo dos CATL na promoção de competências e sucesso na escola.

O facto de apenas um número limitado de pais indicar a função de apoio à escolaridade não invalida que a esmagadora maioria considere que a frequência do CATL teve algum tipo de impacto no desempenho escolar (indireto ou direto): apenas 8% dos pais entrevistados consideraram que o CATL não teve impacto no sucesso escolar dos seus filhos.

Observando o perfil social das famílias, verifica-se que são especialmente aqueles que possuem menores recursos económicos e educativos que salientam a missão de apoio à escolaridade dos CATL. A tabela 3 revela uma relação (estatisticamente significativa) entre o nível de escolaridade das mães e a valorização das funções de apoio aos TPC e ao desempenho escolar: 46% das famílias em que a mãe tem uma escolaridade mais baixa (1.º CEB ou menos) indicam a ajuda aos TPC como razão para procura do CATL, enquanto apenas 5% das famílias em que a mãe tem o ensino superior o fazem. De igual modo, 43% das famílias em

que a mãe tem o 1.º CEB ou menos referem a melhoria do desempenho escolar como razão para procura do CATL, enquanto nas famílias em que a mãe tem o ensino superior o valor é de 17%.

Tabela 3. Apoio à escolaridade como razão da procura do CATL, por nível de instrução da mãe (%) (N = 1537)

	Ajuda nos trabalhos de casa	Desempenho escolar
1.º CEB ou menos	45,7	42,6
2.º CEB	35,5	44,5
3.º CEB	21,2	41,7
Ensino secundário e pós-secundário	8,9	30,1
Ensino superior	5,1	16,8
Total	18,5	35,1
Qui-quadrado de Pearson; p-value	143,533; p = 0,000	55,224; p = 0,000

Fonte: Inquérito por questionário aos pais (Estudo 1, 2019)

A mesma tendência pode ser observada na tabela 4, tendo em conta um indicador dos recursos económicos das famílias, o escalão da Ação Social Escolar. São as famílias que beneficiam de um apoio económico mais elevado as que mais destacam a ajuda nos trabalhos de casa e a melhoria do desempenho escolar. Em todo o caso, as diferenças não são tão acentuadas como no indicador relativo aos recursos culturais anteriormente apresentado.

Tabela 4. Apoio à escolaridade como razão da procura do CATL, por escalão da Ação Social Escolar (%) (N = 1537)

	Ajuda nos trabalhos de casa	Desempenho escolar
1.º escalão	29,5%	47,0%
2.º escalão	21,4%	37,2%
3.º escalão ou mais	16,1%	36,1%
Sem escalão	11,9%	27,0%
Total	18,6%	35,3%
Qui-quadrado de Pearson; p-value	43,980; p = 0,000	35,751; p = 0,000

Fonte: Inquérito por questionário aos pais (Estudo 1, 2019)

Parece verificar-se, assim, uma maior dependência e um maior reconhecimento do papel dos CATL na missão de apoio à escolaridade por parte das famílias mais desprovidas de capitais económicos e culturais. Contrariamente, as famílias detentoras de volumes mais elevados de capitais económicos e culturais confiarão mais no papel que podem desempenhar no acompanhamento escolar dos filhos e poderão depositar este tipo de preocupações noutras instâncias, nomeadamente através do recurso a explicações pagas (Afonso, 2013). Estas desigualdades no envolvimento dos pais na escolaridade dos filhos têm sido evidenciadas e explicadas por uma vasta literatura sobre a relação entre a família e a escola (ver, por exemplo, Diogo, 2010; Lareau, 1989; Gonçalves, 2005; Silva, 2003).

No sentido de melhor compreender a diversidade de perspetivas dos pais sobre a missão escolar dos CATL, são tidas em conta as razões que os próprios pais apresentam nos seus discursos, relativamente ao apoio aos trabalhos de casa nos centros. Os pais entrevistados parecem dividir-se entre a preferência pela realização dos TPC no CATL (40,0%) e a preferência pela realização em casa (30%), existindo ainda alguns que são adeptos da alternância entre os dois contextos (16%).

Foram invocados dois tipos de argumentos principais para justificar a preferência pela realização dos TPC nos centros. Um primeiro tipo de argumentos, apresentado por 26% dos pais, centra-se nas competências de quem faz o apoio. Nesse sentido, confessam dificuldades para ajudar e mostram maior confiança nas competências dos profissionais:

[...] a escola está sempre a evoluir, sempre a evoluir, e a gente não conseguimos ajudar. Tem coisas de matemática, por exemplo, ela pergunta, eu ando às voltas e voltas, e é ela que acaba por fazer porque eu não sei. (EE1CATL4, mãe, 3.º CEB)

É porque as senhoras estão mais dentro dos assuntos, têm mais aquela experiência de lidar com as crianças. Em casa, eu não tenho muita experiência e também não tenho assim grandes anos de escola. (EE1CATL6, mãe, 1.º CEB)

O segundo tipo de justificações para preferir que os filhos façam os trabalhos de casa no CATL assenta em razões práticas, de gestão de tempo, relacionadas com dificuldades de horário e falta de tempo para acompanhar em casa (16,0%):

[...] para mim é positivo, porque ele... Nós chegamos a casa tarde e ele ainda [tem de] fazer trabalhos de casa... nos dias que ele não consegue fazer aqui, eu não gosto e ele não gosta. (EE9CATL3, mãe, Licenciatura)

Por seu turno, os pais que preferem que os filhos realizem os TPC em casa salientam a importância do acompanhamento parental do trabalho escolar dos filhos, pois através deste acompanhamento é possível fazer um apoio mais individualizado e competente ao trabalho escolar dos filhos do que nos CATL, particularmente nos casos em que existem maiores dificuldades por parte das crianças:

[...] eu gosto de fazer os trabalhos de casa com ela, gosto de a acompanhar e a mãe também. (EE2CATL7, pai, E. Secundário)

Porque, como já disse, o I. tem a hiperatividade e o défice de atenção, e, então, exijo mais para fazer os trabalhos de casa! E como não é fácil, isso fica para mim! [...] porque, como são os dois [filhos], ela fazendo cá, já me alivia, a mim, para eu dar mais atenção ao outro, que tem mais dificuldade! (EE5CATL9, mãe, 3.º CEB)

É possível perceber também que a atitude dos pais face à realização dos TPC nos centros surge ancorada na sua visão da divisão de papéis entre família e CATL. Assim, os pais que preferem que os trabalhos de casa sejam realizados efetivamente em casa referem que o acompanhamento desses trabalhos faz parte do papel dos pais e não dos profissionais dos CATL:

É papel dos pais e não do CATL. [...] Não! Isto é para fazer em casa com os pais. Está a perceber?! Pronto. (EE8CATL3, mãe, E. Secundário)

A assunção desta responsabilidade parental significa, paralelamente, reconhecer que a missão dos CATL é essencialmente lúdico-recreativa, ideia que surge associada a uma conceção de criança que deve brincar, e em que o ofício de criança não se esgota no ofício de aluno (Diogo, Melo & Ferreira, 2018):

Não é obrigação do CATL mas dos pais; no ATL brinca. (EE4CATL9, pai, 3.º CEB); [...] eu vejo muito o ATL como um espaço para ele estar, para ele gostar, para ele brincar, porque ele passa o dia, o dia na escola. Porque as crianças precisam. [...] não sou muito apologista de trabalhos de casa no ATL. (EE1CATL8, mãe, Licenciatura)

Evidencia-se, deste modo, uma clivagem social entre os pais que valorizam a missão de apoio à escolaridade dos CATL, por um lado, e os pais que reconhecem sobretudo a missão lúdico-recreativa, por outro. Uma clivagem social semelhante foi encontrada no primeiro estudo (cf. Palos *et al.*, 2019), ao analisar-se as áreas de desenvolvimento nas quais os pais gostariam que os filhos

progredissem por frequentarem um CATL, em função do seu perfil social. A referência a áreas relacionadas com a expressividade, quer dizer, que incidem na sensibilidade (criatividade, gosto e talento) e na cooperação (relação com os outros) (Kellerhals & Montandon, 1991), foram tendencialmente mais indicadas por pais com um perfil socioeconómico mais favorecido. Essas áreas foram significativamente menos indicadas pelas famílias com um perfil socioeconómico mais desfavorecido, mais preocupadas com áreas que visam o desenvolvimento da acomodação na criança (o comportamento, a organização, a responsabilidade e os resultados escolares), ou seja, a sua adaptação às exigências externas (Kellerhals & Montandon, 1991).

Esta clivagem na forma de encarar a missão dos CATL encontra-se em convergência com a pesquisa de Kellerhals e Montandon (1991) relativamente ao modo como as diferentes classes sociais formulam os seus objetivos educativos para os filhos: enquanto os pais das categorias mais elevadas da escala social tendem a dar maior importância à autorregulação e expressividade, as categorias sociais mais desfavorecidas dão maior importância à acomodação.

Na mesma linha, Lareau (2002) tem vindo a evidenciar que os pais de diferentes classes diferem na maneira como veem os seus papéis na educação dos filhos e na forma como encaram infância. Deste modo, os pais da classe média desenvolvem um estilo educativo que se inscreve numa lógica que a autora designa de “cultivação concertada” (“*concerted cultivation*”). Olhando para a infância como uma etapa em que as crianças devem brincar e desenvolver os seus talentos, estes pais procuram proporcionar-lhes múltiplas oportunidades nesse sentido, através de atividades organizadas. De forma diferente, as classes populares procuram desenvolver um “crescimento natural” (“*natural growth*”), considerando que o essencial é dar aos filhos amor, comida e segurança, pelo que têm menos preocupação em proporcionar-lhes atividades organizadas com o objetivo de estimular a sua expressividade.

CONCLUSÃO

Os centros de atividades de tempos livres surgiram, antes de mais, para dar resposta à necessidade de acolhimento das crianças após o horário escolar enquanto os pais trabalhavam (Araújo, 2004), sendo esta função aquela que as famílias açorianas também mais destacaram nos dois estudos realizados na Região pelo Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (Palos *et al.*, 2019; Sousa *et al.*, 2020). Contudo, ao aprofundar-se a análise, constatou-se que os pais têm uma visão não restritiva desta missão, esperando que os centros proporcionem aos filhos espaços seguros, pessoas de confiança e cuidados diversos (alimentação, segurança,

atenção e educação). Por isso, compreende-se que surjam também valorizadas outras funções, mais educativas, por um número significativo de famílias. O contributo dos CATL para a socialização e desenvolvimento da criança é amplamente reconhecido pelos pais quando se referem ao impacto que gostariam que os centros tivessem em termos de progresso dos filhos.

Não obstante as funções de apoio ao trabalho escolar e de promoção do sucesso escolar dos CATL se encontrarem entre as mais valorizadas ao nível técnico e político (Araújo, 2004), apenas um número restrito dos pais entrevistados valorizou tais funções nos dois estudos conduzidos na Região (Palos *et al.*, 2019; Sousa *et al.*, 2020). Observando o perfil social das famílias, constatou-se que são especialmente aqueles que possuem menores recursos económicos e educativos os que mais salientam a missão de apoio à escolaridade dos CATL. Não é por isso de estranhar que os pais que preferem que os filhos façam os trabalhos de casa no centro invoquem não só dificuldades de horário, mas também falta de competências para fazer esse acompanhamento, revelando uma maior dependência e reconhecimento do papel dos CATL no apoio à escolaridade.

Os resultados encontrados põem, assim, em evidência uma clivagem social entre, por um lado, as famílias menos providas de capitais económicos e culturais, que valorizam a missão de apoio à escolaridade dos CATL e, por outro, as famílias detentoras de volumes mais elevados de capitais económicos e culturais, menos dependentes da missão escolar dos centros (porque mais confiantes nos seus recursos para fazer o acompanhamento escolar dos filhos), que valorizam fortemente a dimensão lúdica e expressiva destes centros. Esta clivagem reflete uma forma distinta de encarar a educação e a infância, de exercer a parentalidade e de se relacionar com as outras instâncias educativas, pelos pais das classes médias e das classes populares, com rentabilidades diferentes em termos de sucesso escolar, na medida em que estimulam desigualmente competências sociais e cognitivas nos filhos (Lareau, 2002).

No quadro do lugar central e cada vez mais precoce da escola no percurso dos indivíduos, bem como do crescente investimento educativo das famílias, em que as preocupações com a escolaridade e o sucesso escolar abrangem a generalidade das famílias (Diogo, 2008), os CATL surgem como uma peça desigualmente jogada no xadrez do investimento educativo e escolar das famílias. Para compreender as perspetivas dos pais relativamente à missão dos centros de atividades de tempos livres e o potencial impacto destes centros nas crianças, torna-se, pois, evidente a necessidade de ter em consideração a diversidade das famílias, em termos dos seus perfis sociais, das suas necessidades e expectativas.

BIBLIOGRAFIA

- ABOIM, S. (2010). Estado, família e trabalho: Do ganha-pão masculino ao duplo emprego no casal. In K. Wall, S. Aboim & V. Cunha (Orgs.), *A vida familiar no masculino: Negociando velhas e novas masculinidades* (pp. 97-128). Lisboa: Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego.
- AFONSO, A. J. (2013). Estratégias e percursos educacionais: das explicações às novas vantagens competitivas da classe média. In J. A. Costa, A. Neto-Mendes & A. Ventura (orgs.), *Xplica Internacional. Panorâmica sobre o Mercado das Explicações* (pp. 167-188). Aveiro: Universidade de Aveiro.
- ALMEIDA, J. F., Costa, A. F., & Machado, F. L. (1988). Famílias, estudantes e universidades – Painéis de observação sociográfica. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 4, 11-44.
- ALMEIDA, J. F., Machado, F. L., & Costa, A. F. (2006). Classes sociais e valores em contexto europeu. In J. Vala & A. Torres, *Contextos e atitudes sociais na Europa* (pp. 69-96). Lisboa: ICS.
- ARAÚJO, M. J. (2004). *ATL, actividade de tempo livre sem tempo nem liberdade*. Porto: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto. Dissertação de Mestrado.
- COSTA, A. F. (2008). *Sociedade de bairro*. Oeiras: Celta.
- COSTA, A. F., Mauritti, R., Martins, S. C., Nunes, N., & Romão, A. L. (2015). A Constituição de um Espaço Europeu de Desigualdades. *Observatório das Desigualdades*, Working Paper, 1.
- CUNHA, V. (2007). *O lugar dos filhos. Ideias, práticas e significados*. Lisboa: ICS.
- DIOGO, A., & Diogo, F. (Orgs.). *Desigualdades no sistema educativo: percursos, transições, contextos*. Lisboa: Mundos Sociais.
- DIOGO, A. M. (2008). *Investimento das famílias na escola. Dinâmicas familiares e contexto escolar local*. Oeiras: Celta.
- DIOGO, A. M. (2010). Do envolvimento dos pais ao sucesso escolar dos filhos: Mitos, críticas e evidências. *Revista Luso-Brasileira Sociologia da Educação*, 1, 166-188.
- DIOGO, F., & Rocha, G. (2018). Desigualdades de género e pobreza nos Açores. In S. Gomes, V. Duarte, F. B. Ribeiro, L. Cunha, A. M. Brandão & A. Jorge (Eds.), *Desigualdades Sociais e Políticas Públicas. Homenagem a Manuel Carlos Silva* (pp. 437-466). Famalicão: Húmus.
- DIOGO, F., Palos, A. P., & Silva, O. (2020). A escolarização nos Açores: tendências recentes. In A. Borralho, A. C. Palos, F. Diogo, Fernando, G. Rocha & S. Serpa, *Desigualdades Sociais: perspectivas e mudanças* (pp. 143-180). Famalicão: Húmus.
- DUCREY, F., Lieberherr, R., & Pasche-Provini, P. (2003). *L'Enfant et les activités extrascolaires institutionnelles à Genève. Rapport recherche sur l'emploi du temps de l'enfant (ete)*. Genève: Service de la Recherche en Éducation.
- FURTADO, O., & Serpa, M. (2013). Educação escolar e extraescolar. In I. E. Rego & S. N. Caldeira (Orgs.), *Prevenir ou remediar? Contextos para a intervenção em psicologia* (pp. 99-126). Braga: Psiquilíbrios.

- GONÇALVES, E. (2015). *A Escola e a Família, uma parceria ou uma simples aproximação? Uma análise comparada de políticas, estratégias, práticas e resultados*. Lisboa: ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa. Tese de Doutoramento.
- GUERREIRO, M. D., & Wall, K. (2005). A divisão familiar do trabalho (pp. 303-362). In K. Wall (Ed.), *Famílias em Portugal*. Lisboa: ICS.
- HALPERN, R. (2002). A different kind of child development institution: the history of after-school programs for low-income children. *Teachers College Record*, 104 (2), 178-211.
- INE (2021). *Destaque: rendimento e condições de vida 2021*, 17 de dezembro de 2021. Acedido em ine.pt.
- KELLERHALS, J., & Montandon, C. (1991). *Les Stratégies éducatives des familles: Milieu social, dynamique, familiale et éducation des pré-adolescents*. Neuchâtel: Delachaux et Niestlé.
- LAREAU, A. (1989). *Home Advantage. Social Class and Parental Intervention in Elementary Education*. Londres: The Falmer Press.
- LAREAU, A. (2002). Invisible Inequality: Social class and childrearing in black families and white families. *American Sociological Review*, 67, 747-776.
- MAURITTI, R., Martins, S. C., Nunes, N., Romão, A. L., & Costa, A. F. (2016). The social structure of European inequality. A multidimensional perspective. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 81, 75-93.
- PALOS, A. C., Sousa, F. (Coord.), Lima, J. A., Diogo, A. M., & Sebastião, C. (2019). *Estudo de caracterização dos CATL, das famílias e das crianças: Relatório final*. Ponta Delgada: CICS.NOVAUAc/CICS.Uac.
- SILVA, P. (2003). *Escola-Família, uma Relação Armadilhada: Interculturalidade e Relações de Poder*. Porto: Afrontamento.
- SINGLY, F. (2011). *Sociologia da Família Contemporânea*. Lisboa: Edições Texto & Grafia.
- SOUSA, F., Palos, A. C. (Coord.), Diogo, A. M., & Serpa, M. (2020). *Estudo de identificação das perspetivas dos principais intervenientes nos CATL. Relatório final*. Ponta Delgada: CICS.NOVAUAc/CICS.Uac.
- WALL, K. (2010). A conciliação entre a vida profissional e a vida familiar: Perspectivas masculinas. In K. Wall, S. Aboim & V. Cunha (Orgs.), *A vida familiar no masculino: Negociando velhas e novas masculinidades* (pp. 97-128). Lisboa: Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego.

Este trabalho foi financiado pela Direção Regional da Segurança Social da Região Autónoma dos Açores e pela FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito dos Projetos UID/4647/2020 & UID/4647 – Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais.

CAPÍTULO 6

“FAÇA O QUE QUERO OU O QUE ME MANDAM FAZER?” PERSPETIVAS DAS CRIANÇAS SOBRE OS CATL

ANA CRISTINA PALOS | ANA MATIAS DIOGO | MARGARIDA SERPA

FRANCISCO SOUSA | JORGE ÁVILA DE LIMA

Universidade dos Açores, CICS-UAc, CICS. NOVA.UAc

INTRODUÇÃO

Os centros de atividades de tempos livres (CATL) constituem, na atualidade, contextos educativos onde cada vez mais crianças se enquadram, mercê da intensificação da atividade laboral dos progenitores, sendo, por isso, convocados para prestarem serviços que antes eram predominantemente assegurados no espaço doméstico (Araújo, 2004; Halpern, 2002).

Tendo em conta o panorama internacional, uma linha robusta na produção de conhecimento sobre os CATL, em especial nos países anglo-saxónicos, acentua o papel crucial destas instituições no desenvolvimento infantil, na aprendizagem e na relação das crianças com a escola.

A investigação sobre os *after-school programs* tem evidenciado que estes têm um potencial significativo para assegurar um conjunto múltiplo de funções, incluindo o desenvolvimento emocional (Hauseman, 2016; Kayalar, 2016), o desenvolvimento de competências transversais em várias dimensões, como a resolução de problemas (Kayalar, 2016), o pensamento crítico e o empenho na aprendizagem (Little, Wimer & Weiss, 2008), a promoção do sucesso académico, a redução do absentismo e do abandono escolares (Behtoui, 2019; Durlak, Weissberg & Pachan, 2010; Goerge *et al.*, 2007; Jenson *et al.*, 2018).

A investigação também tem comprovado o papel destas instituições na compensação de algumas desvantagens sociais, designadamente a capacidade de estimularem a motivação para a aprendizagem de crianças de meios sociais mais desfavorecidos (Grolnick *et al.*, 2007), contribuindo para que estas criem vínculos sociais positivos com a escola, melhorem a sua autoperceção de eficácia e reduzam alguns comportamentos problemáticos que têm implicações negativas nos processos de aprendizagem (Durlak, Weissberg & Pachan, 2010).

A investigação sobre os CATL não tem tornado central as perspetivas das crianças. Dito de outro modo, e na perspetiva de Kellet (2010), as pesquisas têm sido realizadas *em* crianças, centrando-se mais nos propósitos dos adultos direcionados para medirem o impacto da frequência dos CATL na aprendizagem e no desenvolvimento dos seus utilizadores. Diremos que estamos em presença de uma “conceção excessivamente socializada de infância” (Sirota, 2021, p. 379), em que as crianças são perspetivadas como “sujeitos passivos das estruturas ou processos sociais” (James & Prout, 1990, p. 8), surgindo as suas vozes “invisibilizadas na voz do adulto que as interpreta” (Fernandes & Souza, 2020, p. 970) e que racionaliza as suas experiências (Palos, 2018).

No âmbito desta investigação, assumimos explicitamente a defesa de uma abordagem que concede à criança um papel de protagonista na reconstrução da sua experiência social, perspetivando-a como ator social competente e sujeito com capacidade de “produzir e comunicar visões confiáveis do mundo social” (Pechtelidis, 2021, p. 53).

Sabemos, com base no património de conhecimentos produzidos no contexto da Sociologia da Infância, que as imagens sociais sobre as crianças tendem a perspetivá-las como dependentes dos adultos, com fracas capacidades de decisão, e que estas perspetivas “adultocêntricas e paternalistas, que acentuam a imaturidade e a incompetência” (Palos, 2018, p. 14), contaminam as formas de pensamento e de ação que imperam nas instituições escolares e formativas, propensas a conceder às crianças uma reduzida margem de manobra na proposta de atividades.

Tendo em conta estes pressupostos, quisemos perceber qual o papel que as crianças desempenham no processo formativo que ocorre nos CATL, ou seja, qual a margem de manobra que têm na escolha das atividades desenvolvidas nos tempos que aí permanecem e como apreciam as atividades que aí desenvolvem.

Os dados aqui apresentados provêm da realização de 50 entrevistas a crianças, com idades compreendidas entre os 4 e os 13 anos, que frequentaram nove instituições sediadas nas ilhas Terceira e São Miguel e criteriosamente selecionadas¹. Estas entrevistas foram centradas na perspetiva das crianças sobre as funções dos CATL, as finalidades educativas valorizadas, as atividades aí desenvolvidas e as atividades idealizadas. Os dados produzidos contaram ainda com o recurso a observações diretas de tipo naturalista, realizadas durante 10 dias consecutivos nas nove instituições. O que privilegiámos nesta observação direta foi a

1 Os CATL foram selecionados, nas ilhas de São Miguel e Terceira, pela sua dimensão, ou seja, em função do número de crianças/jovens inscritos, seguindo os critérios oficiais. Dois CATL de pequena dimensão (até 20 inscrições), cinco CATL de média dimensão (que admitem entre 21 e 49 inscritos) e dois CATL de grande dimensão (com mais de 50 inscrições).

caraterização da forma de organização das atividades desenvolvidas, a iniciativa das atividades propostas – adultos ou crianças – e as interações existentes entre adultos e crianças.

1. PERSPETIVA DAS CRIANÇAS SOBRE AS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NOS CATL

A investigação tem denunciado que a programação das atividades nos CATL tende para alguma subordinação à lógica escolar. A este propósito, Araújo (2004) afirma que a principal caraterística do tempo dispensado pelas crianças em CATL é “ser monopolizado como um tempo escolarizado, aproveitado do ponto de vista educativo e social, constituindo-se assim para elas num tempo não livre por forçada ocupação” (p. 108). Essa lógica de subordinação é evidenciada pela realização, nos CATL, de trabalhos de casa (TPC) prescritos pela escola.

A observação direta realizada das interações entre adultos e crianças, nos CATL em estudo, comprova que, de facto, as matérias escolares colonizam grande parte das interações entre as crianças e os adultos, centrando-se quer na realização dos TPC, quer no esclarecimento de dúvidas em relação a alguns conteúdos programáticos (Sousa *et al.*, 2020).

O discurso de algumas crianças, em todos os CATL em estudo, também acentua a importância destas atividades:

ENTREVISTADORA: Porque é que é importante para ti vires para aqui?

ENTREVISTADA: Hum... Ts, para me ajudar a... para m'ajudar nos trabalhos e... nas dificuldades qu'eu tenho!

ENTREVISTADORA: Quais são estas dificuldades? Queres dizer?

ENTREVISTADA: Ah... sim, a de matemática! Tem alguns tipos de matemática, uns passos qu'eu não entendo. E... Estudo do Meio!

(CATL 9, feminino, 10 anos)

Os TPC constituem uma prática pedagógica que tem tanto de habitual quanto de controverso. E esta controvérsia surge espelhada não apenas nos discursos das famílias, mas igualmente nos resultados que a investigação tem produzido, nas diferentes áreas científicas que estudam esta problemática. Algumas meta-análises, referenciadas por Chouinard, Archambault e Rheault (2006), dão conta de um conjunto de investigações que perspetivam os trabalhos de casa como uma ocasião de aprendizagem importante e com impacto, enquanto outros estudos refutam, comprovadamente, o efeito positivo dos deveres escolares no rendimento académico das crianças.

Acresce que a investigação também tem salientado que, por parte das crianças, esta atividade é realizada, na maioria das vezes, não tanto pelo seu valor intrínseco de consolidação e reforço das matérias, mas para cumprir exigências e agradar aos professores e aos pais, o que tem poucos resultados em termos de aprendizagem; aliás, alguns estudos salientam que a quantidade e o tipo de trabalhos de casa solicitados às crianças podem ter impacto negativo na sua motivação e sentimento de autorrealização e acentuar o desinteresse face ao saber e à aprendizagem (Chouinard, Archambault & Rheault, 2006).

Tendo em conta a diferença de capitais culturais, económicos e sociais das famílias, o TPC pode evidenciar-se como uma “prática injusta” (Chouinard, Archambault & Rheault, 2006, p. 309), na medida em que muitas crianças não possuem em casa recursos físicos, materiais e culturais, nem podem contar com a ajuda e apoio dos pais, razões que justificam que este tipo de exigência pedagógica contribua para acentuar as desigualdades sociais (OECD, 2014) e diminuir as possibilidades de êxito das crianças de meios sociais mais desfavorecidos, ao mesmo tempo que pode ser um fator dissuasor da sua permanência na escola. Talvez por isso, nos CATL estudados na Região Autónoma dos Açores, e tal como salientado noutra estudo de cariz extensivo (Palos *et al.*, 2019), são as famílias com um perfil socioeconómico mais desfavorecido que valorizam o apoio direto que estes centros podem dar à escolaridade da criança, na vertente da realização dos TPC, perspetivada como condição essencial para garantir o sucesso das crianças e prevenir o abandono escolar (Cooper *et al.*, 1999; George *et al.*, 2007; Pensiero & Green, 2017).

Como seria expectável, é particularmente expressivo o número de crianças que valorizam os CATL enquanto espaço de sociabilidade e de brincadeira:

ENTREVISTADORA: Porque é que gostas de ir para o ATL?

ENTREVISTADA: Para eu brincar com as minhas melhores amigas.

(CATL 2, feminino, 6 anos)

A valorização da *dimensão lúdica* destes contextos de educação tem sido amplamente enfatizada, considerando-se que a brincadeira “não é uma dinâmica interna do indivíduo, mas uma atividade dotada de uma significação social” que “necessita de aprendizagem” (Brougère, 1998, p. 103). Considerada um dos traços mais emblemáticos das culturas infantis, a brincadeira permite o desenvolvimento de um conjunto diversificado de habilidades nas crianças, incluindo a “aprendizagem da sociabilidade” (Sarmiento, 2003, p. 63).

Alguns autores enfatizam o impacto diferenciado das atividades lúdicas livres e autónomas e das orientadas pelos adultos na aprendizagem e no desenvolvimento

da criança (Silva & Sarmiento, 2017). Quando brinca livremente com os seus pares, a criança tem a oportunidade de interpretar, experienciar, resolver problemas, tomar iniciativas, gerir o seu tempo, entre outros aspetos; quando as atividades lúdicas são orientadas pelos adultos, a criança submete-se apenas a um “controlo estrito do tempo, do espaço e de normas de interação” (Silva & Sarmiento, 2017, p. 43). Ainda que no discurso das crianças não seja possível diferenciar esta questão, a observação direta das atividades em alguns CATL tornou evidente que o tempo dedicado às tradições e aos dias comemorativos limitou, e nalguns casos obstaculizou, o tempo dedicado à brincadeira livre, sendo mais escassas as atividades realizadas livremente por iniciativa das crianças, como veremos mais adiante (Sousa *et al.*, 2020).

Centrando de novo o olhar na visão das crianças acerca das atividades desenvolvidas, salienta-se, em muitos discursos, a verbalização acerca das atividades de cariz mais expressivo. O predomínio de atividades relacionadas com a expressão plástica “parece ser prevalecte no quotidiano das crianças nos espaços” dedicados à ocupação dos tempos livres (Araújo, 2004, p. 96). No entanto, um número muito significativo de crianças refere que desenhar, pintar, recortar e colar se encontram entre as atividades que não gostam de realizar nestes contextos:

ENTREVISTADO: É... pintar desenhos como eu já disse e quando... é só quando a gente faz desenhos!

ENTREVISTADORA: Não gostas de desenhar?

ENTREVISTADO: Não!

(CATL 8, masculino, 8 anos)

Esta apreciação pode decorrer do recurso excessivo a estas atividades por parte das instituições, e, por isso, as crianças tendem a desvalorizá-las, justamente, pela forma como são pedagogicamente geridas. As atividades relacionadas com a expressão plástica, em particular o desenho, constituem uma das manifestações mais emblemáticas das culturas infantis, permitindo à criança exprimir a sua imaginação (Sarmiento, 2011). Mas o desenho pode ser desenvolvido “no quadro da cultura de inserção que autoriza ou inibe a expressão gráfica da criança, que a exalta ou a recalca, que a instrui, a proíbe ou a liberta” (Sarmiento, 2011, p. 29) e estas condições de produção influenciam as capacidades criativas das crianças; os momentos de realização das atividades de expressão plástica nos CATL – as festividades e os dias comemorativos – rotinizam e prescrevem uma atividade infantil que permite à criança “exteriorizar a sua subjectividade algo que tem de vir de dentro das vivências da própria” (Araújo, 2004, p. 99). Neste sentido, a

desvalorização destas atividades por parte das crianças pode denunciar não apenas o seu uso excessivo nos centros educativos, mas também a excessiva orientação aqui assumida por parte do adulto.

2. INICIATIVA DAS ATIVIDADES: QUEM PROPÕE E O QUÊ?

Em que medida os CATL constituem espaços onde as crianças exercitam a sua autonomia e liberdade de escolha?

A mais recente definição oficial de CATL na Região Autónoma dos Açores refere que a ocupação dos tempos livres nestes Centros se deve concretizar “através da promoção do lazer, [...] num ambiente lúdico, de liberdade e com potencial pedagógico” (artigo 51.º do Decreto Legislativo Regional n.º 1/2018/A). Este apelo à realização de atividades num “ambiente de liberdade” assenta no pressuposto de que “o tempo livre será o tempo em que escolhemos fazer ou não fazer o que queremos, e não aquilo que os outros nos impõem ou sugerem” (Araújo, 2004, p. 11). A investigação tem evidenciado, porém, que os CATL tendem a impor uma programação muito regulada e estruturada pelos adultos, com escassa participação das crianças nas decisões relativas à escolha e à organização das atividades (Silva, 2010).

A observação realizada nos nove centros educativos estudados dá conta da preponderância dos adultos na definição das atividades:

Tabela 1. Iniciativa das atividades nos CATL (%)

	CATL de pequena dimensão	CATL de média dimensão	CATL de grande dimensão	Total
Iniciativa das crianças	15	11	14	40
Propostas pelos adultos	20	20	20	60

Fonte: Observação direta das atividades (Sousa *et al.*, 2020)

Percebemos pelos dados expressos que, ainda que os CATL sejam espaços mais informais, as atividades que se realizam nestes contextos são maioritariamente direcionadas e dirigidas pelos adultos, menorizando-se a possibilidade de iniciativa das crianças, num contexto que “é concebido como espaço de e para crianças” (Araújo, 2004, p. 73).

A participação das crianças nas questões que as implicam tem sido uma temática muito enfatizada por movimentos pedagógicos. Partindo de um pensamento crítico sobre o modelo escolar, são várias as correntes pedagógicas que, desde o

século XIX, reconhecem à criança “um papel central e ativo nos processos de aprendizagem e proclamam uma ação pedagógica ajustada às suas necessidades e interesses” (Palos, 2021, p. 373).

No domínio da cidadania, a participação é perspetivada como um direito humano essencial, consagrado pela Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Crianças (1989), devendo a opinião das crianças ser considerada sempre que se trate de tomar decisões que a afetem (artigo 12.º). Neste sentido, é reconhecido às crianças “o direito de interferirem na organização do seu próprio trabalho, em parceria com os outros trabalhadores, no respeito das suas competências próprias e de um modo ajustado à sua idade e esfera de influência” (Barroso, 1998, p. 12). Sendo consideradas sujeitos com capacidade de decisão, a sua participação nos contextos sociais constitui também “uma forma de educação para a cidadania, pela prática” (Perrenoud, 2000, p. 106).

Os registos das observações diretas realizadas nas instituições em estudo dão conta de que, em pouco menos de metade do volume de dados produzidos (7332 unidades de registo), as crianças são de facto inquiridas sobre o que querem fazer. Apenas em três CATL não houve registo de qualquer solicitação nesse sentido e num deles verificou-se uma situação em que o adulto considerou não dever colocar à criança uma hipótese de escolha:

A criança pergunta pelo filme que vão ver e o adulto responde: “É o que eu escolher! Senta-te e verás!”

Esta posição é justificada pelo adulto como forma de evitar desacordo entre as crianças e não gerar conflito. De um ponto de vista educativo, a situação poderia ter sido aproveitada para ensaiar estratégias de negociação e de resolução de conflitos, na medida em que a “conflitualidade pode ser entendida como um processo de crescimento e de construção permanente da socialização” (Silva & Sarmento, 2017, p. 41).

Numa análise mais fina dos registos, categorizados como colocando a seleção das atividades na iniciativa das crianças, é possível delimitar dois posicionamentos no que respeita à participação das crianças.

Alguns adultos emitem orientações que denunciam um efetivo reconhecimento da autonomia e da capacidade de autodeterminação da criança na escolha das atividades:

“O que fazemos?”; “Queres fazer alguma coisa?”; “O que vais fazer?”; “Queres algo para fazer?”; “Então, o que queres fazer?”; “Não queres fazer nada hoje?”

Mas a maior parte dos registos torna imperativa a escolha de uma atividade, a partir das opções determinadas pelos adultos:

“O que vocês querem fazer no dia das amigas?”; “Vocês não querem jogar outro jogo?”; “Diz-me uma coisa para desenhar?”; “Então, hoje vocês escolhem se querem ir lá para fora ou comer pipocas e ver um filme?”; “Quem quer ir para a sala ou para o ginásio?”; “Queres pintar um desenho ou fazer um desenho?”; “Queres ir brincar?”; “Queres pintar?”; “Queres pintar agora com lápis de cor?”; “Queres brincar com o giz no quadro?”; “Vocês querem ver livros?”; “Não queres um livro?”

As perguntas colocadas denunciam uma intenção de controlo e regulação das crianças (Prout, 2000), uma postura paternalista que afasta a efetiva possibilidade de participação da criança. Na nossa perspetiva, estas questões configuram o que Hart (1992) considera serem as etapas da não participação – manipulação, decoração e *tokenismo* – em que há apenas uma participação simbólica, pois a criança só é auscultada, e neste caso de forma enviesada pelo adulto, o que limita à partida as suas possibilidades de escolha e as decisões a tomar.

Apesar de não termos questionado diretamente os adultos acerca dos motivos que os levam a não equacionar a participação das crianças na escolha das atividades, há registos que nos fazem pensar em algumas razões:

“As crianças têm muita dificuldade em brincar de forma estruturada, verificando-se que no recreio iniciam uma brincadeira que nunca seguem, acabando sempre apenas às corridas ou voltas pelo recreio”; “Atiram brinquedos uns para os outros enquanto cantam *I believe I can fly*”; “Seis crianças, da pré ao 2.º ano, rastejam pelo chão e por baixo da mesa.”

Ainda que possamos entender que estas ações possam degenerar em alguma desordem difícil de gerir em espaços exíguos, não podemos deixar de refletir que são situações como estas que estão na base das decisões que muitos profissionais assumem de controlo e diretividade nas atividades propostas às crianças.

Ora, o brincar, de que fala o registo anterior, constitui uma atividade com importantes implicações no desenvolvimento de competências infantis, como já referimos. Por um lado, através da brincadeira, a criança exercita a liberdade, pois trata-se de uma atividade não estruturada que não tem em “vista uma produção preestabelecida” (Silva & Sarmiento, 2017, p. 41); ao brincar, a criança pratica ainda a autonomia, a independência e o “poder de iniciativa”, já que, “enquanto brinca, sente que domina parte da vida, que é capaz de escolher sozinha ao que quer brincar, como quer brincar e o que fazer com o material que encontra ao

seu dispor” (Silva & Sarmiento, 2017, p. 41), material este que, frequentemente, é usado nas brincadeiras de forma não literal pela criança (Sarmiento, 2003).

Um outro indicador importante que comprova a ausência de participação das crianças na seleção das atividades é a forma como é organizado e estruturado o trabalho pedagógico. Nas observações efetuadas ficou perceptível que não é frequente que seja estruturado mediante diálogo prévio com a criança na medida em que é planeado na sua ausência, na linha do observado por Araújo (2004) nas instituições estudadas pela autora. Os registos recolhidos nas nove instituições que estudámos referem, de forma explícita, aspetos da preparação de atividades e materiais, atividade dirigida pelos adultos:

“Adulto chega à sala e começa a organizar a atividade da dança dos cadarços”; “Adulto continua a preparar os cartões com agulhas [espécie de tear] para as crianças”; “Adulto está a fazer uma mistura de cores de tintas”; “Adulto copia um desenho de uma casa a partir do telemóvel para depois tirar fotocópia para as crianças pintarem”; “Adulto copia o desenho de um unicórnio a partir do telemóvel para uma folha branca”; “Adultos preparam uma atividade, colam excertos de uma canção numa zona onde tem um plástico na parede e conversam sobre o que vão fazer”; “Adulto está a preparar as expressões artísticas para o dia seguinte”; “Adultos organizam pinturas das crianças e um regista ocorrências do dia e organiza dia seguinte – Festividade do Dia das Amigas.”

Diremos, na linha de Araújo (2004, p. 95), que a conceção subjacente “a este tipo de práticas toma as crianças como seres não activos, sem capacidade de iniciativa e sem identidade (uma vez que acham que qualquer actividade serve para qualquer criança de qualquer faixa etária em qualquer ano lectivo que se pratique)”.

Reconhecendo a importância da agência infantil, quisemos auscultar as propostas das crianças para transformar os CATL num contexto mais ajustado à suas expectativas e necessidades.

3. AS CRIANÇAS COMO ATORES CRÍTICOS E REFLEXIVOS: PROPOSTAS PARA OS CATL

Como temos vindo a afirmar, assumimos que não é possível compreender as crianças sem priorizar os seus argumentos e as suas ideias sobre os processos que as implicam, razão pela qual lhes propusemos que se colocassem no papel de decisores e enunciassem um conjunto de propostas que gostariam de ver implementadas nas instituições que frequentam.

Em pleno uso do seu pensamento reflexivo e crítico, algumas crianças inventariam um conjunto de propostas com a finalidade de melhorarem as atividades educativas nestes centros².

Tabela 2. Propostas das crianças para mudanças nos CATL

Foco da mudança	Ações propostas
Materiais pedagógicos e lúdicos disponibilizados	Renovar o material de pintura, de desporto, audiovisuais e brinquedos
Atividades	Ter acesso a atividades de expressão musical, atividades culturais e atividades no exterior da instituição
Brincadeiras	Ter oportunidade de brincar livremente, com acesso ao exterior

Fonte: Entrevistas às crianças (Sousa *et al.*, 2020)

Muitos crianças apontam a necessidade de requalificação e apetrechamento dos espaços onde funcionam os CATL, o que se percebe pelo pouco investimento que, nalguns contextos sociais, é feito para melhorar a qualidade destas instituições³; ora, em nosso entender, esse fraco investimento também pode decorrer do facto de serem espaços de frequência facultativa, onde passam relativamente pouco tempo e que, na sua génese, assumiram uma *função supletiva* ou complementar da família, tendo como principal finalidade a tarefa de manter as crianças seguras enquanto os pais trabalham (Halpern, 2000; 2002).

As propostas de renovação dos materiais pedagógicos passam, como referido na tabela anterior, por substituir os materiais de pintura, os materiais de desporto, a televisão ou os brinquedos disponíveis:

ENTREVISTADO – Há poucas coisas de futebol, poucos jogos para jogar e ter uma coisa para ver filmes.

ENTREVISTADOR – Uma televisão?

ENTREVISTADO – A televisão está lá, mas aquela televisão já se avariou.

(CATL 2, masculino, 9 anos)

2 Uma larga maioria de crianças não se pronunciou sobre esta questão.

3 Como referimos em estudo anterior (Palos *et al.*, 2019), é necessário regular as condições de funcionamento destas instituições, pugnando para que tenham condições físicas e materiais equiparadas que lhes permitam desenvolver atividades diversificadas, apelativas e potencialmente promotoras do desenvolvimento infantil.

ENTREVISTADO – Tinha posto todos os brinquedos novos aqui.
(CATL 4, masculino, 5 anos)

Há aqui uma variabilidade segundo a idade, pois tendencialmente as crianças mais novas colocam mais a tónica nos brinquedos, enquanto para os mais velhos jogar ou ver televisão constituem formas preferidas de ocupação dos tempos livres, o que se aproxima da constatação de Pronovost (2002) para o contexto do Quebeque.

Algumas crianças sugerem que os centros reequacionem o tipo de actividades propostas, não apenas, como referimos anteriormente, reduzindo o peso das actividades da expressão plástica nas expressões artísticas ou o tempo ocupado na realização dos TPC, mas introduzindo novas actividades como a dança, a música ou outras de cariz mais cultural, como, por exemplo, visitas a equipamentos culturais da comunidade:

ENTREVISTADORA – E agora a última pergunta: se tu mandasses neste ATL, o que é que tu e os teus colegas faziam aqui ao longo da tarde?

ENTREVISTADA – Muito menos trabalho, mais diversão.

ENTREVISTADORA – E que tipo de diversões é que vocês faziam, por exemplo?

ENTREVISTADA – Brincar mais, jogar mais e fazer mais actividades.

ENTREVISTADORA – Que actividades?

ENTREVISTADA – Cantar e não recortar.

(CATL 6, feminino, 8 anos)

ENTREVISTADORA – Gostarias de fazer outras coisas?

ENTREVISTADO – Sim.

ENTREVISTADORA – Tipo o quê?

ENTREVISTADO – Passear, eu queria uma actividade para ir a um museu, para ir à biblioteca.

(CATL 7, masculino, 9 anos)

Este depoimento aproxima-se, em termos de propostas, do estipulado no guião para a implantação, instalação e funcionamento dos CATL (Macedo, 1998), que recomenda que seja proporcionada “uma vasta gama de actividades integradas num projecto de animação sociocultural em que as crianças e os jovens possam escolher e participar livremente” (p. 7), e não a reprodução de uma lógica escolar e o fechamento destas instituições em relação ao contexto local e aos recursos culturais aí existentes.

Muitas crianças reivindicam mais tempo dedicado à brincadeira e em espaços exteriores, algo que nem todas as instituições possuem:

ENTREVISTADORA – Okay! E agora vamos imaginar que tu és um adulto, e que mandas no ATL. És o chefe agora! O que é que as crianças iam fazer quando chegassem ao ATL?

ENTREVISTADO – Iam comer! E depois prà rua!

ENTREVISTADORA – Toda a tarde na rua?

ENTREVISTADO – Toda a tarde!

(CATL 9, masculino, 8 anos)

ENTREVISTADORA – Outras atividades? Queres dar o exemplo d ealguma?

ENTREVISTADO – Como ir pà rua, ir pò ginásio e deixá-las brincarem!

(CATL 8, masculino, 8 anos)

Estas crianças parecem reivindicar, nos seus depoimentos, um outro formato de organização dos tempos livres, menos “monopolizado pelas lógicas adultas” (Araújo, 2004, p. 112) e mais imerso numa cultura lúdica.

CONCLUSÃO

As orientações normativas estabelecidas para regular as atividades nos contextos CATL sugerem que estes sejam perspetivados como espaços não escolares, mais vinculados ao desenvolvimento de atividades lúdico-pedagógico-culturais, com potencial pedagógico e realizadas em clima de liberdade. Tal entendimento coloca na criança o poder de, em parceria com os adultos, organizar e gerir as atividades que realiza, por forma a que estas se tornem significativas.

Mas, quando perspetivamos a lógica de funcionamento destes espaços e caracterizamos as formas de organização do trabalho e a relação pedagógica, salientam-se os traços de uma cultura mais próxima da escolar, na medida em que prevalece uma programação mais estruturada e controlada pelos adultos do que sugerida pelas crianças. De facto, os dados analisados apontam para a preponderância do controlo dos adultos no processo e para uma menor margem de manobra das crianças, sendo estas remetidas a um papel passivo de escolher entre as oportunidades instrumentalmente delimitadas pelos adultos. Respondendo à questão inicialmente colocada, diremos que, nestes espaços, as crianças têm menos oportunidades do que seria desejável de poderem decidir sobre a forma como ocupam o tempo que aí passam.

E se às crianças fosse dado poder de decisão, o que mudariam? A expressão “deixá-las brincarem!” proferida por uma das crianças entrevistadas resume grande parte das propostas enunciadas para a mudança nos CATL e denuncia uma relativa desvalorização a que, nestes espaços, é votada a brincadeira livre e espontânea. As crianças têm ideias bastante precisas sobre as atividades

que poderiam ser desenvolvidas para obstar ao monopólio da expressão plástica, que habitualmente coloniza as atividades nestes contextos, e propõem que outras dimensões da expressividade humana sejam exploradas. Algumas crianças manifestam-se críticas relativamente ao confinamento das atividades no espaço das instituições e gostariam de ver rentabilizados, do ponto de vista pedagógico, alguns recursos das comunidades locais como museus, bibliotecas, entre outros.

BIBLIOGRAFIA

- ARAÚJO, M. (2004). *ATL: actividades de tempo livre sem tempo nem liberdade*. Dissertação de Mestrado. Porto: Universidade do Porto.
- BARROSO, J. (1998). *Para o desenvolvimento de uma cultura de participação na escola*. Lisboa: IIE.
- BEHTOUI, A. (2019). Swedish young people's after-school extra-curricular activities: attendance, opportunities and consequences, *British Journal of Sociology of Education*, 40(3), 340-356.
- BROUGÈRE, G. (1998). A criança e a cultura lúdica. *Revista da Faculdade de Educação*, 24(2), 103-116.
- CHOUINARD, R., Archambault, J., & Rheault, A. (2006). Les devoirs, corvée inutile ou élément essentiel de la réussite scolaire ? *Revue des sciences de l'éducation*, 32(2) 307-324.
- COOPER, H., Valentine, J. C., Nye, B., & Lindsay, J. J. (1999). Relationships between five after-school activities and academic achievement. *Journal of Educational Psychology*, 91(2), 369-378.
- DURLAK, J., Weissberg, R., & Pachan, M. (2010). A meta-analysis of after-school programs that seek to promote personal and social skills in children and adolescents. *American Journal of Community Psychology*, 45, 294-309.
- FERNANDES, N.; Souza, L. F. (2020). Da afonia à voz das crianças nas pesquisas: uma compreensão crítica do conceito de voz. *Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)Biográfica, Salvador*, 5(15), 970-986.
- GEORGE, R., Cusick, G. R., Wasserman, M., & Gladden, R. M. (2007). *After-school programs and academic impact: A study of Chicago's After School Matters*. Chicago: Center for Children at the University of Chicago.
- GROLNICK, W. S., Farkas, M. S., Sohmer, R., Michaels, S., & Valsiner, J. (2007). Facilitating motivation in young adolescents: Effect of an afterschool program. *Journal of Applied Developmental Psychology*, 28, 332-344.
- HALPERN, R. (2000). The Promise of After-School Programs for Low-Income Children. *Early Childhood Research Quarterly*, 15(2), 185-214.
- HALPERN, R. (2002). A different kind of child development institution: the history of after-school programs for low-income children. *Teachers College Record*, 104(2), 178-211.

- HART, R. (1992). Children's Participation: From tokenism to citizenship. *Innocenti Essays 4*. Florence: UNICEF International Child Development Centre.
- HAUSEMAN, D. C. (2016). Best practices in after-school programing for secondary school students. *Canadian Journal for New Scholars in Education/ Revue canadienne des jeunes chercheurs et chercheurs en éducation*, 7(1), 123-132.
- JAMES, A., & Prout, A. (1990). *Constructing and reconstructing childhood: contemporary issues in the sociological study of childhood*. London: Falmer Press.
- JENSON, J., Veeh, C., Anyon, Y., Mary, J., Calhoun, M., Tejada, J., & Lechuga-Peña, S. (2018). Effects of an afterschool program on the academic outcomes of children and youth residing in public housing neighborhoods: A quasi-experimental study. *Children and Youth Services Review*, 88, 211-217.
- KAYALAR, F. (2016). Views of teachers on the benefits of after-school programs and summer programs in terms of social emotional learning. *Merit Research Journal of Education and Review*, 4, 6-13.
- KELLETT, M. (2010). *Rethinking Children and Research*. London: Continuum.
- LITTLE, P., Wimer, C., & Weiss, H. (2008). *After school programs in the 21st century: Their potential and what It takes to achieve it*. Cambridge, MA: Harvard Family Research Project.
- MACEDO, E. (1998). *Centro de Atividades de Tempos Livres – Condições de implantação, instalação e funcionamento*. Lisboa: Direção-Geral da Acção Social, Núcleo de Documentação Técnica e Divulgação.
- OECD (Organisation for Economic Co-operation and Development) (2014). Does Homework Perpetuate Inequities in Education?. *PISA in Focus*, 46, <https://doi.org/10.1787/5jxrhqhtx2xt-en>.
- PALOS, A. C., Sousa, F., Lima, J. A., Diogo, A. M., & Sebastião, C. (2019). *Estudo de caracterização dos CATL, das famílias e das crianças: Relatório final*. Ponta Delgada: CICS.NOVAUAc/ CICS.Uac.
- PALOS, A.C. (2018). Desafios da investigação com crianças na formação de professores: contributos da sociologia da infância. *Educação e Pesquisa*, vol. 44, e182055, 1-19.
- PALOS, A.C. (2021). Ofício de aluno/Pupilhood. In C. Tomás, G. Trevisan, M.J.L. Carvalho & N. Fernandes, *Conceitos-chave em Sociologia da Infância. Perspetivas Globais / Key Concepts on Sociology of Childhood. Global Perspectives* (pp. 369-375). Braga: UMinho Editora.
- PECHTELIDIS, I. (2021). A Criança como Ator Social / The Child as a Social Actor. In C. Tomás, G. Trevisan, M.J.L. Carvalho & N. Fernandes, *Conceitos-chave em Sociologia da Infância. Perspetivas Globais / Key Concepts on Sociology of Childhood. Global Perspectives* (pp. 53-57). Braga: UMinho Editora.
- PENSIERO, N., & Green, F. (2017), Out-of-school-time study programmes: do they work?. *Oxford Review of Education*, 43(1), 127-147.
- PERRENOUD, P. (2000). *10 novas competências para ensinar: convite à viagem*. Porto Alegre: Artmed.

- PROUT, A. (2000), Children's participation: control and self-realisation in British late modernity. *Children & Society*, 14, 304-315.
- PROVONOST, G. (2002). Emploi du temps et pratiques culturelles. In J. Auban, C. Lavallé, J. Camirand, N. Audet, Enquête sociale et de santé auprès des enfants et des adolescents québécois 1999 (pp. 253-291). Québec: Institut de la Statistique du Québec.
- SARMENTO, M. J. (2011). Conhecer a infância: os desenhos das crianças como produções simbólicas. In A.J. Martins Filho & P.D. Prado (orgs.), *Das Pesquisas com Crianças à Complexidade da Infância* (pp. 27-60.). Campinas: Autores Associados.
- SARMENTO, M.J. (2003). Imaginário e culturas da infância. *Cadernos de Educação*, 12(21), 51-69.
- SILVA, M. (2010). *Do jardim-de-infância ao centro de atividades de tempos livres: representações das crianças sobre o brincar*. Dissertação de Mestrado em Estudos da Criança, especialização em Associativismo e Animação Sócio-Cultural. Braga: Instituto de Educação da Universidade.
- SILVA, M. C., & Sarmento, T. (2017). O brincar na infância é um assunto sério... In T. Sarmento, F. I. Ferreira & R. Madeira (orgs.), *Brincar e aprender na infância* (pp. 39-56). Porto: Porto Editora.
- SIROTA, R. (2021). Ofício de criança/Childhood as an Occupation. In C. Tomás, G. Trevisan, M.J.L. Carvalho & N. Fernandes, *Conceitos-chave em Sociologia da Infância. Perspetivas Globais / Key Concepts on Sociology of Childhood. Global Perspectives* (pp. 379-383). Braga: UMinho Editora.
- SOUSA, F., Palos, A. C. (Coord.), Diogo, A. M., & Serpa, M. (2020). *Estudo de identificação das perspetivas dos principais intervenientes nos CATL. Relatório final*. Ponta Delgada: CICS.NOVAUAc/CICS.Uac.

Este trabalho foi financiado pela Direção Regional da Segurança Social da Região Autónoma dos Açores e pela FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito dos Projetos UID/4647/2020 & UID/4647 – Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais.

CAPÍTULO 7

O DIVÓRCIO NOS AÇORES – UMA ABORDAGEM EXPLORATÓRIA

PIEADADE LALANDA

Escola Superior de Saúde, Universidade dos Açores

INTRODUÇÃO – O DIVÓRCIO COMO OBJETO DE PESQUISA

O divórcio foi tema recorrente nas pesquisas da sociologia da família quando, no final da década de 1990, os números dispararam em Portugal, resultado de duas décadas da aplicação da lei (Lei n.º 6/76, de 10 de janeiro) que passou a permitir a dissolução do casamento, uma realidade fortemente associada ao debate sobre liberdade, igualdade de género e contestação das instituições.

Anália Torres (1996, 1999, 2002) é uma das autoras incontornáveis na investigação sobre o divórcio em Portugal, contribuindo para a compreensão das alterações do casamento e da própria estrutura familiar, que explicam o recurso à dissolução do laço conjugal.

O divórcio, tal como o identificamos nas estatísticas, resulta de uma rutura conjugal formalizada. Aliás, segundo Phillips (1996, p. 139), “não consideramos um casal divorciado se a dissolução do casamento não tiver sido sancionada por lei”. No entanto, o divórcio pode ser apenas uma etapa de um processo mais longo de rutura conjugal, que envolve separação, abandono e outras formas de dissolução da relação, algumas das quais não convertidas em divórcio. As próprias leis do divórcio afetaram os números de dissoluções formais do casamento (Phillips, 1996), facilitando ou dificultando essa dissolução.

Em Portugal o divórcio legal foi introduzido após a proclamação da República em 1910 (Lei de 3 de novembro) e, segundo Cordeiro (2011), esse foi um facto “fraturante”, que provocou um choque sociocultural e separou as pessoas, “independentemente da sua posição política” (Cordeiro, 2011, p. 47). Portugal era, à época, um dos poucos países europeus que não admitiam o divórcio, à semelhança da Espanha e da Itália, em grande parte devido à pressão da Igreja católica.

A lei de 3 de novembro de 1910 admitia o divórcio por mútuo consentimento e o divórcio litigioso (Cordeiro, 2011, p. 75). De acordo com Cordeiro (2011), o

diploma, surgido num quadro europeu em que outros países já haviam aprovado leis de divórcio, consistiu num documento extenso, bem estruturado, da autoria de Afonso Costa (Cordeiro, 2011, p. 84). “[D]ecretado pelo Governo e promulgado com o Parlamento fechado” (Revez, 2020), foi uma lei “adotada sem discussão pública e sem que tivesse sido incluída num programa submetido a sufrágio”. Na mesma altura foram aprovadas outras leis, também elas “fraturantes”, como a da separação entre a Igreja e o Estado. Podemos ainda acrescentar que, segundo Torres (1999, p. 14), Portugal foi o segundo país a legalizar o divórcio por mútuo acordo, a seguir à Noruega (1909).

Segundo o boletim da Assembleia da República, em 1900 o deputado do Partido Progressista Sampaio de Melo já havia apresentado um projeto de lei que visava a instauração do divórcio para os casamentos civis (Revez, 2020).

Em 1940, por efeito da Concordata, o divórcio deixou de poder ser praticado por quem, a partir dessa data, casasse canonicamente, mesmo que o casamento católico fosse malsucedido (Torres, 1999, p. 14).

“Em virtude da Concordata firmada em Maio de 1940 entre a República Portuguesa e a Santa Sé, complementada por legislação nacional, foi reposto o reconhecimento de efeitos civis aos casamentos canonicamente celebrados e ficou vedada a possibilidade de divórcio aos que celebrassem casamento canónico, tudo a partir de 1 de Agosto de 1940.” (Cid, N. , 2012, resumo)

Entretanto, o decreto de 3 de novembro de 1910 manteve-se em vigor até à alteração do Código Civil de 1966 (Cordeiro, 2011, p. 79). Neste código foram introduzidas restrições, nomeadamente a possibilidade de requerer o divórcio por mútuo consentimento, limitando a separação a pessoas e bens e a um período de três anos até que o divórcio fosse consumado, adiando dessa forma a decisão tomada pelos cônjuges (Oliveira, 2005).

“O Código Civil de 1966 dificultou a dissolução por divórcio dos casamentos não abrangidos pela proibição. Goraram-se iniciativas empreendidas em 1971 e 1972 no sentido da revisão da Concordata. Entre 1941 e 1974 a incidência estatística dos casamentos católicos foi sempre superior a 80%, chegando a atingir mais de 90%, e a percentagem de divórcios nunca atingiu os 2%.” (Cid, N. S., 2012, resumo)

É com a revolução de 1974 que o divórcio passa a ser aplicado a casamentos civis ou católicos (Decreto-Lei n.º 261/75, de 27 de maio), com um Protocolo adicional à Concordata, onde se pode ler:

“Sujeito à lei do Estado no que concerne aos efeitos, o casamento católico passará, portanto, a poder ser dissolvido nos tribunais civis, nos mesmos termos e com os mesmos fundamentos com que pode ser dissolvido um casamento civil.”

O divórcio, entretanto legislado, viria a ser consagrado no Código Civil, revisto pelo Decreto-Lei n.º 496/77, de 25 de novembro. Entre outras alterações, são reformuladas as condições do divórcio por mútuo consentimento: é retirada a exigência de uma idade mínima para o divórcio, mantendo, no entanto, uma duração mínima para o casamento (três anos); definem-se regras sobre as questões da responsabilidade parental, nomeadamente a sobrevivência alimentar dos filhos e a utilização da casa de morada de família; e “elimina-se a culpa como fundamento do divórcio, sem consentimento do outro” (Torres, 1999, p. 15).

O regime do divórcio manteve-se inalterado durante vinte anos (Oliveira, 2005), até 1995, aquando da redação do novo Código do Registo Civil. Em 1998 foi suprimido o prazo de duração mínima do casamento, para divórcios por mútuo consentimento, passando este tipo de processo a ser requerido e decidido nas Conservatórias do Registo Civil, tendo sido notória a simplificação do processo (Oliveira, 2005). Guilherme Oliveira refere mesmo que Portugal é dos poucos países “onde o divórcio pode ser decretado por uma autoridade administrativa e com um formalismo tão simples”, num regime que deixa “à autonomia dos cônjuges a livre decisão de extinguir o vínculo matrimonial, sem qualquer tutela ou paternalismo da lei” (2005, s/p).

A Lei n.º 61/2008, de 31 de outubro, alterou profundamente o regime jurídico do divórcio em Portugal, nomeadamente com a possibilidade de um dos cônjuges requerer o divórcio por “violação culposa dos deveres conjugais”, entre outras alterações, passando a valer sobretudo a prova da rutura objetiva do matrimónio, o que aproximou a legislação portuguesa da maioria dos sistemas europeus (Oliveira, 2005).

De acordo ainda com Perquilhas e Figueiredo (2020, p. 361), uma das alterações introduzidas prende-se com a “modificação da própria nomenclatura legal, face à substituição do tradicional divórcio litigioso pelo divórcio sem consentimento de um dos cônjuges (artigo 1773.º CC)”.

Com a lei de 2008, o divórcio tornou-se num processo “menos culposos” e mais fundamentado na rutura conjugal, partindo do princípio de que a conjugalidade implica um conjunto de deveres, decorrentes da “união de afeto, de cooperação e de coabitação característica do casamento: mais do que efeitos do casamento, esses deveres integram, pela própria natureza das coisas, a relação conjugal e pertencem ao seu conteúdo. Nessa medida, não pode deixar de entender-se que a violação de tais deveres conjugais poderá consubstanciar um

dos factos denunciadores de uma rutura definitiva do casamento e, como tal, fundamento de divórcio sem o consentimento de um dos cônjuges” (Perquilhas e Figueiredo, 2020, p. 364).

Da leitura dos dados em Portugal, verifica-se que a alteração da lei coincide com uma tendência decrescente no número de divórcios.

1. O DIVÓRCIO COMO FENÓMENO SOCIOLÓGICO

Apesar do carácter jurídico que define a formalização da rutura do casamento, estudar o divórcio vai muito para além das cláusulas jurídicas que o permitem ou impedem. Estamos perante um acontecimento que é sempre o resultado de um processo. Não acontece no dia em que é decretado, antes corresponde a uma etapa de um casamento que se desfaz.

Conforme referem as autoras de um texto que compara os divórcios em 2001 e 2010 (Gaspar, Ramos & Ferreira, 2013), desde os trabalhos de Anália Torres a temática do divórcio tem sido pouco abordada. Este vazio de publicações poderá refletir a incorporação de um fenómeno que, ao longo das primeiras décadas da sua legalização, foi sendo progressivamente assumido como fazendo parte das representações do casamento, que deixou de ser entendido como uma relação indissolúvel. Ao mesmo tempo, as investigações sociológicas abandonam as causas do divórcio (Lambert, 2009), que, entretanto, aumenta de forma sustentada, para se voltarem para os seus impactos, particularmente nas crianças, na condição socioeconómica das famílias.

No dizer de Anália Torres (1999), o divórcio ocorre na sequência de três movimentos que marcaram a vida conjugal no século XX: *sentimentalização*, *individualização* e *secularização*. No primeiro, destaca-se a centralidade dos afetos na construção da vida conjugal e na relação entre pais e filhos, correspondendo ao sentimento de bem-estar associado à vida familiar; no segundo, estamos perante a valorização do indivíduo no grupo, com principal destaque para as questões da igualdade entre homens e mulheres; finalmente, a secularização marca a dessacralização do laço conjugal, com o conseqüente recuo do número de casamentos católicos.

Passadas as primeiras décadas sobre a legalização do divórcio para casamentos civis e católicos, foi ocorrendo a incorporação desta prática, levando muitos dos investigadores a olhar menos para as causas e mais para as conseqüências deste fenómeno, nomeadamente o impacto nos filhos, a relação com o “padrasto” ou “madrasta” e as novas formas de família.

No caso dos Açores, não temos conhecimento de que tenham sido realizados estudos sobre o divórcio, apesar de este indicador demográfico atingir valores

elevados nesta região, o que suscita questões e interrogações que, neste texto exploratório, ficam por responder.

Abordar o tema do divórcio vai muito para além dos dados que iremos apresentar de forma sumária, tendo por base as estatísticas demográficas a que tivemos acesso. Falar de divórcio, hoje como ontem, é abordar a transformação da realidade familiar, nomeadamente a representação do casamento. Casamento e divórcio refletem a transformação da própria estrutura familiar, enquanto forma, mas também dos papéis sociais de género, relacionados com “novas formas de encarar o corpo e a sexualidade, ilustradas em novas estratégias de fecundidade e na redução do número de filhos por mulher” (Gaspar, Ramos & Ferreira, 2013, p. 82).

2. DIVORCIALIDADE E NUPCIALIDADE

De acordo com Anália Torres (1999, p. 71-72), para se compreender o aumento de ruturas conjugais, “é necessário identificar um conjunto mais vasto de mudanças sociais. [...] Mudaram, no mesmo arco temporal, práticas e conceções sobre a vida familiar, aumentaram as margens de autonomia e liberdade individual no plano da vida privada, a sexualidade e a relação com o corpo passaram a ser encaradas de forma diferente. Assistiu-se ainda à transformação, provavelmente das mais radicais deste século, do estatuto social das mulheres.” Desta forma o casamento deixou de ser entendido como uma instituição a preservar a qualquer preço, valorizando-se a relação conjugal, que se espera de qualidade e satisfatória.

Hoje o casamento é cada vez menos entendido como uma imposição social, mas antes uma escolha afetiva, na qual se “privilegia a qualidade dos laços interpessoais e afetivos entre os cônjuges em detrimento de uma visão mais tradicional e institucional” (cit. Torres, 1996, *in* Gaspar, Ramos & Ferreira, 2013, p. 83).

Apesar de termos poucos dados sobre a união de facto enquanto forma de viver a conjugalidade à margem do quadro formal do casamento, podemos registar o forte aumento dos nascimentos fora do casamento, particularmente nos casos em que os pais possuem residência comum aquando do nascimento dos filhos.

O casamento formal é, cada vez mais, um ato de validação pública de uma escolha pessoal. Os casais, muito frequentemente, vivem numa residência comum antes do casamento e fazem do ritual, civil ou religioso, uma festa de consagração/validação da sua condição de casal, assumindo publicamente o estatuto de casados.

Enquanto cerimónia pública, o ritual do casamento permite dar visibilidade à aproximação das redes de parentesco dos cônjuges, apesar de a centralidade

desta cerimónia estar cada vez mais nos noivos e menos nas famílias de ambos. No entanto, o ritual mantém vivos alguns elementos simbólicos que remontam à imagem da mulher virgem que é entregue pelo pai ao esposo e que, a partir do dia do casamento, passa a fazer parte da sua família. Aparentemente, o casamento católico está mais associado à festa/boda, conclusão a que chegamos numa pesquisa recente (Lalanda, 2021) e que parece confirmar-se no número de casamentos católicos de 2020, quando as restrições sanitárias impediram festas e convívios com números elevados de pessoas, como habitualmente acontece nas bodas.

Menos sacralizado, o casamento não religioso mantém o carácter formal do laço; logo, em caso de rutura, implica sempre uma dissolução, também ela formal.

Quando olhamos para os efeitos da legislação do divórcio na dissolução de casamentos civis e católicos, é evidente que a alteração legislativa de 1976 teve impacto nos casamentos religiosos, aumentando significativamente o número de divórcios registados. Apesar disso, continuam a ser mais significativos os divórcios de casamentos civis.

Para além da alteração do casamento como instituição, Torres já identificava, no final dos anos 1980, uma clara alteração de valores, “que transfere para a vida privada a ideia de igualdade de oportunidades e de maior autonomia e liberdade individual” (1999, p. 73); esta mudança veio a materializar-se em sucessivas alterações jurídicas, tornando habitual o divórcio, prática antes vivida como excecional.

No entanto, após o impacto da lei que levou à rutura de casamentos com maior duração, o divórcio foi sendo protagonizado por casais mais jovens, que assim manifestavam a sua dificuldade em estabilizar a relação nos primeiros anos de vida, conciliando o papel ativo da mulher, o nascimento dos filhos e a gestão da vida doméstica, entre outras causas.

Olhando os dados mais recentes, com especial ênfase para as duas últimas décadas, verifica-se um aumento significativo do divórcio de casais mais velhos, com vidas conjugais longas de duas ou três décadas, que pode ser designado por “divórcio grisalho” (Aklander, 2016).

Mas, retomando a lógica que A. Torres introduziu, estaremos nós perante alterações da vida familiar? Nomeadamente, casais com mulheres ativas e maior nível de escolaridade, descentramento do papel parental, com a saída dos filhos e um papel menor na educação dos netos?

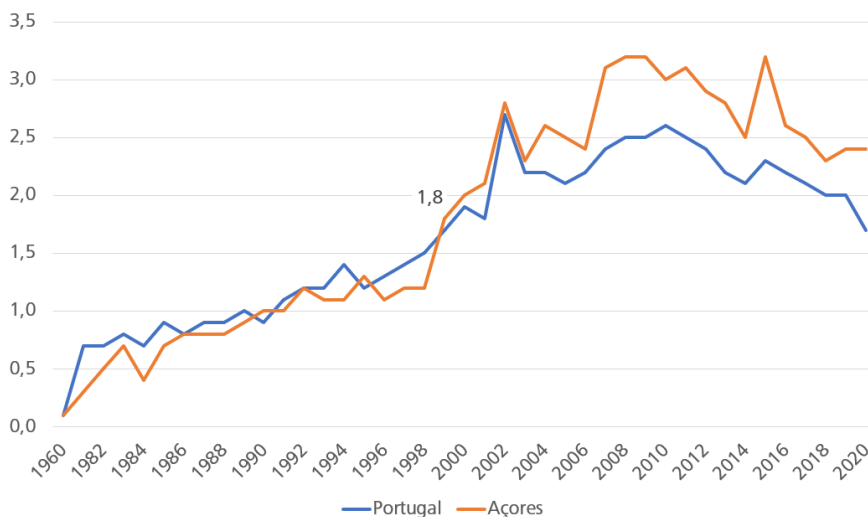
Face à frequência do recasamento, o divórcio, mesmo tardio, pode dar lugar a novas experiências conjugais, mais frequentes nos homens (recasamento masculino), configurando uma profunda alteração no relacionamento dos casais “grisalhos”.

Sem dúvida que a alteração do papel social da mulher, em particular com a entrada no mercado de trabalho e a concretização de vidas profissionais, contribui para o reforço da sua sobrevivência económica, menos dependente do cônjuge. O trabalho remunerado da mulher não está apenas associado ao aumento de ganhos financeiros, mas também ao afastamento da vida doméstica exclusiva, que fecha o quotidiano num conjunto rotinizado de tarefas e cuidados.

3. O DIVÓRCIO NOS AÇORES

Olhando de perto a realidade do divórcio nos Açores, verificamos que, à semelhança do todo nacional, este indicador foi mudando com a própria alteração da legislação, aumentando de forma significativa a partir de 1974. Comparativamente, o impacto da lei do divórcio nos Açores deu-se um pouco mais tarde, por volta dos finais da década de 1990. A partir de 1999, a Região Autónoma dos Açores (RAA) regista valores sempre superiores à média nacional (ver Figura 1).

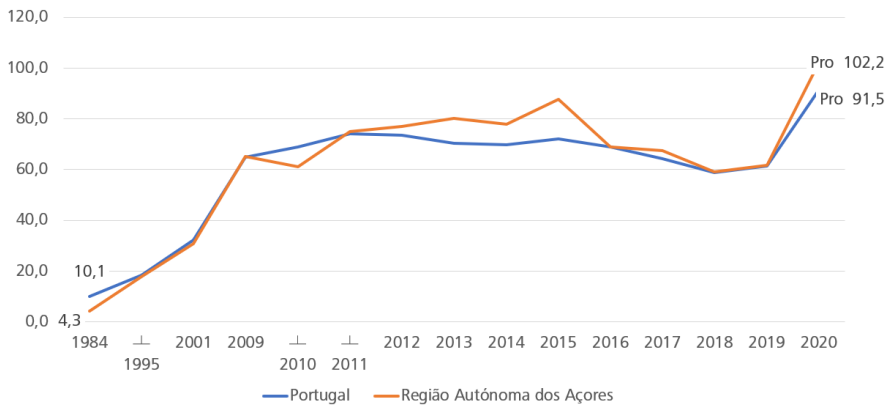
Figura 1. Taxa de divorcialidade em Portugal e na Região Autónoma dos Açores – 1960-2020



Fonte: SREA

Se considerarmos o número de divórcios por cada 100 casamentos (Figura 2), os dados confirmam um acréscimo acentuado de divórcios, com particular relevo para o ano de 2020, quando a região superou o valor nacional.

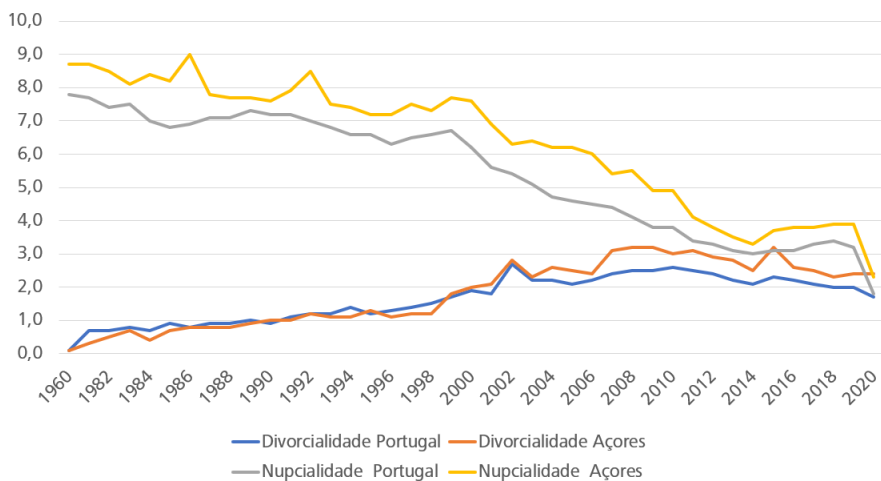
Figura 2. Divórcios por 100 casamentos – Portugal e Região Autónoma dos Açores – 1984-2020



Fonte: Pordata

Olhando em particular para o intervalo entre 2008 e 2011, em que Portugal viveu uma crise económica com impactos significativos no emprego e nas famílias, é notório o aumento do número de divórcios, sobretudo na RAA. Entre 2011 e 2014, registou-se uma tendência de diminuição, contrariada pelos números de 2015.

Figura 3. Taxas de nupcialidade e de divorcialidade em Portugal e na Região Autónoma dos Açores (1960-2020)



Fonte: Pordata

Se compararmos a evolução dos dois indicadores, nupcialidade e divorcialidade, aparentemente, até 2011 (Figura 3), quando diminuía o primeiro, aumentava o segundo. A partir desse ano, as duas dinâmicas estão em queda, com exceção, no caso dos Açores, para o divórcio, que aumentou entre 2019 e 2020, ultrapassando mesmo a taxa de nupcialidade.

3.1. O DIVÓRCIO NAS DIFERENTES ILHAS

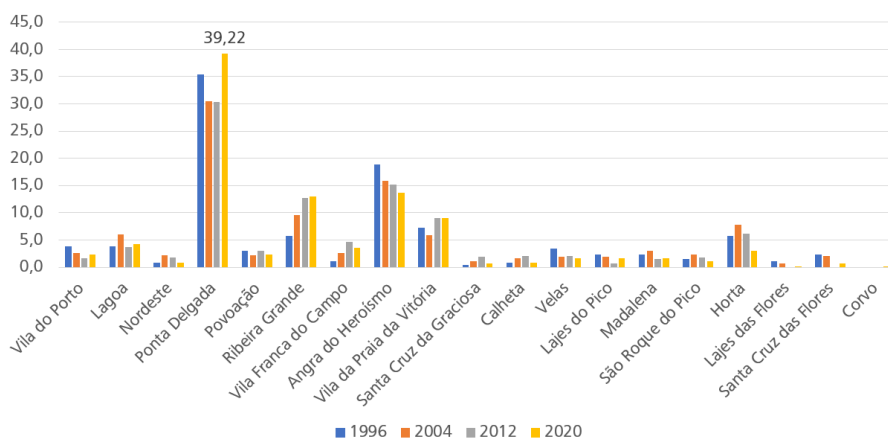
Olhando ainda para a Figura 3, emerge uma questão: porquê este valor tão significativo de divórcios na Região Autónoma dos Açores? Quem é que se divorcia hoje? Será que este fenómeno está generalizado em todas as ilhas e concelhos do arquipélago?

Um olhar sobre os dados publicados pelo Serviço Regional de Estatística irá permitir traçar as principais características do divórcio, tendo em conta a evolução registada sobretudo nos últimos anos (2004-2020).

Começemos por responder à questão do divórcio nos diferentes concelhos dos Açores. Uma leitura da distribuição dos divórcios por concelho reforça o peso de Ponta Delgada, como grande contribuidor (39,2% do total da Região em 2020) e único concelho onde o divórcio aumentou significativamente nos últimos anos (Figura 4).

Há neste facto uma clara associação a modelos de vida diferenciados nas ilhas, sendo porventura em Ponta Delgada que as mudanças na dinâmica familiar (aumento da taxa de atividade feminina, maior percentagem de uniões de facto e recomposição familiar) se fazem sentir com mais intensidade.

Figura 4. Distribuição dos divórcios por concelho de residência dos cônjuges na Região Autónoma dos Açores (1996, 2004, 2012 e 2020)



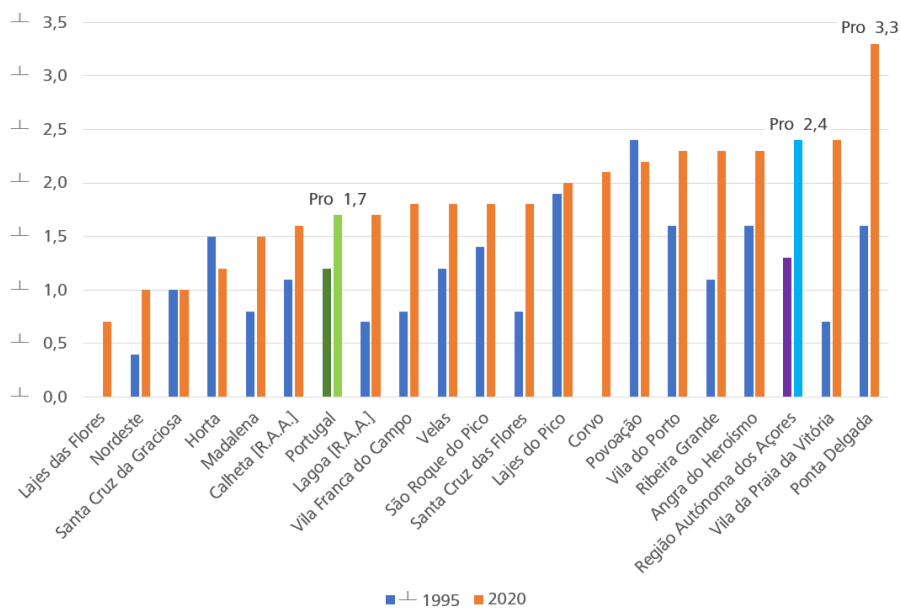
Fonte: SREA e PORDATA

Atendendo à taxa de divorcialidade, confirma-se a relevância do concelho de Ponta Delgada, particularmente em 2020 com 3,3, bastante acima da média regional (2,4), da média nacional (1,7) e da europeia a 27 (1,9 em 2019).

Olhando ainda para os concelhos que estão abaixo da média nacional (Figura 5), não há aparentemente um padrão demográfico, registando-se concelhos mais pequenos, como Nordeste, Lajes das Flores ou Santa Cruz, e maiores, como Madalena e Horta. Neste último, o valor da divorcialidade diminuiu entre 1995 e 2020.

À exceção de Ponta Delgada, não parece existir um padrão relacionado com níveis de urbanização e/ou densidade populacional.

Figura 5. Taxa de divorcialidade por concelho da Região Autónoma dos Açores



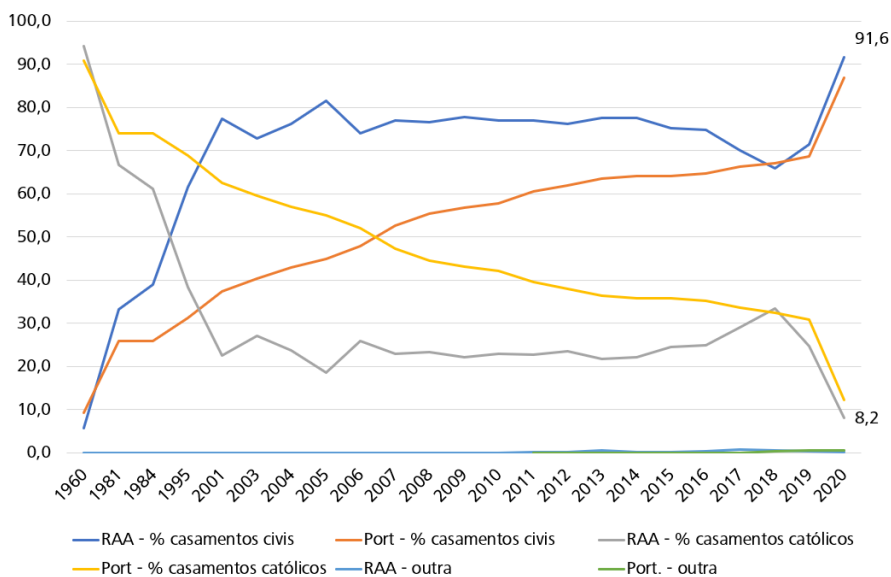
Fonte: Pordata

4. DIVÓRCIO E FORMA DO CASAMENTO NA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Se tivermos em conta a forma como se realiza o casamento, apesar de a região dos Açores registar nos recenseamentos valores bastantes significativos da população que se considera católica, tal não se reflete na opção “casamento católico ao abrigo da Concordata”, mesmo que muitos dos casamentos civis sejam duplicados de cerimónias religiosas.

Desde o final da década de 1980 que o casamento civil supera em percentagem os casamentos católicos (Figura 6), facto que apenas ocorreu em 2007 no todo nacional. E se atendermos aos valores mais recentes, apenas 8,2% dos casamentos ocorreram nas igrejas católicas, fortemente afetados pelas medidas de contingência da pandemia da covid-19, o que também nos remete para a associação direta que é feita entre casamento na igreja e festa alargada com familiares e amigos. Ao contrário, o casamento civil assume-se como uma cerimónia privada, podendo mesmo ser protagonizada apenas pelo casal.

Figura 6. Casamentos católicos e civis na Região Autónoma dos Açores (RAA) e em Portugal – 1960-2020 (%)



Fonte: SREA

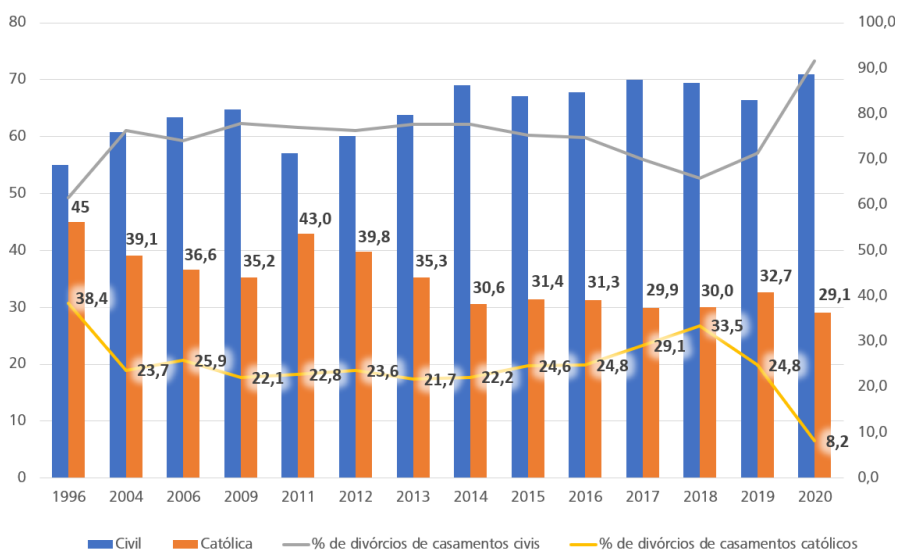
Este fenómeno corresponde ao que tem vindo a ser estudado a nível nacional, indiciando uma dessacralização do casamento (Torres, 2002, p. 75):

“O que antes era um empreendimento de regulação religiosa e coletiva passa hoje a ser entendido como um assunto que diz estritamente respeito ao foro terreno e pessoal. O que era, em contrapartida, uma prática circunscrita a alguns setores laicos da sociedade portuguesa, alarga-se a muitos outros setores.”

Num trabalho do final do século XX (Torres, 1999), e tendo por base o inquérito europeu aos valores, a variável religião não era discriminante para a maioria dos portugueses que aceitavam o divórcio. Só entre os que consideravam que o divórcio nunca se justifica (17%), se verificou uma maior presença de católicos praticantes.

Olhando para a forma do casamento de quem se divorcia, verificamos que a tendência acompanha o peso relativo do casamento civil ou católico (Figura 7). No entanto, os divórcios de casamentos católicos estão sobre-representados, com uma percentagem mais elevada (assinalada a vermelho) do que a de casamentos também católicos, em cada ano. Este facto confirma o lugar que a religião ocupa na vida dos católicos, no dizer de Torres, “menos prescritor de comportamentos quotidianos e mais íntimo” (1999, p. 92).

Figura 7. Casamentos civis e católicos *versus* divórcios, segundo a forma de celebração do casamento – Região Autónoma dos Açores – 1996-2020 (%)



Fonte: SREA

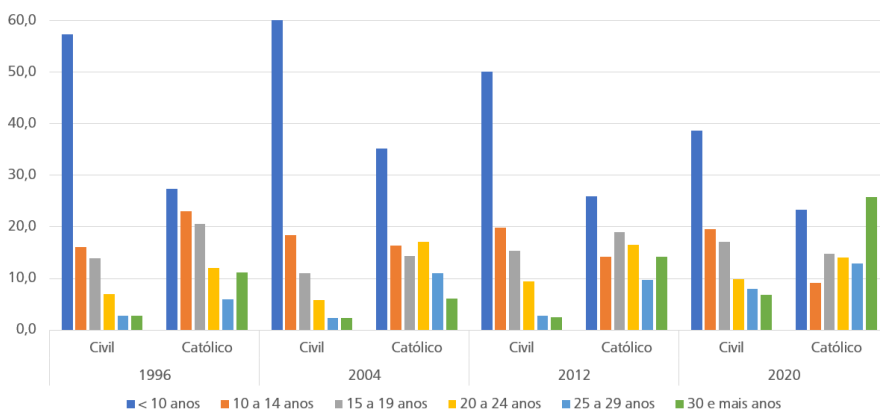
A análise que cruza o casamento e o divórcio, tendo por base a forma do laço conjugal, deixa de fora o fenómeno do duplo casamento, ou seja, os divórcios de casamentos civis que foram sucedidos por casamentos religiosos (matrimónios), mas que, para efeito de divórcio, não são contabilizados como tal.

Aparentemente, não é a questão religiosa que impede os casais de se divorciarem. Mas então quando é que um casal decide pôr fim à relação formalizada do seu casamento?

5. DIVÓRCIO E DURAÇÃO DO CASAMENTO

Um dado a ter em conta nesta análise é a duração da relação (Figura 8). Verifica-se que a maior percentagem rompe o compromisso conjugal antes de dez anos de união, sobretudo nos casais que celebraram o contrato civil. Os divórcios de casamentos com mais anos de duração (25 e mais) estão sobrerrepresentados entre os casais que contraíram um casamento católico.

Figura 8. Distribuição dos divórcios segundo a forma e a duração do casamento – Região Autónoma dos Açores (1996, 2004, 2012 e 2020) – (%)



Fonte: SREA

O divórcio em casamentos com 25 e mais anos, apelidado de divórcio grisalho, tem vindo a aumentar na Europa e, particularmente, nos Estados Unidos.

Como refere Anália Torres (1996, p. 188), “estudar o divórcio permite abordar outras mudanças, menos visíveis, na forma de encarar a família e o casamento. [...] Parece crescente, de facto, o número daqueles, casados ou divorciados, para quem a relação conjugal é, acima de tudo, produtora de bem-estar e felicidade e permanece pela sua qualidade. De acordo com esta perspetiva, o problema não está no divórcio, mas no mau casamento”.

Entenda-se um mau casamento aquele onde o bem-estar individual não é coincidente com o bem-estar coletivo. Importa refletir sobre a condição dos cônjuges na relação conjugal.

Aparentemente, o divórcio no início ou no fim de uma vida em comum não é provocado pelas mesmas razões.

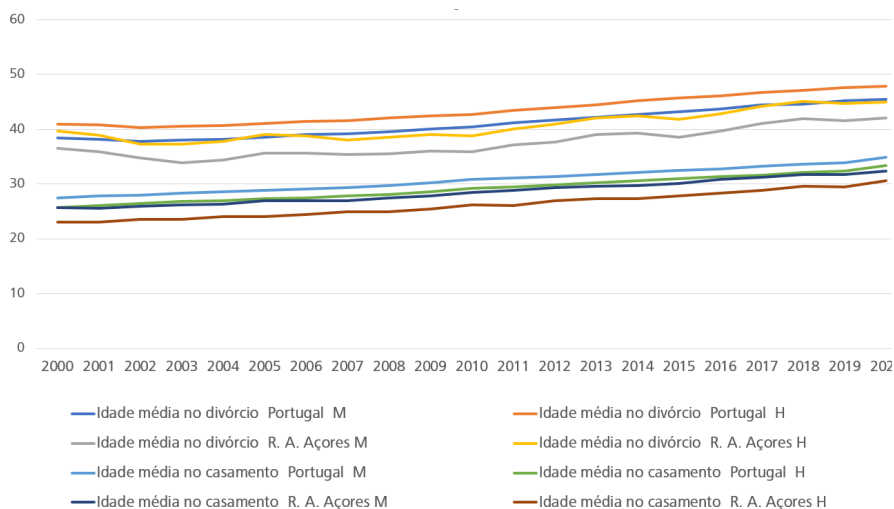
Desde logo, o divórcio de casais jovens acontece sobretudo em casamentos civis. Já quando analisamos os divórcios mais tardios, é mais significativa a presença de casamentos católicos.

Os divórcios de casamentos com mais de 30 anos nos Açores projetam-nos para a década de 1990, do século XX, altura em que os casamentos católicos já eram minoritários na Região. Mas estamos sobretudo a falar de casais cujos protagonistas têm mais de 55 anos de idade, como iremos analisar.

6. GRUPO ETÁRIO DOS CÔNJUGES NO DIVÓRCIO

Olhemos o divórcio tendo em conta a idade média dos cônjuges. Podemos confirmar (Figura 9) a tendência de aumento da idade média no divórcio, o que em parte acompanha a própria tendência de aumento no casamento.

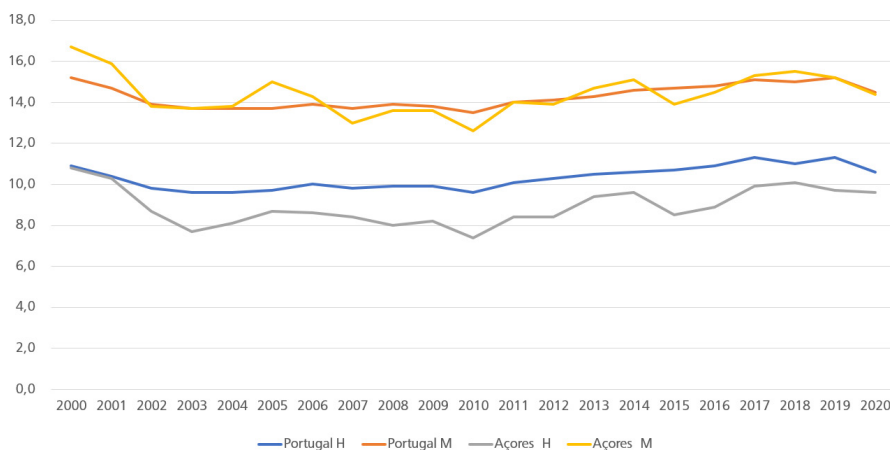
Figura 9. Idade média no casamento e no divórcio H e M (Portugal e Região Autónoma dos Açores) – 2000-2020 (anos)



Fonte: INE

Analisando a diferença média entre a idade no casamento e no divórcio (Figura 10), verificamos que as mulheres nos Açores se divorciam, em média, entre 13 e 16 anos após o casamento, muito semelhante ao que acontece no país. Ao invés, no caso masculino, os homens nos Açores divorciam-se passados 9/10 anos, em média, enquanto no todo nacional essa média ronda os 11 anos.

Figura 10. Diferença de idade média entre o casamento e o divórcio (H e M) em Portugal e na Região Autónoma dos Açores, 2000-2020 (anos)

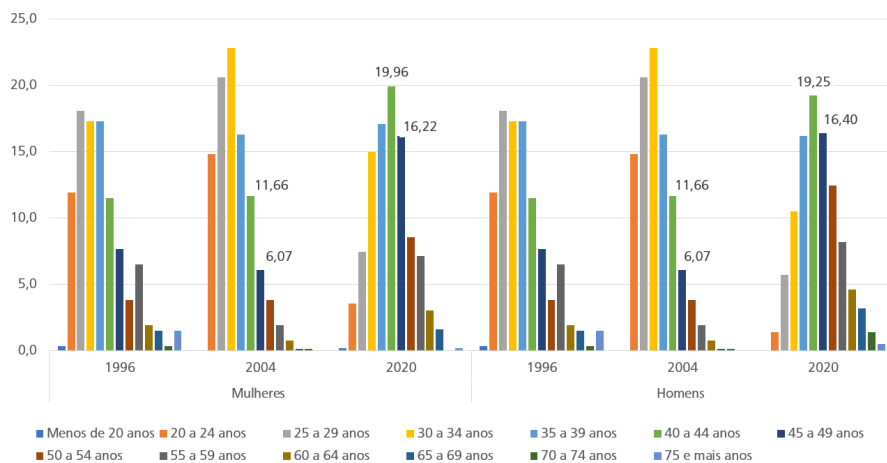


Fonte: Pordata

Um outro olhar sobre a distribuição dos divórcios por grupo etário permite destacar a relevância atual dos grupos etários mais velhos, nomeadamente, de homens e mulheres com 40 e mais anos (sobretudo a faixa etária entre os 40 e 49 anos), cujo aumento, nos últimos anos (entre 2004 e 2020) foi bastante significativo (Figura 11).

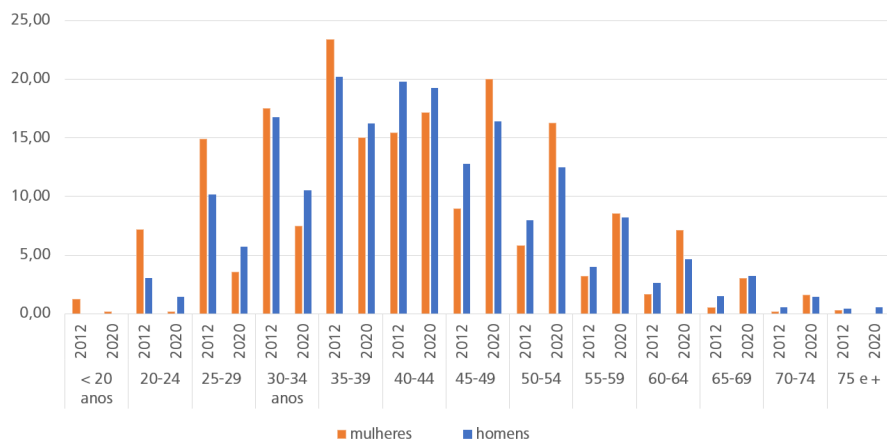
Considerando os dados nacionais, verifica-se que em 1996 houve um grande número de divórcios, envolvendo grupos etários mais velhos, 55 e mais anos. No entanto, este tipo de divórcio diminuiu nas décadas seguintes.

Figura 11. Divórcio por grupo etário (H e M), 1996, 2004 e 2020 na Região Autónoma dos Açores (%)



Ainda olhando para a idade dos cônjuges no divórcio (Figura 12), registou-se uma clara redução, em 2020, do número de divórcios nos grupos etários mais jovens.

Figura 12. Distribuição dos divórcios, na Região Autónoma dos Açores, por grupo etário (H e M) em 2012 e 2020 (%)



Entre os anos de 2012 e 2020 registou-se uma maior redução do divórcio nas mulheres mais jovens do que nos homens (até 39 anos). Ao invés verificou-se um claro aumento do divórcio de mulheres entre os 45 e os 64 anos, superior ao número de divorciados masculinos. Este facto correlaciona-se com a variável anteriormente analisada (duração do casamento), na qual ficou evidente que em 2020 aumentaram significativamente os divórcios com 30 e mais anos de casamento.

Correlacionadas com este aumento do divórcio mais tardio podemos apontar algumas causas possíveis que remetem para a imagem do “ninho vazio”, as expectativas associadas ao casamento, a autonomia financeira da mulher e as alterações ao padrão da sexualidade.

Apesar de “vários estudos demonstrarem que a época de maior risco de separação situa-se nos primeiros anos de união de um casal (Stern Peck e Manocherian, 1985; Clarke, 1995) [...] hoje, no mundo ocidental, muitos casamentos terminam durante uma faixa etária mais avançada, decorrente principalmente da crescente longevidade e melhoria da qualidade de vida no envelhecimento” (Wu & Schimmele, 2007, cit. por Aklander, 2016, p. 49).

Em que medida o fenómeno registado nos Açores pode ser associado a estas duas variáveis, longevidade e qualidade de vida?

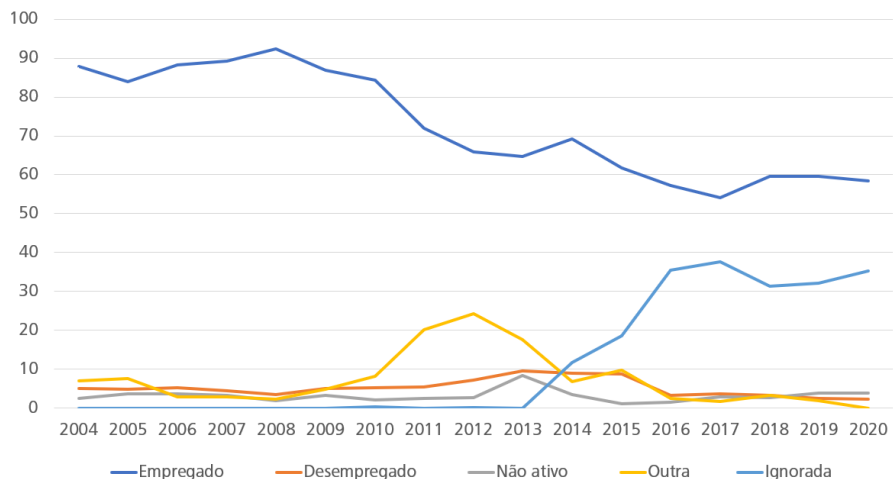
7. CONDIÇÃO PERANTE O TRABALHO E NÍVEL DE ESCOLARIDADE DOS CÔNJUGES NO DIVÓRCIO

Uma análise das variáveis, condição perante o trabalho e nível de escolaridade, demonstra que, na sua maioria, as mulheres e homens que se divorciam estão empregados¹.

1 A publicação do SREA/INE sobre a condição perante o trabalho dos cônjuges no divórcio tem vindo a registar, desde 2010, um número muito significativo de casos de condição perante o trabalho “ignorada”, o que envia a leitura dos dados. No entanto, se retirarmos essa informação e calcularmos a percentagem sobre os restantes, continua a predominar a condição de “empregado”, particularmente do cônjuge masculino.

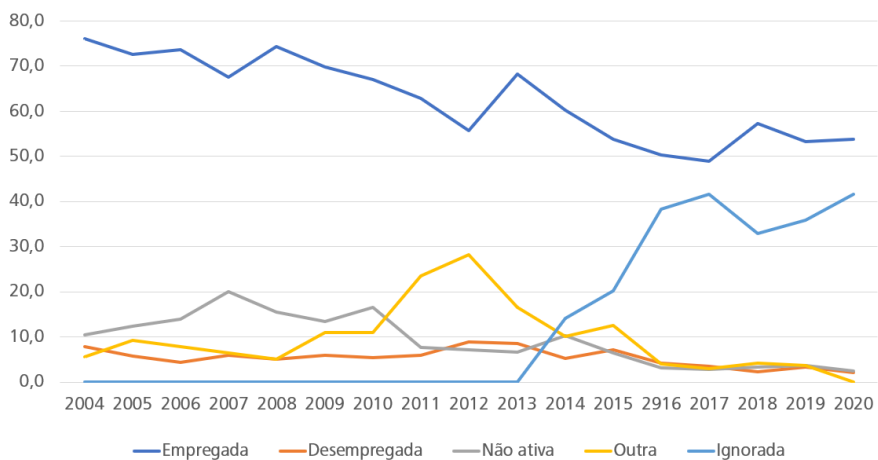
Figuras 13 e 14. Condição perante o trabalho do cônjuge masculino (fig. 13) e do cônjuge feminino (fig.14) no momento do divórcio, na Região Autónoma dos Açores – 2004-2020 (%)

Fig. 13. Condição perante o trabalho do cônjuge masculino



Fonte: SREA/INE

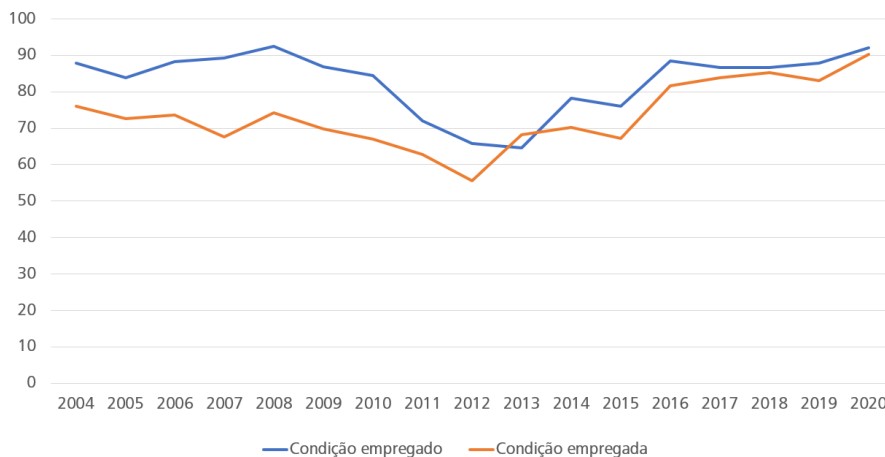
Fig. 14. Condição perante o trabalho do cônjuge feminino



Fonte: SREA/INE

Retirando o peso relativo das respostas “ignoradas”², verificamos uma acentuada maioria de cônjuges na condição de empregado/a (> a 90%), com particular significado no caso feminino, que, nos últimos anos, se tem aproximado dos valores do cônjuge masculino (Figura 15).

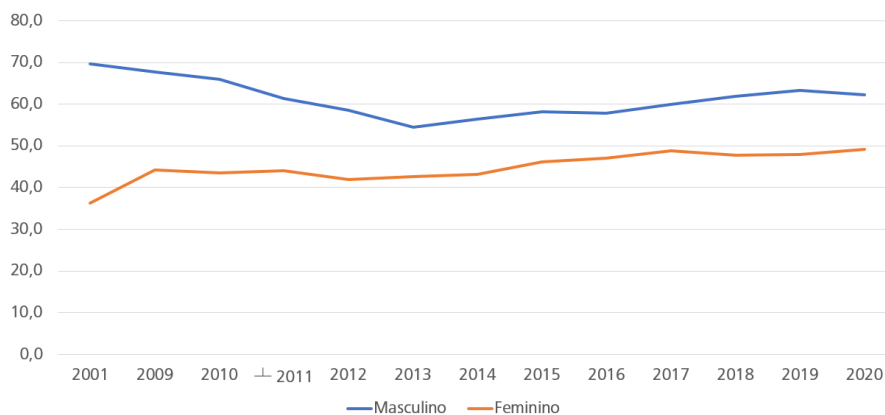
Figura 15. Condição de empregado/a no momento do divórcio (H e M) na Região Autónoma dos Açores – 2004-2020 (%)



Fonte: SREA/INE

A tendência registada de aumento do número de mulheres empregadas no momento do divórcio corresponde aos dados publicados sobre a taxa de emprego na Região Autónoma dos Açores (Figura 16), que registam um número crescente da população empregada feminina, particularmente nos últimos anos, aproximando as taxas de emprego masculino e feminino.

² Segundo a informação do SREA, a ausência de informação decorre dos dados enviados pelo registo civil ao INE. É de lamentar esta lacuna, que perturba de forma notória a leitura da informação.

Figura 16. Taxa de emprego na Região Autónoma dos Açores – H e M – 2001-2020 (%)

Fonte: Pordata

Segundo Philipps (1996, pp. 349, 350), existe uma associação histórica entre emprego das mulheres e divórcio, sendo que o “emprego em si ou a sua possibilidade são condições preliminares importantes para a separação e para a dissolução de casamentos por iniciativa das mulheres”.

No entanto, apesar da importância que podemos atribuir à autonomia financeira da mulher, os estudos revelam que é cada vez mais relevante para os casais, particularmente para a mulher, a compatibilidade emocional e pessoal no casamento (Philipps, 1996). A partir da década de 1960 passou-se a esperar mais da relação conjugal, enquanto o divórcio entrou no universo das relações como uma possibilidade, aumentando a tolerância dos casais a esta “solução” e uma menor culpabilidade associada a quem a protagoniza (Philipps, 1996).

8. NÍVEL DE ESCOLARIDADE DOS CÔNJUGES NO DIVÓRCIO

Uma outra variável a considerar, fortemente relacionada com a atividade profissional, é o nível de escolaridade dos cônjuges no momento do divórcio (Figuras 17 e 18). A leitura dos dados revela um aumento do divórcio na população com o nível de escolaridade secundário. No entanto, se atendermos aos dados desde 2004, a maior percentagem incide no ensino básico, o que, dadas as alterações da escolaridade obrigatória, poderá explicar a transferência para o secundário. Com o ensino superior, os valores têm-se mantido mais ou menos inalterados.

Figuras 17 e 18. Nível de escolaridade dos cônjuges (H e M) no momento do divórcio, na Região Autónoma dos Açores, 2004-2020 (%)

Fig. 17

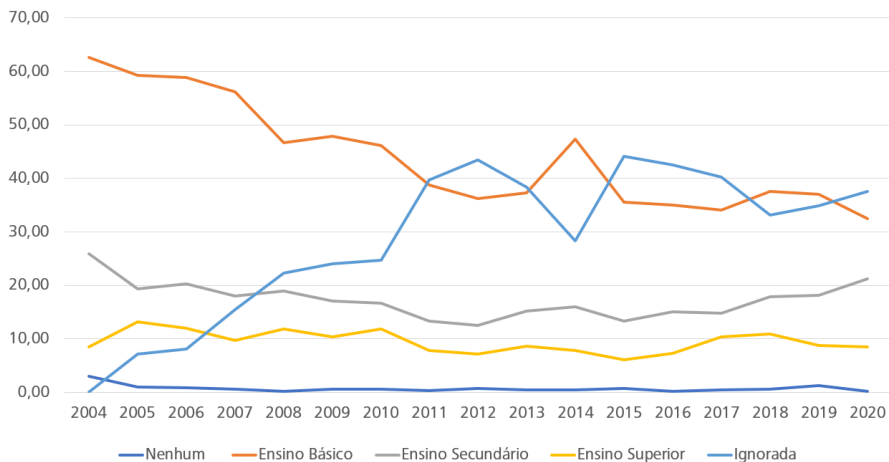
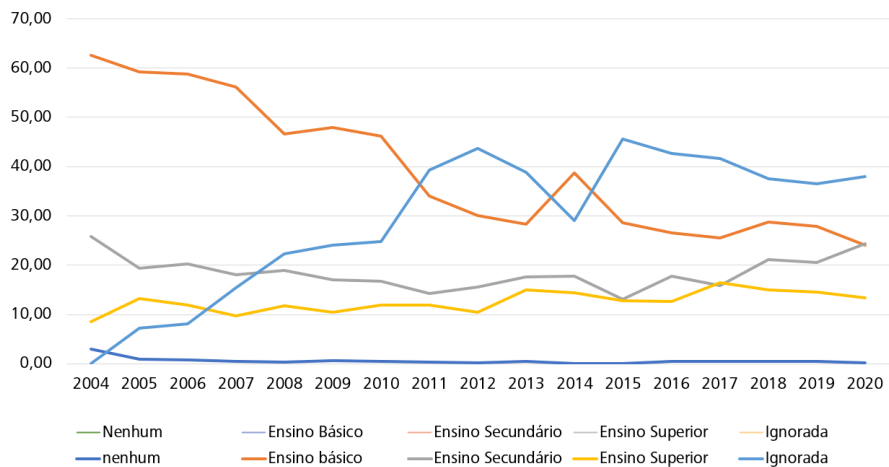


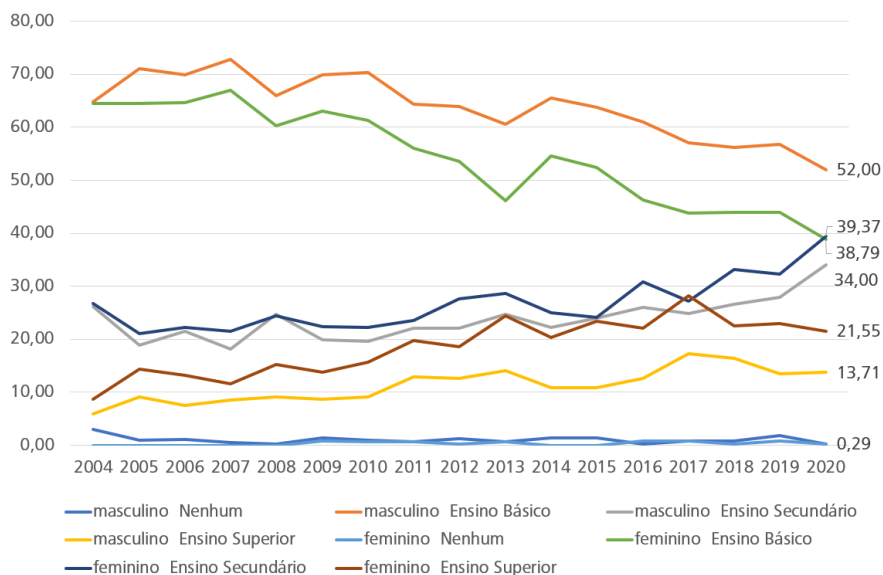
Fig. 18



Fonte: SREA/INE

À semelhança do exercício que fizemos para a condição perante o trabalho, retiramos a categoria “ignorada” para tentar aferir o peso relativo dos diferentes níveis de escolaridade (Figura 19).

Figura 19. Nível de escolaridade dos cônjuges (H e M) no momento do divórcio na Região Autónoma dos Açores – 2004-2020 (%)



Fonte: SREA

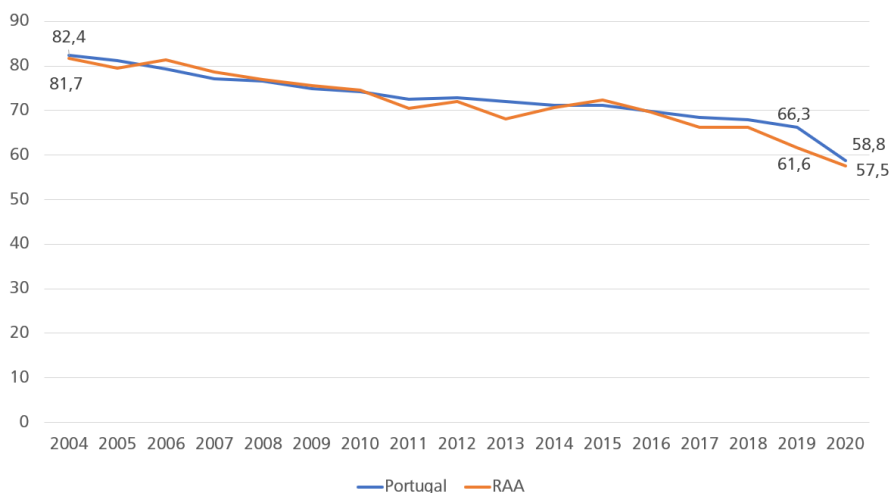
Verificamos um aumento da qualificação média dos cônjuges entre 2004 e 2020, particularmente no caso feminino, onde se acentuam os níveis secundário e superior, em detrimento do ensino básico. Do lado masculino, apesar do ligeiro aumento nos níveis de escolaridade e da redução dos indivíduos com o nível básico, este ainda representa mais de 50% dos casos.

9. O RECASAMENTO NOS AÇORES

A elevada taxa de divórcio na Região não significa, como aliás foi demonstrado em outros estudos (Ferreira, Lobo & Ramos, 2008; Ferreira, 2004; Torres, 1999), o fim do casamento, já que uma percentagem cada vez mais significativa de casamentos são na realidade “recasamentos”, envolvendo um divorciado ou mesmo dois cônjuges divorciados.

A Figura 20 reflete a proporção dos primeiros casamentos em Portugal e na RAA, nos últimos anos. Neste indicador, os Açores registam valores mais baixos do que a percentagem média nacional, o que indicia um número significativo de recasamentos, sobretudo, a partir de 2015³. Se em 2004 os primeiros casamentos representavam cerca de 82% das uniões formalizadas, em 2020 esse valor não ultrapassa os 60%.

Figura 20. Primeiros casamentos em Portugal e na Região Autónoma dos Açores (RAA) (%)



Fonte: INE – Estatísticas Demográficas (2019, 2014 e 2009).

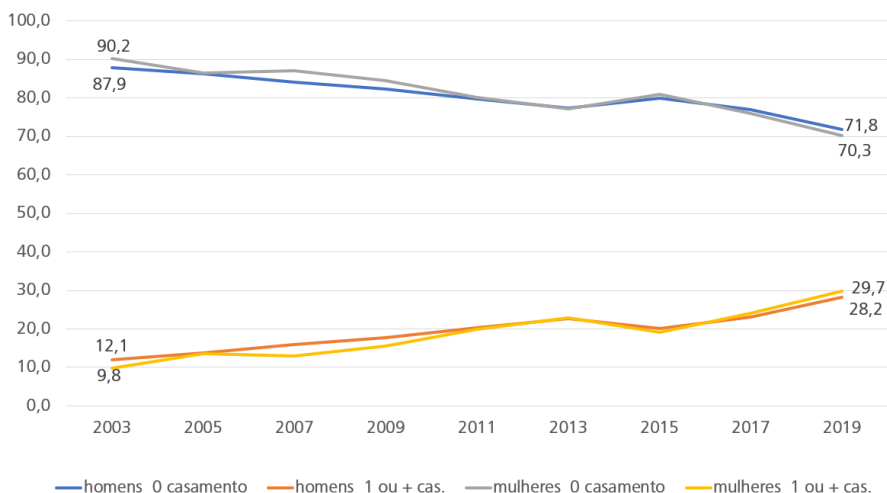
Este fenómeno pode não ser alheio ao peso do “duplo casamento” nos Açores (Lalanda, 2002, 2021), que envolve um primeiro casamento civil, eventualmente sem coabitação, e um casamento religioso (não contabilizável), que determina o início dessa coabitação. Quando a relação “de namoro” termina antes do casamento religioso, o casal tem de se divorciar e qualquer casamento posterior será um “recasamento”.

Se analisarmos as estatísticas demográficas para os Açores e considerarmos os dados relativos ao número de uniões anteriores ao casamento (Figura 21), verificamos que, em 2019, houve menos mulheres num primeiro casamento do

³ Os dados de 2020 deverão ter em conta as medidas restritivas impostas ao contacto social, devido à pandemia da covid-19.

que homens, o que significou um número maior de recasamentos no feminino, facto que contraria a tese de que os homens mais facilmente voltam a casar. Resta avaliar se tal configura ou não uma tendência⁴.

Figura 21. Número de casamentos anteriores no momento do “casamento” (H e M) na RAA, 2003-2019 (%)



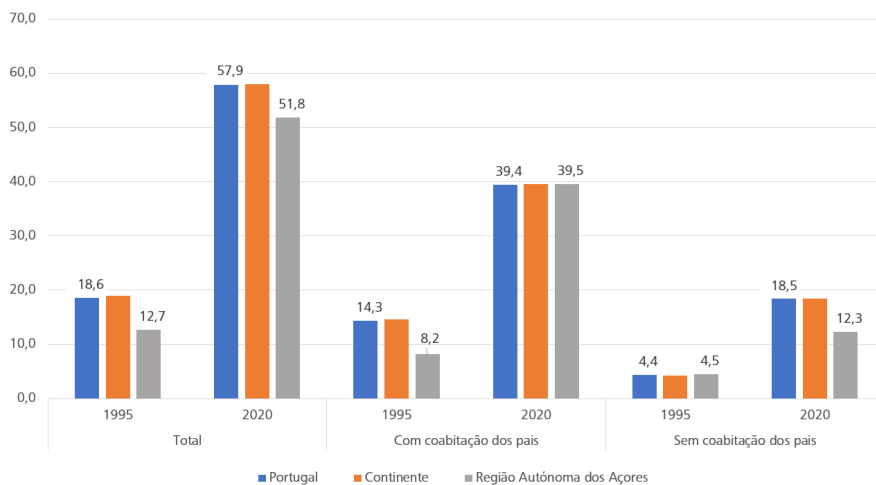
Fonte: SREA – Estatísticas Demográficas (2003 a 2019)

O recasamento em Portugal (Ferreira, Lobo, Oliveira & Ramos, 2008) é mais frequente em grupos etários mais jovens e envolve sobretudo homens divorciados. Apesar de mais frequente, já em 2001 se registava um decréscimo no recasamento dos divorciados, decorrente “do fortíssimo aumento das uniões de facto, enquanto modo alternativo de viver em conjugalidade a seguir a um divórcio” (Ferreira, Lobo, Oliveira & Ramos, 2008, p. 56).

A conjugalidade, não sendo posta em causa, é hoje vivida de forma diferente, menos validada por compromissos formais, o que não impede a construção de famílias, como aliás se verifica no número dos nascimentos de pais não casados, a coabitar, particularmente significativo na RAA (39,5% dos 51,8% que representaram os nascimentos fora do casamento em 2020) (Figura 22).

⁴ Importa não esquecer que o recasamento pode envolver apenas um cônjuge (H ou M) divorciado/a ou viúvo/a, facto que não consideramos nos dados estudados.

Figura 22. Nados-vivos fora do casamento (total e % dos nascimentos, segundo a coabitação dos pais), Portugal, Continente e RAA (1995 e 2020)



Fonte: Pordata

10. SÍNTESE CONCLUSIVA

A análise dos números do divórcio, com base na condição perante o trabalho e, sobretudo, o nível de escolaridade dos cônjuges, indicia uma diversidade de relações conjugais e a pluralidade das realidades familiares, como refere Lambert, citando Théry (1993):

“não se distinguem os divórcios resultantes de problemas económicos graves ou de maus-tratos reais, daqueles que configuram o divórcio sem amor, modelo presente nas classes médias intelectuais, ao qual todos devem conformar-se ‘razoavelmente’. [...] O debate sobre os interesses da criança ignora completamente o que é óbvio para os responsáveis pelas políticas sociais, a existência de duas grandes categorias de pessoas divorciadas, claramente separadas por uma verdadeira barreira social, cultural e económica.” (Théry, 1993, pp. 171-172)

O divórcio nos Açores evoluiu de forma significativa a partir dos anos 1990, à semelhança do que foi registado no todo nacional, mas com valores ligeiramente inferiores. No entanto, a partir da transição de século, aumenta na região, atingindo em 2020 valores superiores à média nacional e muito acima da média europeia.

Procurando responder à questão de quem se divorcia mais nos Açores, encontramos desde logo a população de São Miguel, com especial ênfase para Ponta Delgada.

Considerando a relação do divórcio com o casamento, verificamos que, apesar de maioritariamente envolver casamentos civis, facto que acompanha o peso deste tipo de união na RAA, desde a década de 1980, a percentagem de divórcios em casamentos católicos é superior à percentagem de casamentos que se realizaram, nesse mesmo ano, segundo o rito católico.

Quanto à duração do casamento, as ruturas acontecem, maioritariamente, antes dos 10 anos de vida conjugal.

Relativamente à questão da idade no divórcio, o facto de encontrarmos sobretudo mulheres mais velhas parece configurar a emergência de um fenómeno tardio de desinstitucionalização do casamento, associado porventura à autonomização da mulher em termos económicos. Com efeito, estamos perante mulheres com níveis de escolaridade superiores aos dos homens, particularmente desde 2014, já que em 2004, a percentagem de cônjuges com o ensino básico era idêntica⁵. Este facto confirma a tese de que o divórcio é tão plural quanto o casamento, apesar de envolver, de forma evidente, mulheres e homens com autonomia financeira. Quando saem da relação conjugal, as mulheres têm condições para se autonomizar, mesmo que muitas delas fiquem com os filhos a cargo⁶.

Se tivermos em conta o grupo etário, em que o número de mulheres com mais de 45 anos é cada vez mais significativo, é possível que a saída dos filhos da residência familiar, sobretudo nos casais com mais de 20 anos de casamento, esteja associada à decisão de se divorciar, o que parece ter-se agravado no ano de 2020⁷.

Para além do “ninho vazio”, outras determinantes poderão justificar este fenómeno, como refere Pottier (2020): o prolongamento da esperança média de vida, os problemas de saúde, a transição para a reforma. De acordo ainda com este autor e com um estudo realizado nos Estados Unidos (Brown, I-Fen Lin, Mellencamp, cit. in Pottier, J. M., 2020)⁸, os netos parecem ser um antídoto ao

5 Com dados dos censos 2011, uma vez que ainda não foram divulgados os de 2021, verificamos que a população com o ensino superior nesse ano era de 7,3% dos homens e 12,6% das mulheres. Logo, se olharmos os restantes níveis de escolaridade, encontramos nos divórcios uma sobrerrepresentação do ensino superior.

6 Um dado estatístico não publicado a que não tivemos acesso para os anos mais recentes.

7 2020 foi o ano da pandemia da covid-19 e é possível que o impacto do confinamento possa também ter estado na origem do aumento dos divórcios nesse ano.

8 Susan Brown, I-Fen Lin, Mellencamp (2020, 30 abril), « Does the transition to grandparenthood deter gray divorce? A test of the braking hypothesis», *Social Forces*, 30 abril 2020 (cit. in Pottier, 2020).

divórcio grisalho, constatando-se uma menor percentagem de divórcios em casais que se tornaram avós.

O divórcio continua a ser a expressão da rutura conjugal e esta está fortemente relacionada com o significado atribuído ao casamento, como a valorização dos afetos e a satisfação com a relação. A presença dos filhos pode condicionar a decisão de divórcio e adiar essa rutura para o momento da sua saída da residência familiar. No entanto, é crescente o número de recasamentos com ou sem filhos de anteriores relações. Logo, o divórcio pode não significar o fim do casamento, mas apenas o término de uma determinada relação afetiva.

Daqui se conclui que o divórcio formalizado é hoje a expressão de um número cada vez menos reduzido de separações, que ocorrem no quadro das relações conjugais não formalizadas. No entanto, tal como referia Torres (1996, 1999) nos estudos realizados na década de 1990, o aumento do divórcio é um indicador claro da alteração das estruturas familiares, do lugar da mulher na família e na sociedade, do papel dos filhos e até dos netos na manutenção da conjugalidade e do modelo de vida conjugal adotado, onde a expressão da individualidade convive, ou não, com a partilha de vida em comum.

BIBLIOGRAFIA

- AKLANDER, A. (2016). *Divórcio grisalho: pesquisando atitudes e expectativas de mulheres separadas após longas uniões*. Dissertação Universidade Pontifícia Católica do Rio de Janeiro – PUC Rio. https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/28014/28014_5.PDF.
- CID, Nuno (2012). O divórcio em Portugal durante o Estado Novo, in *Lex Familiae – Revista Portuguesa de Direito da Família* (ISSN 1645-9660 | Registo ERC 124500), Ano 9 – n.ºs 17 e 18 – 2012 (publicado em 2014), pp. 15-35. (resumo pdf) <http://hdl.handle.net/10174/13822>
- CORDEIRO, A. M. (2012). Divórcio e casamento na 1.ª República: questões fraturantes como arma de conquista e de manutenção do poder pessoal?. *Revista da Ordem dos Advogados*, n.º1, ano 72, 45-108. <https://www.oa.pt/upl/%7B8262df14-0c0f-4008-a485-15da3956c828%7D.pdf>
- FERREIRA, P. M. (2004). Tendências de mudança no casamento em Portugal. Uma sociografia dos últimos vinte anos. *Atas do VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de C. Sociais*. Coimbra, Setembro. <https://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/PedroMouraFerreira.pdf>
- FERREIRA, A., Lobo, C., Oliveira, I., & Ramos, M. (2008). O recasamento: tendências atuais. *INE, Revista de Estudos Demográficos*, n.º 42, 32-59. https://www.researchgate.net/publication/257872940_O_Recasamento_Tendencias_Actuais#fullTextFileContent.
- GASPAR, S., Ramos, M., & Ferreira, A. C. (2013). Análise comparativa dos divórcios em casais nacionais e binacionais em Portugal (2001-2010). *Sociologia – Revista da Faculdade de*

- letras da Universidade do Porto*, Vol. XXVI, 81-111. <https://ojs.letras.up.pt/index.php/Sociologia/article/view/1328>.
- GOODY, J. (1995). *Família e Casamento na Europa*. Oeiras: Celta Editora.
- LALANDA, P. (2002). Casar pelo civil ou na igreja. *Revista Sociologia Problemas e Práticas*, Oeiras, Celta Editora, n.º 39, 69-83.
- LALANDA, P. (2021). CASAMENTO, um fenómeno plural. *XI Congresso Português de Sociologia* (webinar – 21-23 março 2021) (não editado).
- LAMBERT, A. (2009). Des causes aux conséquences du divorce: histoire critique d'un champ d'analyse et principales orientations de recherche en France. *Populations*, vol. 64, 155-182. <https://www.cairn.info/revue-population-2009-1-page-155.htm>
- OLIVEIRA, G. (2005). O regime do divórcio em Portugal. A propósito do novo projecto espanhol: um caso de paralelismo espontâneo? *Lex Familiae Revista Portuguesa de Direito da Família*. Ano. 2, n.º 4, 7-20. <http://www.guilhermedeoliveira.pt/resources/O-regime-do-divo%CC%81rcio-em-Portugal.pdf>
- PERQUILHAS, M., & Figueiredo, P. R. (2020). Divórcio e responsabilidades parentais. In P. Guerra & L. Gago (coord.), *Manual – Violência Doméstica, implicações sociológicas, psicológicas e jurídicas do fenómeno*. Lisboa: Ed. Centro de Estudos Judiciários e CIG, pp. 361-390. <https://www.cig.gov.pt/2016/04/manual-violencia-domestica-implicacoes-sociologicas-psicologicas-e-juridicas-do-fenomeno/>
- PHILLIPS, R. (1991). *Desfazer o Nó: Breve História do Divórcio*. Lisboa: Terramar.
- POTTIER, J.-M. (2020) Les petits-enfants, un antidote au “divorce gris”. *Revue Sciences Humaines – Mensuel* n.º 239 (oct.). (resumo publicado) https://www.scienceshumaines.com/les-petits-enfants-un-antidote-au-divorce-gris_fr_42553.html
- REVEZ, R. (2020). Debate sobre o Divórcio no Parlamento – 1900. *Boletim da Assembleia da República – ComunicAR*, Março. Consultado em: <https://app.parlamento.pt/comunicar/V1/202003/63/artigos/art7.html>
- TORRES, A. (1996). *O divórcio em Portugal, Ditos e interditos*. Oeiras: Celta Editora. https://www.analiatorres.com/pdf/DivorcioemPortugal_Livro.PDF
- TORRES, A. (1999). Aumento do divórcio, mudanças na família e transformações sociais. *Actas dos V Cursos Internacionais de Verão de Cascais*, vol. 4 (pp. 71-94). Cascais: Câmara Municipal de Cascais. https://www.analiatorres.com/pdf/Aumento_do_divorcio.pdf
- TORRES, A. (2001). *Sociologia do casamento*. Oeiras: Celta Editora
- TORRES, A. (2002). *Casamento em Portugal*. Oeiras: Celta Editora.

Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito dos Projetos UID/4647/2020 & UID/4647 – Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais.

NOTAS BIOGRÁFICAS DOS ORGANIZADORES

Sandro Serpa é doutorado em Educação – Sociologia da Educação e Professor Associado no Departamento de Sociologia, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade dos Açores. É também investigador integrado no Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais. Os seus interesses de investigação incluem os processos educativos, a cultura organizacional e a literacia no contexto das sociedades digitais.

Fernando Diogo é doutorado em Sociologia do Desenvolvimento e Professor Associado com Agregação no Departamento de Sociologia, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade dos Açores. É também investigador no Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, tendo como principal área de investigação as questões da pobreza em articulação com a juventude, a infância, o trabalho, a educação e outras, como a transição escola-trabalho ou a relação dos indivíduos com o mundo do trabalho. Muito da sua pesquisa é realizada no âmbito da avaliação das políticas públicas.

Ana Matias Diogo é doutorada em Sociologia da Educação e Professora Associada no Departamento de Sociologia, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade dos Açores. É também investigadora no Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, tendo como principal área de investigação a Sociologia da Educação. Interessa-se, particularmente, pelo estudo das desigualdades sociais e estratégias das famílias e dos jovens face à escola, no quadro das políticas públicas de educação.

Este livro procura evidenciar os reptos e as permanências que atravessam as sociedades atuais, em que as transformações sociais desafiam a coesão social e, concomitantemente, as permanências demonstram a sua perenidade.

Com foco especial na realidade açoriana, esta obra é constituída por sete capítulos que abordam temas como o futuro do capitalismo e respetivas implicações, a análise dos regimes de bem-estar social, as desigualdades e a coesão social, a relação entre pobreza e escolaridade, as perspetivas dos pais e das crianças sobre os centros de atividades de tempos livres (CATL), culminando na temática do divórcio nos Açores.

Este livro pretende contribuir para uma ação informada, enformada por uma ciência inclusiva e socialmente partilhada, através do envolvimento cívico da sociedade açoriana nestes domínios.



GOVERNO
DOS AÇORES

VICE-PRESIDÊNCIA
DO GOVERNO



CICS.UAc
CENTRO INTERDISCIPLINAR
DE CIÊNCIAS SOCIAIS
Universidade dos Açores



UAc
UNIVERSIDADE
DOS AÇORES



CICS.NOVA
CENTRO INTERDISCIPLINAR
DE CIÊNCIAS SOCIAIS

CICS.NOVA.UAc
CENTRO INTERDISCIPLINAR
DE CIÊNCIAS SOCIAIS
Universidade Nova de Lisboa | Universidade dos Açores

fct
Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia

UIDB/04647/2020

ISBN 978-989-9213-69-2



9 789899 213692